

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

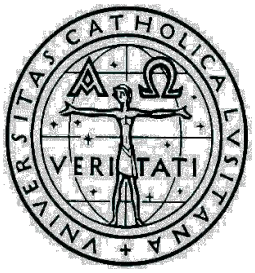
O PAPEL ÉTICO DA ARQUITECTURA: ACESSIBILIDADES COMO ELEMENTO DE COESÃO SOCIAL

Trabalho de Projecto apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura

Por

Benjamim Fernandes Pereira

Outubro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

O PAPEL ÉTICO DA ARQUITECTURA: ACESSIBILIDADES COMO ELEMENTO DE COESÃO SOCIAL

Trabalho de Projecto apresentado à Universidade Católica Portuguesa para a obtenção do grau de mestre em Arquitectura

Orientador: Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho

Co-orientador: Professor Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne

Por

Benjamim Fernandes Pereira

“Strive for perfection in everything you do. Take the best that exists and make it better. When it does not exist, design it.”

(Sir Henry Royce, s.d, s.p.)

Agradecimentos

Antes de mais, quero deixar aqui o meu reconhecimento a todos aqueles que estiveram presentes e que tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus orientadores, Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho e Professor Arquitecto Gonçalo de Sousa Byrne, por todo o apoio e disponibilidade ao longo deste percurso, sem os quais este trabalho não teria sido possível de realizar. Quero ainda deixar uma palavra de apreço à Professora Carina Sousa Gomes e à Professora Ana Pinho pela ajuda incansável e colaboração desde o primeiro dia.

Aos meus pais, Manuel e Maria, à minha irmã Carla, que sempre estiveram do meu lado ao longo destes anos. A eles agradeço a pessoa que sou hoje.

A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

Este trabalho de projecto centra-se principalmente em três elementos fundamentais de análise, e desenvolve uma reflexão em torno das noções de cidade, sociedade e arquitectura. Como objectivo principal, pretende-se discutir a relação complexa destas temáticas apresentadas, inseridas no contexto demográfico actual, do papel ético das acessibilidades, dos modos de habitar e envelhecer no Séc. XXI. A materialização desta discussão constrói uma proposta de intervenção para um local e um programa específico.

Como proposta de arquitectura num contexto citadino, a complexidade da paisagem urbana assume-se de um ponto de partida essencial, na compreensão do seu metabolismo heterogéneo, plural, diversificado e em constante mutação. Procura-se saber como a sociedade interage com este meio, sendo ele igualmente complexo, diversificado e em permanente transformação, percepciona, compreende e vivencia. Cabe então à arquitectura desenvolver essa articulação entre cidade e sociedade, procurar uma responsabilidade ética e social na construção de espaços.

Perante uma realidade complexa, que características devem então fazer parte do desenho do espaço arquitectónico que traduzem à permanência e utilização de igual forma? Qual deve ser o papel da arquitectura na realidade actual? Como desenvolver uma arquitectura ética baseada nas necessidades de cada indivíduo? São estas interrogações que estruturam e organizam o pensamento ao longo deste trabalho.

Apresentados os pressupostos teóricos, procede-se a uma análise e compreensão do local de intervenção, expondo todas as variáveis que concretizam a proposta final de projecto. São ainda apresentados as diversas escalas de intervenção, desde a componente urbana à escala do edifício. Este processo pretende oferecer uma resposta contextualizada com a realidade da cidade e da própria sociedade, onde se procede a uma regeneração urbana com a finalidade de desenvolver uma postura ética e de integração social. O papel ético da arquitectura é cada vez mais importante na construção de espaços acessíveis, de qualidade, que possam ser utilizados por todos sem excepção. A cidade como um espaço de todos para todos.

Palavras chave: Acessibilidade, mobilidade, coesão social, cidade, sociedade, arquitectura, responsabilidade ética, desenho urbano, vivências, regeneração urbana, integração social, acessibilidade social

Abstract

The current project work focuses mainly on the analysis of three key elements, and develops a reflection on the notions of the city, society and architecture. As a primary objective, this work intends to discuss the complex relationship of these themes presented within the current context of the population, the ethical role of architecture, modes of living and aging in the XXI century. The materialization of this discussion builds a proposal for a location and to response to a specific program.

As proposed architecture in the city context, the complexity of the urban landscape assumes an essential starting point in understanding their heterogonous, plural, diverse and complex metabolism, which is in constantly changing. So the fundamental point is to know how society, also complex, diverse and constantly changing, interacts with the environment that surrounds it, how he perceives, understands and experiences. There is up to architecture to develop this relationship between the city and society, in a way to seeking a social and ethical responsibility in building spaces for the people.

Faced with a complex reality, the main questions centres in what features should be part of the design of architectural space, which translates to individual to stay and use the same way? What should be the role of architecture in current reality? How to develop an ethical architecture based on the needs of each individual? These questions structure and organize the thinking throughout this work.

After presenting the theoretical assumptions, the work proceeds to an analysis und understanding of the intervention area, exposing all variables embodying the proposed final design. It also presents the different levels of the project design, from the global perspective to a smaller scale, in particular the urban scale to the building concept. This process aims to provide a response to the contextual reality of the city and society itself, where the whole concept intends to provide an urban repair and regeneration, but must important, intends to develop an ethical and social integration. The ethical role of architecture is increasingly becoming an important part for the concept of accessible buildings, with quality, that can be used by all people without exception. To fulfil a city space for all.

Key-words: Accessibility, mobility, social cohesion, city, society, architecture, ethical responsibility, urban design, experiences, urban regeneration, social integration, social accessibility

Índice

1 Introdução

Enquadramento teórico

4 Paisagem Urbana

7 Fragmentação e mutação da paisagem

9 Matriz, mancha e corredor

11 Cidade

17 Forma e espaço

18 Modos de vida no contexto urbano

21 Medo e Confiança nas cidades

24 Espaço Público

29 Vazios Urbanos

32 Identidade urbana

35 Representação mental e cognitivo do espaço

37 Concepção mental: memória e representação

38 O papel ético da arquitectura

42 Mutação do quadro social

52 Complexidade da diversidade humana

55 Mobilidade, acessibilidade e sociabilidade

58 Coesão social territorial: *Inclusive Design*

65 Cidades lentas: *Slow cities are living cities*

67 Estratégica metodológica

75 Programa e objectivos: Viseu – ACESS CITY AWARD 2014

79 Análise do lugar
91 Contextualização, formalização e decisão

98 Estratégia urbana: consolidação e regeneração
102 *Shared Space: city designed in human scale*
109 Habitação inclusiva e espírito de comunidade

142 Considerações finais

145 Referências bibliográficas
156 Fontes electrónicas
164 Bibliografia de imagens
165 Índice de figuras

167 Anexos
Anexos 1: painéis finais de apresentação
Anexos 2: levantamento fotográfico
Anexos 3: fotos das maquetes: processo

Introdução[1]

O presente trabalho centra-se no espaço urbano no âmbito das sociedades actuais em contexto de envelhecimento demográfico e de aumento populacional nas cidades do séc. XXI, bem como nas questões de acessibilidade, de habitação e de coesão social. Desta visão mais abrangente pretende-se desenvolver as bases necessárias para um enquadramento teórico que traduzem um conhecimento empírico e estruturado. O objectivo desta análise consiste na elaboração um quadro teórico que fundamente a concepção de espaços que promotores de relações e de integração social. Ou seja, a forma como a arquitectura influencia a interacção dos indivíduos no contexto urbano, assim como a resposta através do desenho urbano para as necessidades de cada indivíduo, na sua movimentação, percepção e a sua interacção com o próprio espaço.

O trabalho é constituído por uma base teórica de investigação, que permite o desenvolvimento de conceitos e noções defendidos por diversos autores, a partir dos quais se pretende enquadrar e justificar a proposta prática de projecto. Esta componente de projecto consiste na elaboração de uma proposta para a cidade de Viseu, mais concretamente na freguesia de Santa Maria de Viseu. Contudo, não se pretende com este enquadramento teórico inicial desenvolver apenas uma simples justificação das opções de projecto, mas sim conceber uma perspectiva coerente sobre as temáticas em causa, de forma a contribuir para uma fonte de conhecimento com possibilidade de futuras consultas.

Este trabalho remete para as relações entre a arquitectura, a sociedade e a cidade, a partir dos quais se procura realizar uma intervenção contextualizada que se centre nas questões sociais, bem como nas necessidades de acessibilidade e integração. A importância para o estudo sobre a cidade reside, desde logo, no facto de cada vez mais a população mundial residir em contexto urbano. Segundo dados estatísticos (Eurostat, 2012), as previsões futuras denotam um aumento substancial deste factor ao longo das próximas décadas. Como tal, torna-se essencial o estudo do contexto citadino, tendo sempre presente as transformações sociais como elemento caracterizador do meio urbano. As paisagens urbanas assumem-se como um elemento imprescindível de análise e reflexão sobre esta dualidade entre o indivíduo e o meio ambiente em que se insere, com a própria ecologia da paisagem, a qualidade de vida urbana e com a sustentabilidade dos seus elementos constituintes.

[1] Por opção do autor, este trabalho mantém a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.

O estudo sobre o tema do envelhecimento demográfico torna-se cada vez mais necessário numa perspectiva de entender as transformações sociais. Esta evolução demográfica tem vindo a agravar-se nos últimos anos e estudos recentes apontam para um aumento cada vez mais significativo do envelhecimento dos cidadãos. A par desta mutação demográfica, as necessidades de acessibilidade e mobilidade tornam-se consequentemente cada vez mais relevantes, principalmente em contexto urbano. Perante as transformações demográficas e sociais nas cidades é fundamental identificar uma abordagem de intervenção que tem por objectivo criar uma cidade mais coesa, que promova melhores condições de vida, de sociabilidade, de melhoria de qualidade de vida urbana, geradora de novos fluxos e vitalidade.

Assim sendo, a análise das transformações sociais e da própria relação entre sociedade, cidade e arquitectura permitem compreender nas diversas escalas, desde o indivíduo a um contexto mais abrangente, as influências e as interacções deste com o meio onde se insere. Mais importante ainda, é entender o papel que a arquitectura deve desempenhar nesta medição entre a realidade e a responsabilidade ética, no sentido de ir ao encontro da sua verdadeira finalidade.

Nesta linha de problematização, o trabalho tem como ponto de partida um questionamento sobre as transformações na sociedade, sobretudo na questão do envelhecimento, do aumento populacional nas cidades, e em que medida a arquitectura pode potenciar os espaços e vivências numa abordagem ética e de responsabilidade civil na coesão social. De que modo estas alterações demográficas interferem nas relações do indivíduo com o contexto envolvente onde se insere? Que adaptações são necessárias para garantir o acesso e a mobilidade das pessoas no espaço onde se inserem? Como é que este espaço é interpretado por cada indivíduo, independentemente da sua condição física, psicológica ou social? O espaço físico pode contribuir para uma coesão social? De que forma o desenho urbano permite criar novos fluxos e dar uma nova centralidade aos vazios urbanos? Será possível desenvolver um desenho universal coerente com as necessidades de cada indivíduo? Como é que se consegue conduzir as pessoas a permanecerem num determinado local? Estas são apenas algumas questões que serão abordadas ao longo desta investigação e que constituem uma base primordial para a metodologia abordada.

Perante todos os objetivos delineados, o trabalho segue uma estrutura dividida em três partes fundamentais. Na primeira pretende-se desenvolver uma contextualização teórica que servirá de suporte base para as opções de projecto, centrando-se nas questões sobre o envelhecimento demográfico, acessibilidades, mobilidade, a cidade, as relações sociais, a

identidade urbana, os sentimentos de presença e de apropriação do espaço urbano. Na segunda fase do trabalho segue-se então a referência à metodologia abordada, assim como uma contextualização do programa desenvolvido e da zona de intervenção. Por fim, a terceira parte do trabalho será relacionada com a apresentação e justificação da proposta de intervenção, desde o projecto global à escala urbana da cidade de Viseu até à concepção arquitectónica, ou seja, à escala do edifício.

Através desta estruturação, pretende-se dar uma continuidade desde a base teórica até à fase final, onde ainda se inserem referências a projectos de arquitectura e urbanismo, que constituem igualmente uma parte integrante do processo de investigação. A proposta traduz o resultado de toda a investigação desenvolvida ao logo deste trabalho, com o objectivo de conceber uma solução com identidade, prática e coerente com a realidade inerente.

Paisagem Urbana

O termo paisagem remete para algo ligado com os sentidos, uma relação que estabelece com o indivíduo e que cria sempre um cenário. A paisagem existe devido à caracterização feita pelo indivíduo, em que está muitas vezes associada a uma imagem, ou seja, a paisagem é a interpretação desenvolvida pelos sentidos.

> "(...) paisagem é a figuração da biosfera e resulta da acção complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os factores físicos do ambiente."
>
> (Cabral, 1973, s.p.)

Contudo a paisagem não pode ser vista como um elemento estático. Como tal, existe com ou sem intervenção do indivíduo, uma mutação ao longo do tempo. Isto remete para uma ideia fundamental do ponto de vista em que a paisagem não é um elemento estagnado. A caracterização da paisagem é desenvolvida a partir do seu movimento contínuo, que está associada às intervenções inerentes ao território.

É por isso essencial perceber que a paisagem é um elemento frágil, porque está sujeito a todas as acções que lhe são incutidas. Esta realidade é, muitas vezes, fruto da sociedade actual, em que existe uma transformação do território a grande velocidade e que não possibilita um controlo das implicações na paisagem. É importante salientar que as necessidades da sociedade consequentemente evoluem a um ritmo bastante acelerado, como tal este fator poderá ter consequências devastadoras na paisagem se não for controlado, ou se houver uma inexistência de um plano sustentável e conciso numa abordagem ecológica.

Numa análise mais concreta, a paisagem é composta por duas variáveis biofísicas, as naturais e antrópicas. Tal como o próprio nome indica, a componente natural descreve as acções naturais, enquanto a componente antrópica descreve as acções humanas. As variáveis biofísicas naturais estabelecem duas vertentes que determinam potencialidades, os elementos passivos que formulam características biológicas e físicas do território, ou seja, são fenómenos naturais. Em relação aos elementos activos encontram-se associados às questões biofísicas antrópicas. Isto significa que são acções do ser humano no território, onde o equilíbrio com a natureza poderá ser maior ou menor, dependendo dos impactos sobre a paisagem.

Como já foi referido anteriormente, a paisagem surge constantemente associada à noção de imagem, porém o modo como cada indivíduo vai interagir com a paisagem vai para além da imagem, ou seja, esta interacção vai ao encontro das emoções. A paisagem tem essa capacidade de proporcionar sentimentos ao observador. Existe sempre esta dualidade entre paisagem (emissor) e o observador (receptor), como tal não existe paisagem sem esta interacção. Isto é, quem atribui significados e a reconhece como paisagem é o indivíduo, sendo que a percepção está muito associada com a capacidade de captar todos os elementos que a compõem. Isto significa que só pode haver paisagem porque existe alguém que a identifica como tal. Sem o indivíduo não pode existir esse reconhecimento.

> "(...) sin percepción no hay paisaje. Es una construcción individual, un sistema de identificación cultural, un modelo de percepción."
>
> (Bru, 1997, p.181)

A paisagem está integramente ligada com o modo como cada indivíduo a percepciona de forma individual e singular. Desde logo conclui-se que essa percepção vai ser influenciada por questões pessoais, culturais e sociais. Esta ideia remete para a subjectividade da própria paisagem, que é interpretada de forma individual como um processo mental (*mindscape*). Este termo é utilizado por Lorzing (2001), que utiliza este conceito de paisagem mental como um processo de construção mental. Esta ideia de *mindscape* traduz um conceito gerado na mente de cada individuo de ordem imaterial e pessoal. A forma como cada indivíduo idealiza uma paisagem é singular e pessoal, que vai para além das suas experiências.

A paisagem é frequentemente associada também como natureza, esta visão é claramente errada e incompleta, visto que é um conceito muito mais alargado e complexo. Portanto, paisagem não é simplesmente um contexto natural, é todo um contexto envolvente. Quer isto dizer que pode ser natural quando é produto exclusivo da natureza, mas também pode ser artificial quando existe intervenção por parte do homem. Em concreto, a paisagem é a expressão física dos fenómenos naturais (paisagem natural) e da intervenção do homem (paisagem humanizada). Obviamente este conceito de paisagem tem vindo a evoluir ao logo dos tempos, onde é então possível identificar uma subdivisão: paisagem natural, naturalizada e urbana. Designa-se por paisagem natural quando não houve qualquer acção por parte do indivíduo. Significa isto que uma paisagem constituída por elementos no seu estado original, evoluem segundo processos ecológicos. Em contrapartida quando são intervenções no meio ambiente natural, subjacente a uma procura de revalidar os processos naturais, é definido

como paisagens naturalizadas. Esta modificação e adaptação da paisagem tem como base na procura de regular os processos naturais com uma forte influência no meio ambiente.

Tal como a paisagem naturalizada, a paisagem urbana insere-se dentro da paisagem humanizada, que traduz transformações de ordem antrópica. Este conceito encontra-se inerente à actuação sobre o território. É ainda caracterizada como sendo uma acção programada, pensada e objectiva sobre o meio ambiente que o rodeia. Esta evolução está em constante relação com a dinâmica social, que permite uma compreensão da mutabilidade e a própria evolução dos aglomerados urbanos.

A imagem final da paisagem urbana é caracterizada por componentes físicos e biológicos, como o exemplo da própria morfologia, topografia, clima, bem como os elementos físicos, no caso da malha urbana, o edificado e os espaços públicos. Em complemento com tudo isto, fazem parte ainda os recursos culturais e históricos como sendo o património que caracteriza a paisagem urbana.

Esta questão em torno da paisagem urbana foi intensamente debatida e reflectida a partir dos anos 60 por alguns autores, com ideias muito próprias. Um dos exemplos é a visão de Lynch (1990) que se foca muito em torno desta questão da percepção humana e a forma como cada indivíduo compreende e interpreta a cidade. Ou seja, consiste na junção de vários elementos interpretados de forma subjectiva e mental, onde se inicia um padrão de imagens de referência. Esta visão entra em ligação com a ideia do *genius loci* de Christian Norberg-Schulz (espírito do lugar).

Outra interpretação sobre a paisagem urbana, segundo Cullen (1974) centra-se na composição através de vários elementos físicos que caracterizam e compõem o ambiente urbano, como o exemplo das ruas, edificações, praças, entre outros. Ou seja, são todos os elementos que interagem com o indivíduo, a nível emocional e sentimental, que estabelecem esta ligação entre a escala humana e a escala urbana.

Fragmentação e mutação da paisagem

> "(...) a palavra paisagem representa hoje uma realidade de um certo tipo, que não é apenas uma vista, um panorama ou um simples pedaço de natureza, mas um sistema de espaços elaborados pelo homem à superfície da Terra para responder às necessidades de uma comunidade."
>
> (Matos, 2010, p.66)

A paisagem encontra-se em constante mutação ao longo do tempo, essa evolução é desenvolvida em função das acções do ser humano, num processo de transformação da paisagem pelas suas actividades, sejam elas de ordem agrícola, industrial, urbana, entre outros. É importante salientar que todas elas estão fortemente relacionadas com uma ordem social, económico e sobretudo de ordem política.

Contudo a própria paisagem é, na realidade, não só transformada unicamente pelo indivíduo, mas também estão presentes fenómenos naturais. O meio ambiente não reflecte apenas processos naturais, mas também são influenciadas pelas acções do homem. Esta realidade remete desde logo para outra condicionante destas acções directas no meio ambiente. Significa que estes impactos são directamente proporcionais com a dimensão da população num determinado local. As alterações na paisagem serão maiores quanto maior for a população nesse meio, do que deriva maiores alterações no uso dos solos bem como nas transformações da paisagem.

Por norma todas estas transformações têm vindo a intensificar-se ao logo dos tempos, devido essencialmente a um aumento demográfico. Estas alterações provocadas pelo indivíduo na paisagem tem vindo a interferir com a geomorfologia, que explica a génese e morfologia do território, bem como na transformação ao nível do uso dos solos, e consequentemente originando uma fragmentação da paisagem.

Perante todas estas mudanças é possível identificar três componentes: o meio físico, biológico e humano. A complexidade destes elementos remete para uma estrutura instável e em constante transformação. Essa mutação traduz num desequilíbrio quando não é controlado, consequentemente surgem divisões no território que, por sua vez, geram elementos isolados.

O próprio termo de fragmentação surge num processo de separação ou segregação, e leva, desta forma, a uma descontinuidade do meio ambiente. Esta interrupção pode trazer sérios problemas para a ecologia do meio ambiente, traduzindo-se num ecossistema desequilibrado.

> "(...) uma cidade fragmentada (...) não é democracia, não valoriza suficientemente os outros, não produz paisagens globais."
>
> (Portas, Domingues e Cabral, 2003, p.225)

Torna-se então essencial encontrar uma ideologia segundo princípios ecológicos de modo a estabelecer uma continuidade do meio ambiente. Obviamente que todas estas transformações, quer sejam elas de ordem espontânea ou consequente, reflectem uma evolução ao logo dos tempos. É portanto fundamental entender o que isso reflecte na paisagem, de modo a perceber as consequências que lhe estão subjacentes.

Matriz, mancha e corredor

Um dos aspectos mais importantes na paisagem é a capacidade de mutação, caracterizada também pelos movimentos e fluxos a ela inerentes. Como já foi referido anteriormente, estas alterações podem ser de ordem natural ou provenientes da influência da actividade do ser humano.

Torna-se fundamental referir a importância da ecologia da paisagem, que tem como principal elemento de estudo a estrutura, dinâmica e funções dos ecossistemas, sejam elas em ambientes naturais ou humanizadas. Neste contexto existem então três elementos base que compõem a paisagem: matriz, mancha e corredor.

> "Las matrix [matrices] son la malla o estructura ecológica que explica la forma y el funcionamiento de un mosaico. La matriz ecológica metropolitana es el sistema compuesto por los diversos espacios de interés natural que podemos potenciar y por los diferentes corredores verdes que podemos establecer."
>
> (Batlle, 2011, p.163)

A matriz é um tipo de ecossistema que normalmente é caracterizada por ocupar uma vasta área na paisagem. Possui ainda uma extensa conectividade, exercendo a grande influência sobre os resultantes elementos que compõem a paisagem. A natureza é por excelência a matriz da paisagem, ou seja, a matriz é a superfície base que serve como um elemento de suporte. A matriz é um elemento mais complexo de identificar, devido fundamentalmente ao facto de a matriz ser influenciada pelas manchas e corredores que a conformam. A complexidade reside, então, nesta condicionante dos elementos que a constituem. Assim sendo, a matriz pode ser homogénea, variável, extensa, limitada ou contínua.

> "Los patches [unidades de paisaje] son los espacios de interés natural existentes o posibles que podemos encontrar en nuestro territorio."
>
> (Batlle, 2011, p.163)

A mancha corresponde aos ecossistemas presentes na matriz da paisagem. É ainda caracterizada como um processo de perturbação, que pode ser permanente ou temporário. Numa mesma matriz, as manchas são um ecossistema isolado separadas de outras manchas. Estas rupturas resultam da quebra de continuidade, da fragmentação ou mesmo por uma

perturbação do sistema. Estas manchas são possíveis de identificar numa estrutura ecológica, independemente das características homogéneas, e na sua constituição é claramente visível essa diferenciação de um padrão. Esse padrão específico pode ser caracterizado pela sua forma de relevo, uso do solo, configuração e pela própria dimensão e extensão.

As manchas podem ser resultante de um processo de fragmentação, inerente à quebra de uma continuidade. Essa ruptura pode ser permanente ou temporária e, consequentemente tem uma forte influência no meio ambiente, quer ao nível do seu relacionamento, quer mesmo à questão de mobilidade. Resultam da interacção entre o meio físico e as perturbações de ordem natural ou por acção do ser humano.

> "Los corridors [corredores] son los elementos que nos permiten obtener la conectividad ecológica entre los diferentes espacios de interés natural."
>
> (Battle, 2011, p.163)

Os corredores são os elementos que fazem a ligação entre os ecossistemas na paisagem. Funcionam como eixos lineares que permitem promover a conectividade entre diversas manchas, isto é, os corredores constituem um recurso natural e funcionam como um estimulador da biodiversidade de um determinado local. No entanto, é importante referir que se essa continuidade for interrompida podem surgir barreiras que limitam a movimentação das espécies na paisagem, condicionando a biodiversidade.

Esta estruturação da paisagem permite clarificar a composição heterogénea do solo, a diferença e os contrastes, de forma a ser possível distinguir os diferentes tipos de uso do solo. Como já foi referido anteriormente, a paisagem não é um elemento estático, tem a capacidade de mutação, consequentemente, os próprios elementos que a constituem, tal como a mancha ou mosaico, sofrem igualmente mutações com o passar dos tempos. Desta forma o interesse desta ferramenta de caracterização da paisagem permite com maior facilidade a detecção e identificação de todos os elementos constituintes.

Uma das componentes mais notáveis é a capacidade de promover a biodiversidade num determinado meio urbano. Apesar de os corredores terem esta capacidade de ligação e de definirem limites e fronteiras, quando se intersectam com outros corredores, ou até com unidades de paisagem, podem causar pontos mais sensíveis. Esta intersecção deve ser preponderante numa abordagem mais cuidada devido aos conflitos que daí possam resultar.

Cidade

A paisagem urbana pode ser entendida na sua dimensão histórica, como espaço onde se desenvolvem as relações entre indivíduos, num resultado de decisões interligadas entre grupos, num espaço de distribuição e produção (Lynch, 1990). Resulta do comportamento intencional e deliberado, produto da interacção entre organismos vivos e realidade física que constituem o contexto urbano. Os agentes construtores de cidade são então constituídos por três variáveis, actor, acção e contexto.

> "O entendimento da cidade deve ser feito tendo como pano de fundo a sociedade urbana em processo de constituição, portanto, em movimento. Significa, na perspectiva geográfica, pensar a cidade a partir da espacialidade das relações sociais em sua natureza social e histórica."
>
> (Carlos, 2005, p.90)

É um espaço artificial na história em que as sociedades tentam marcar a sua presença através dos monumentos arquitectónicos numa determinada época (Aymonino, 1984). Desta forma a cidade reúne em si uma herança, o testemunho da sua evolução ao longo dos tempos, as diferentes necessidades e ambições de cada época, transmitindo essa mesma evolução e informação correspondente a cada fase. A cidade é a ideia de obra aberta que se assume como obra de arte que nunca se conclui (Brandão, 2006).

A cidade tem vindo a assumir, nos últimos anos, uma maior relevância no contexto mundial, em especial nos países em vias de desenvolvimento, onde se verifica um êxodo da paisagem rural e uma crescente tendência para um deslocamento da população (ONU, 2011). Perante este quadro demográfico o aumento populacional torna-se mais visível em contexto urbano, fortemente sentido e aumentado nas últimas décadas. As cidades são então o principal meio de captação, onde se prevê um aumento significativo da população urbana.

> "(...) the population living in urban areas is projected to gain 2,6 billion, passing from 3,6 billion in 2011 to 6,3 billion 2050. Thus, the urban areas of the world are expected to absorb all the population growth expected over the next four decades while at the same time drawing in some of the rural population. As a result, the world rural population is projected to start decreasing in about a decade and there will likely be 0,3 billion fewer rural inhabitants in 2050 than today."
>
> (ONU, 2011)

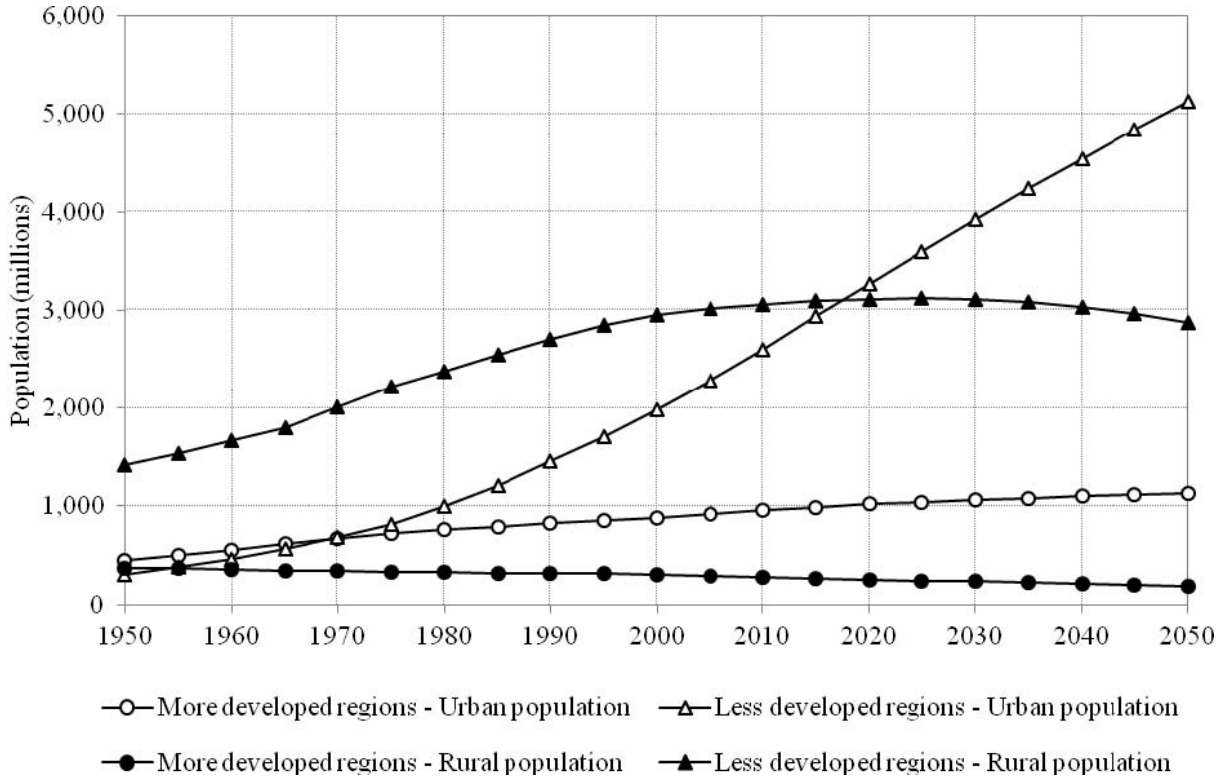
Fig. 1 Quadro evolutivo da população urbana, rural e total, 1950-2050

Fonte ONU, 2011

	Population (billion)					*Average annual rate of change (percentage)*			
Development group	*1950*	*1970*	*2011*	*2030*	*2050*	*1950-1970*	*1970-2011*	*2011-2030*	*2030-2050*
Total population									
World	2.53	3.70	6.97	8.32	9.31	1.89	1.55	0.93	0.56
More developed regions	0.81	1.01	1.24	1.30	1.31	1.08	0.51	0.23	0.06
Less developed regions	1.72	2.69	5.73	7.03	7.99	2.23	1.85	1.07	0.65
Urban population									
World	0.75	1.35	3.63	4.98	6.25	2.98	2.41	1.66	1.13
More developed regions	0.44	0.67	0.96	1.06	1.13	2.09	0.89	0.52	0.29
Less developed regions	0.30	0.68	2.67	3.92	5.12	4.04	3.33	2.02	1.34
Rural population									
World	1.79	2.34	3.34	3.34	3.05	1.36	0.87	-0.01	-0.44
More developed regions	0.37	0.34	0.28	0.23	0.18	-0.48	-0.48	-0.92	-1.14
Less developed regions	1.42	2.01	3.07	3.11	2.87	1.74	1.03	0.07	-0.40

Fig. 2 Evolução da população urbana e rural no mundo, 1950-2050

Fonte ONU, 2011



Face a esta realidade, o estudo sobre a cidade como objecto de análise acaba por se destacar neste enquadramento geral, visto que as previsões futuras remetem para uma população cada vez mais urbanizada. Como tal, as cidades garantem um estatuto preponderante como actores não só da paisagem actual mas também sobre uma perspectiva futura. A própria forma de observar a cidade perante esta perspectiva de construir melhor cidade, que promova as relações sociais e que propicie maior coesão. Como refere Fortuna (2002) é necessário não só construir mais cidade, mas também é fundamental garantir uma melhor cidade para todos. Do mesmo modo que todas as intervenções urbanas devem ter um carácter social equilibrado e integradas num contexto participativo (Guerra, 2003).

> "The city is an agglomeration of living organisms and objects, come together in an historical process, creating a rich tapestry of meanings and possibilities. Any intervention in the city is an intervention in a multitude of layers of meaning, which can have the desired effect for some parties but can also have unintended consequences for them or undesirable effects for other."
>
> (Menin, 2003, p.121)

O modo como se intervém no contexto urbano deve ter em consideração os factores sociológicos inerentes a esta, isto é, deve haver uma aproximação entre a cidade e a sociedade, onde o espaço físico se conjuga com o indivíduo através dos seus modos de vida. É muito mais do que um mero objecto perceptível, é um produto de inúmeros agentes construtores que o alteram constantemente. Este fluxo de trocas confere à cidade diversidade devido à multiplicidade e complexidade de todos os agentes intervenientes. Esta diversidade resulta num processo fragmentado e estigmatizado por interesses pessoais (Lynch, 1990). O próprio contexto diversificado e único, contribui para interacções distintas e complexas, o que reforça à cidade um carácter heterogéneo.

Para além destas características diversificadas, o espaço temporal e histórico inerente à própria cidade apresenta-se como um factor de enorme relevância. A carga histórica da cidade reforça uma sucessão de fases e épocas que vão consolidando num processo contínuo indeterminado, sem nunca atingir um termo. Este processo de mutação e desenvolvimento da cidade é complexo e traduz o resultado das múltiplas transformações ao longo de várias gerações.

A evolução temporal da cidade é um processo importante, no entanto, a cidade contemporânea atinge um carácter dominador em relação ao espaço envolvente, onde essa

escala não consegue ser controlada na totalidade pelo ser humano (Távora, 2006). Assim sendo, apenas é possível controlar parcialmente o crescimento e forma da cidade, visto que este processo de evolução e transformação depende de todos os agentes que a influenciam (actores, acções e contextos). Torna-se cada vez mais difícil definir os limites das cidades actuais, tanto a nível conceptual, como do ponto de vista geográfico ou das políticas urbanas, até porque este objecto encontra-se em constante evolução e sem contornos precisos (Ferrão, 2003).

A cidade é muito mais do que um processo de construção física no espaço, a si convergem dimensões políticas, económicas, sociais ou até mesmo cultural. São então actores sociais completos e multidimensionais (Borja, 1997). Funcionam como geradores de fluxos e redes interligadas entre si, que permitem uma constante troca de informação e comunicação, onde as cidades já não funcionam isoladas (Castells, 1997).

> "Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento (...) adquirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social (...) uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço."
>
> (Santos, 2002, p.106)

Esta globalização e constante troca de informação pode traduzir uma uniformidade de ideais e soluções, podendo fazer surgir fórmulas convencionais descontextualizadas das necessidades de cada lugar. Com este processo evolutivo, as paisagens urbanas ficam, cada vez mais, sujeitas a uma uniformidade, o que pode encaminhar para conflitos e obstáculos no seu desenvolvimento. Aliado a esta evolução, existe ainda uma vertente de manipulação dos aspectos físicos, culturais, sociais e sentimentais da paisagem urbana influenciada pelos seus interesses e na procura de dar resposta às suas opções pessoais (Relph, 1987). Da mesma forma que as imagens visuais de publicidade, as imagens ideológicas de condicionamento político, quer mesmo de uma arquitectura mercantilizada remetem para a manipulação que impede o processo de imaginação (Pallasmaa, 2011c).

Esta ideia está interligada com o conceito de *City of Spectacle*, cidade do espetáculo, que idealiza a cidade dependente do consumo e dos consumidores, organizada por uma lógica de mercado e publicidade, com o objectivo de criar cenários ou imagens estereotipadas com fins turísticos e de autopromoção (Boyer, 1996; Ferreira e Gomes, 2012). Esta criação de

imagens sem qualquer integração da cultura e dinâmicas urbanas locais, acabam por se afastar de uma lógica estratégica, e aproximam-se de um imaginário sem correspondência à realidade. A manipulação da cultura das cidades pode ter um efeito negativo e completamente descontrolado, com um efeito contrário do pretendido (Peixoto, 2000), " (...) constitui um dos aspectos centrais da sua identidade material e simbólica, assim como dos modos de vida urbanos (...)" (Ferreira e Gomes, 2012, p.25).

A preservação da cultura é imprescindível na criação dos ambientes urbanos, da própria matriz morfológica, económica e funcional das cidades. Funciona ainda como um recurso fundamental na regeneração, na preservação de identidade urbana, estimulam para os processos socioeconómicos e urbanísticos, o que promove uma imagem apelativa das cidades (Ferreira e Gomes, 2012). Neste seguimento é necessário que as cidades continuem a dar resposta a um novo modelo económico que actualmente se encontra em vigor, isto significa que o contexto urbano deve proporcionar infraestruturas, integração social, coesão social e governabilidade (Borja, 1997). Apenas desta forma as cidades são capazes de garantir competitividade num mundo globalizado e qualidade de vida. O planeamento urbano tem neste processo, um papel fundamental na critica e questionamento da estrutura e organização actual.

> "A imagem de um lugar corresponde ao conjunto de crenças, ideias, impressões e expectativas que se têm acerca desse lugar (...) são uma simplificação de um vasto número de associações e de fragmentos de informações ligados a um lugar."
>
> (Peixoto, 2000, p.103)

Para além dos seus aspectos físicos, é importante referir na questão das imagens que estão inerentes à cidade (Baptista, 2003), assim como os espaços imaginários e de representação (Gomes, 2008). Nesta relação que o indivíduo exerce com o meio envolvente, a imagem mental está repleta de memórias e significados (Lynch, 1990). As imagens de cada lugar correspondem a um conjunto de informações captadas individualmente de forma instintiva e inconsciente. Representam um conjunto de crenças, ideias, expectativas e impressões que se interiorizam desse lugar (Peixoto, 2000).

Assim sendo, a imagem de uma cidade está directamente relacionado com a representação pessoal, que varia de indivíduo para indivíduo, o que compreende imagens diferentes do mesmo lugar. Este processo resulta da inter-relação entre o observador e o meio envolvente. Mais concretamente, trata-se então da identificação de um objecto, o que implica

que este seja identificado e reconhecido, ao mesmo tempo que tenha a capacidade de despertar um significado emocional ao observador. Estas imagens são variáveis, e dependem de vários factores e condicionantes. Segundo Lynch (1990), a forma física de cada lugar contém imaginabilidade, ou seja, a qualidade de um objecto físico que permite despertar a evocação de uma imagem mental num dado observador. Desta forma, quanto maior for o expoente da imaginabilidade de um determinado lugar, mais simples será o seu reconhecimento e estruturação visual. É através deste imaginário que o ser humano atribui significados à realidade e, através de um processo mental, desenvolve a capacidade de criação. Esta realidade é captada de forma individual através dos sentidos (Pesavento, 2007).

É fundamental para a cidade que a sua imagem esteja em constante evolução, e evite um processo de estagnação, sem perder um ambiente imaginável de qualidade e ao mesmo tempo susceptível a mudanças (Lynch, 1990).

É necessário desenvolver a cidade de forma a melhorar a imagem que tem de si e a que exerce para o exterior, apostando em características próprias que lhe convergem identidade, originalidade e singularidade. Os esforços devem ser concentrados na procura do equilíbrio, cidadania e qualidade de vida urbana. No entanto a paisagem urbana caracteriza-se pela sua complexidade devido a todos os elementos que a compõem, desde os diferentes significados, escalas, limites, movimentos e fluxos, até ao modo como é percepcionado por cada indivíduo de forma diferente e única. A cidade caracteriza-se pela sua complexidade, mutabilidade, heterogeneidade, e cada vez mais se assume como o centro da paisagem actual e futura.

Forma e espaço

A forma de uma cidade deve ser "(...) moldável aos propósitos e às percepções dos cidadãos" (Lynch, 1990, p.103), adaptar-se às necessidades de cada época, dando assim novas características ao meio físico. Esta adaptabilidade permite à cidade desenvolver-se no tempo e espaço. Quando se qualifica uma cidade pela sua forma, quase sempre se idealiza os espaços físicos, como as vias, limites, bairros, cruzamentos e outros elementos marcantes da paisagem, no entanto este aglomerado urbano funciona como um organismo vivo de forma complexa. Identificam-se neste conjunto todos os elementos constituintes, que transformam e caracterizam constantemente a forma da cidade, por organismos vivos (ser humano), que respondem de acordo com as suas necessidades e objectivos.

A forma da cidade deve seguir os princípios de singularidade, clareza, simplicidade, continuidade, predominância, clareza, direcionamento, alcance visual, consistência do movimento, ciclos temporais, significado e nome. Para isso, Lynch (1990) defende uma cidade estruturada por vias, cruzamentos, limites, bairros e elementos marcantes na paisagem. A forma de uma cidade deve surgir a partir de imagens e sentimentos que a acompanham, deve ainda estar ligada directamente com o aglomerado populacional presente e futuro, de acordo com os seus interesses pessoais e globais, adaptável a todo o tipo de culturas, ser simples e flexível para poder ser utilizada por todos. Por fim, deve ainda compreender outras formas que lhe conferem uma capacidade de evolução.

Estas capacidades permitem à cidade evoluir de forma coerente, ser produtoras de significado, aspectos estes que se reflectem na qualidade e organização dos seus espaços públicos. É fundamental para os espaços urbanos serem dotados de significado, que lhe convergem um sentido de espírito do lugar (*Genius loci*) e permitem ao espaço ser único e inconfundível (Norberg-Schulz, 2000). Esta lógica do espírito do lugar entra em paralelo com os aspectos sociais, na capacidade de cada indivíduo se identificar com o espaço físico (Guerra, 2003).

A heterogeneidade da sociedade deve ser um factor fundamental a ter em conta no planeamento das cidades, uma vez que a forma da cidade assume um papel fulcral no seu processo de desenvolvimento, onde os espaços públicos devem ser organizados, flexíveis e dotados de simbolismo.

Modos de vida no contexto urbano

O contexto urbano não se cinge apenas à sua dimensão física, é igualmente caracterizado pela sua capacidade de sociabilidade, isto significa que as pessoas e as suas actividades são igualmente tão importantes para a cidade como as suas componentes físicas. É importante então ter em consideração a sua configuração física, bem como a realidade social e simbólica (Lynch, 1990).

É nas cidades que habitam um maior número de pessoas, com pensamentos e modos de vida completamente distintos, desta forma é possível concluir que a forma e o desenho do espaço físico têm um papel fulcral e indispensável na construção de sociabilidade. A cidade pressupõem um contexto de comunidade, não isolados, onde as pessoas se relacionam maioritariamente nos espaços públicos. Como tal, "agir sobre o espaço é, simultaneamente, agir sobre a sociedade" (Guerra, 2003, p.238). Esta questão é bastante pertinente, dado que, o modo como a cidade está organizada estrutura as interacções sociais de cada contexto citadino, reflectindo em parte as relações sociais e a importância que a sociedade atribui à coesão social espacial.

O contexto urbano é caracterizado e ao mesmo tempo caracterizador das relações sociais, influencia os modos de vida e reflecte ainda, a importância que a sociedade confere em relação à coesão social. Tem a capacidade de revelar fragilidades, conflitos e antagonismos sociais. É igualmente nas cidades que as relações se qualificam pelo seu carácter mais impessoal, o que pode originar uma fragmentação e segregação social (Wirth, 2001).

Em todo o caso e ao contrário do que acontece no meio rural, a cidade moderna é normalmente caracterizada como sinónimo de distância entre indivíduos. Esta realidade presente em contextos urbanos remete para o crescimento complexo e exponencial dos aglomerados urbanos sem uma ideia de continuidade. Esta fragmentação espacial traduz numa paisagem urbana descontínua e desigual com fortes oposições sociais de isolamento, anonimato e sentimentos de indiferença. Esta descontinuidade revela, também, uma incapacidade na eficácia do uso de ferramentas e metodologias do planeamento urbano convencional.

Segundo Simmel (2001) nas grandes metrópoles os indivíduos tendem a refugiar-se no individualismo e anonimato como forma de protecção perante os múltiplos factores externos, pois, o sujeito não consegue relacionar-se com todos os indivíduos em presença, e como tal

necessita de um certo distanciamento, o que vai fazer com que consiga manter um equilíbrio mental. O individualismo é uma forma de protecção, possibilitando ao sujeito fazer uma selecção das pessoas que lhe interessa, o que traduz num espírito calculista ou auto-defensivo. Esta atitude racionalista e não emocional revela uma postura de indiferença face ao que rodeia o sujeito. A atitude *blasé* revela-se como um fenómeno psíquico de apatia e indiferença, que permite uma avaliação superficial e reserva mental. Esta atitude é imprescindível no processo de equilíbrio nas relações sociais, permite ao indivíduo dispor de um certo nível de privacidade e escapar a um controlo social.

Ao contrário desta teoria, Rémy e Voyé (1994) defendem a importância da integração e a mobilidade espacial como condição de dinâmica social. Reforçam ainda que com essa integração possibilita uma valorização social, e deixa assim de ser simplesmente uma possibilidade técnica.

> "(...) embora permanecendo distintos uns dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de troca mediante a partilha legítima de um mesmo território, o que não somente facilita os contactos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios."
>
> (Remy e Voyé, 1994, pp.14-15).

No entanto a mobilidade não é uma condicionante ao indivíduo, mas sim uma mais valia para a sua relação com a sociedade, que faz parte do processo de urbanização. A complexidade entre estes dois termos, a valorização social e a mobilidade técnica, em que existem possibilidades dissemelhantes: os que entram numa lógica de apropriação; onde essa mobilidade constitui uma vantagem; os que permanecem distantes a essa integração, isto é, continuam a mostrar um certo distanciamento e uma vontade de resistência no processo de integração; por fim, os que veem esse distanciamento como algo negativo ou iníquo.

A apropriação do meio urbano não está directamente relacionado com o modo de uso, mas sim com o modo como é feita essa integração. Ela pode ser de ordem social ou cultural, consoante as relações sociais que exercem com um determinado espaço. Por outras palavras, no sistema social a valorização da escolha contribui para instaurar no indivíduo um certo nível de autonomia e liberdade no processo de interacção.

É possível observar situações em que as relações podem ser distantes ou de proximidade, o que traduz uma heterogeneidade e diversidade nas relações sociais. As cidades interiorizam sentidos múltiplos e modos de vida completamente distintos entre si (Gomes, 2007). O espaço público nas cidades propicia este tipo de contacto, troca de experiências e

permite um equilíbrio nas relações entre as pessoas. Esta necessidade de manter relações e convivências faz parte integrante do ser humano, o que implica uma cidade viva.

Torna-se fundamental compreender os modos de vida nas cidades bem como os sentimentos de pertença e de apropriação do espaço público. Esta necessidade de compreender o modo como o individualismo influencia a relação com o espaço público, da mesma forma que percepcionamos esse mesmo espaço e por fim, a própria forma como é feita essa apropriação do espaço urbano.

Medo e confiança nas cidades

O tema do abandono, do perigo, da insegurança e da rejeição são conceitos imprescindíveis no estudo das cidades. Esta abordagem à temática do medo e da confiança no contexto urbano relaciona-se objectivamente com o meio físico, com o individuo ou até mesmo com um determinado grupo social (Lynch, 1990).

> "A city sidewalk by itself is nothing (...) only in conjunction with the buildings and other uses that border it (...) Streets and sidewalks, the main public places of a city, are its most vital organs."
>
> (Jacobs, 2000, p.39)

O espaço público é composto fundamentalmente por ruas, praças e espaços públicos. São estes os elementos vitais de uma cidade, que só fazem sentido serem estudados se analisados no seu conjunto, em concordância e conjugação com outros usos e formas que o delimitam.

> "Cities are the engine of economic development, employment and opportunity. They can be diverse, vibrant and exciting places, especially for the young, but many are also polluted, congested, overcrowded and crime-ridden."
>
> (Hanson, 2004, p.2)

Quando se aborda a temática da segurança nos espaços públicos, é importante salientar que o seu controlo não é garantido exclusivamente pelas forças de segurança pública, mas principalmente pelas próprias pessoas que exercem involuntariamente uma rede de controlos naturais. Torna-se então essencial e necessário a utilização dos espaços de uma forma contínua, no sentido de garantir o controlo e vigilância dos mesmos, pois um espaço que não é utilizado, ou se encontra escondido na cidade, tem grandes probabilidades de acabar por se tornar numa zona insegura. São pois mais seguros e humanizados aqueles espaços que oferecem vários tipos de actividades, e que se caracterizam pela presença continuada das pessoas, não sendo simplesmente locais meramente de passagem, permitem desenvolver uma lógica de comunidade e sentimentos de pertença (Gehl, 2010).

A capacidade de captação de pessoas ao espaço urbano, conferindo-lhe vida e gerando-lhe fluxos, é a solução para o controlo desse mesmo espaço e garantia da sua sobrevivência e segurança. No entanto, a cidade não funciona de uma forma linear, do mesmo

modo que não se pode forçar as pessoas utilizarem um determinado espaço, se não existirem razões para o fazer.

Não basta criar apenas um espaço. Este espaço a existir terá que ter qualidade a nível urbano, físico e também programático. É pois relevante o programa a implementar, devendo este gerar e estimular actividades, proporcionar movimento e vida nos ciclos diurno e nocturno. Desta forma os programas devem ser diversificados para permitir esta utilização contínua, e não se restringirem apenas a um tipo de uso. Para além desta questão da diversidade e multiplicidade de usos, o espaço público deve ser estar de acordo e ser coerente com o ambiente envolvente, ser perceptível e fomentar a concentração de pessoas suficientemente densa para que a troca de experiências e relacionamento, potenciando ao máximo uma convivência saudável e harmoniosa.

O estudo sobre a cidade torna-se a questão central, até porque ela reflecte as relações sociais, as redes geradoras de poder, de dominação e ainda a importância da coesão social espacial. É preciso entender que numa cidade, estas questões estão intimamente ligadas aos seus contextos urbanos e aos níveis de conforto proporcionados, assim como às estruturas edificadas, reveladoras, ou não, de fragilidades ao nível da concepção dos espaços, geradores, ou não, de conflitos quer sociais quer identitários.

Os sentimentos de insegurança, desconfiança e medo, encontram-se aliados à forma como os indivíduos se relacionam com os espaços e entre eles. Os sentimentos de não familiaridade e medo do desconhecido aumentam esse estado de insegurança. O medo de nos relacionarmos com o desconhecido representa uma reacção de *mixofobia*. Tal como refere Bauman (2009), esta reacção é o resultado de espaços fechados, e descontextualizados, que se encontram de alguma forma isolados da cidade. Este processo de segregação urbana traduz numa separação física dos indivíduos com o meio físico.

Se os espaços não forem acolhedores, abertos e convidativos, condicionam desde longo a utilização desse mesmo espaço, dando origem a sentimentos de indiferença perante os mesmos, muitas vezes associado e aliado a barreiras psicológicas e sociais. Estas atitudes perante estes espaços só podem ser atenuados com uma postura de *mixofilia*, que permite minimizar a desconfiança, o medo, a segregação e o isolamento e reduzir eventuais barreiras psicológicas e sociais existentes no indivíduo.

É importante salientar que os sentimentos de *mixofobia* e *mixofilia* são ambos incutidos pela cidade em cada indivíduo, influenciando e condicionando individualmente cada um nos seus interesses, na sua personalidade e no seu estado de espírito, provocando na diversidade e complexidade do ser humano reacções únicas e imprevisíveis.

Os fenómenos geradores de ambientes de insegurança no contexto citadino são geralmente provocados e associados a fenómenos de não familiaridade, ou de opacidade e complexidade do meio, ou ainda pelo medo do desconhecido desses mesmos espaços. Estes fenómenos de insegurança e indiferença devem-se essencialmente ao crescimento complexo e descontínuo dos aglomerados urbanos, e à existência de espaços sem continuidade e com fortes oposições sociais.

Espaço público

"O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (...) no fundo, o espaço público é a cidade." (Indovina, 2002, p.119). Reúne em si valores de urbanidade, é um elemento primário e indispensável na formação de vida urbana. Detém em si um valor patrimonial e histórico na paisagem urbana, pelo seu desenho e singularidades estruturantes. Pode ser considerado como um espaço resultante da sobreposição e interacção dos grupos sociais na cidade. É um elemento integrante e indispensável na imagem da cidade.

É através do processo de organização e controlo que se determina a articulação do espaço público, e se implementam matrizes relacionais, físicas e humanas, assim como as manifestações do exercício do poder. O espaço público é então uma demonstração física do exercício do poder, da organização e do controlo, seja ele de ordem física ou humana.

> "O espaço público é um conceito jurídico: um espaço submetido a uma regulação específica por parte da administração pública, proprietária ou que possui a faculdade de domínio do solo e que garante a sua acessibilidade a todos e fixa as condições da sua utilização e de instalação de actividades."
>
> (Borja, 1998, s.p.)

A diferenciação do espaço público e privado resulta de uma configuração que estrutura a cidade. Para Domingues (2009) funciona ainda como um suporte físico da estrutura social no contexto urbano, que regula o contacto e interacção entre o ser humano e o ambiente construído. Determina um espaço de partilha entre grupos sociais, constituindo ainda a base da vida social dos diversos intervenientes. "(...) public space can also be understood as a frequented place, like an intersection of mobile entities, animated by the merging of movements that occur within it." (Pietromarchi, 2005, p.9).

Ideologicamente, o espaço público caracteriza-se pela sua capacidade de coesão social, pela sua acessibilidade (a todos) e pela criação de espíritos de comunidade. No entanto estes princípios tornam-se ambíguos e complexos devido à proliferação das entidades privadas que geram condicionalismos ao próprio acesso e aos modos de apropriação do espaço público (Marvins, 2001).

> "Public space, then, implies public domain, collective social use and multi-functionality. It is physically characterised by its accessibility, which makes it a factor of centrality. The quality of public space could be valued, above all, for the intensity and quality of social relations it fosters, for its capacity to mix groups and different kinds of behaviour and its ability to stimulate symbolic identification, and cultural expression and integration. (...) have certain formal qualities such as continuity in urban design and a self-organising capacity, generosity in its forms, its image and materials, and adaptability to different uses over time."
>
> (Borja, 1998, s.p.)[2]

O espaço público é na sua essência um espaço multifuncional e concentra em si valores e referências para a sua identidade urbana. No mosaico da cidade, a complexidade do espaço público reside no modo como cada indivíduo utiliza e se apropria desses mesmos espaços, também ele caracterizado pela sua diversa e complexidade. Devido a esta complexidade da sociedade, o conceito chave para a concepção dos espaços públicos deve ir para além de uma formalização conceptual, e basear-se em princípios de identidade e pertença na comunidade (Brown, 1980). Como referem (Bauman, 2009) e (Lawson, 2001) cada indivíduo deve encontrar um lugar com o qual se identifica.

> "(...) o uso dos espaços públicos mais tradicionais não correspondem aos modos de vida urbanos mais recentes e as práticas de sociabilidade muito marcadas pela festividade e se estes novos espaços, na maioria das vezes de natureza privada, apresentam condições atractivas e respondem àquelas novas formas de estar em público (...)"
>
> (Castro, 2002, p.64)

A solução reside na dinâmica própria destes espaços, que se institui como parte integrante da estrutura urbana e do interesse colectivo. O espaço público é muito mais do que um vazio estruturante da cidade, é um espaço com valor e significado, gerador de contacto, dinâmico e comunitário. A principal premissa do espaço no contexto citadino enquanto espaço de carácter público, é a capacidade de promover as relações entre indivíduos e deste com o ambiente físico. No contexto urbano presente, o espaço público posiciona-se como elemento integrante na vida social, pelo seu valor informativo e de formação social e cultural.

[2] Citizenship and Public Space; Artigo disponível em: http://www.publicspace.org/ca/text-biblioteca/eng/11-ciudadania-y-espacio-publico

O ser humano é um ser eminentemente social, e, todos os componentes da vida social se encontram, de alguma forma, interligados e subordinados à condição de espaço, onde se desenvolvem relações associadas às noções de localização (lugar) e identidade. A cidade enquanto elemento resultante da cultura, exprime os valores da sua cultura através da formalização e concepção dos seus espaços urbanos, assim como expressa os desejos e necessidades da sua comunidade social e o modo como esta de organiza. Como já foi referido ao longo do trabalho, o espaço urbano rege-se pela sua importância na estruturação da cidade, e assume-se como base de referência na organização da vida humana. A relação intrínseca entre a cultura, conhecimento e a forma urbana são elementos fundamentais para a percepção e análise do espaço urbano.

Contudo o espaço público não pode ser unicamente entendido como um mecanismo autónomo, este interliga-se e caracteriza-se como fonte de comunicação com outros níveis espaciais, como a escala da própria cidade. Esta comunicação interna pressupõe uma ideia de encontro, troca, inter-relação e confronto entre os elementos físicos e actores sociais. São estes factores que constituem a totalidade do ambiente citadino. A paisagem urbana é ainda caracterizada pela sua imagem (capacidade de imaginação) e com os seus elementos identitários. São estes elementos de orientação na sua estrutura, que ao mesmo tempo a caracterizam e lhe determinam a analogia entre a cidade e o território.

A cidade é o reflexo do quotidiano social, da acumulação de experiências e do valor de descoberta; é através da arquitectura que se representa o destino do indivíduo, que constrói a cidade de acordo com os destinos e desejos individuais (Monestiroli, 1993).

> "As actividades sociais de lazer, as vivências lúdicas, o convívio, são em termos de motivação individual uma dimensão importante na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, uma dimensão da realidade social urbana suficientemente autónoma para construir um ponto de partida para o conhecimento da diversidade social e cultural de qualquer cidade."
>
> (Cordeiro, 1990, p.133)

O espaço público é constituído por um substrato relacional que determina o estabelecimento das actividades e a relação entre os indivíduos nesse mesmo espaço, permitindo a atribuição de valores e significados. Estes valores intrínsecos são elementos chave no contexto urbano. Para Jacobs (2000) os encontros ocasionais do quotidiano urbano permitem momentos de reunião e visibilidade dos indivíduos no espaço público. Quer a cidade, como o espaço urbano público instituem-se como espaços relacionais. Nesta sua

dimensão relacional, o espaço urbano enquanto plataforma das relações sociais que lhe são inerentes, determina a identidade de um lugar. A identidade urbana surge então como processo de construção unitário e intrínseco. O espaço público além da sua dimensão relacional, detém ainda uma dimensão existencial, que será abordado nos capítulos seguintes.

> "A definição do conjunto dos espaços colectivos advém da especificidade de modos culturais, históricos, geográficos e espaciais, funcionamentos e vivências sobre o espaço urbano num determinado período, numa certa cidade, de atribuir significados e hierarquias de uso ou de cultura às partes da cidade."
>
> (Cesari, 1990, p.86)

A construção física da cidade organiza-se na complexidade entre o cheio (edificado) e o vazio (espaço aberto). É neste processo que a paisagem urbana adquire e determina parte essencial das suas qualidades espaciais e urbanas. Segundo Kostof (1992) é nesta medição destas duas realidades (espaço cheio e espaço vazio) que se determina, constrói e configura a estrutura base da cidade. Estes dois factores são um parte insubstituível no processo de urbanidade, que determina esta relação entre o cheio e o vazio, público e privado. No processo de construção da cidade, como espaço social, traduz numa rede relacional complexa, que determina a sua forma, organização e imagem.

Assumindo-se como estrutura da urbe, o espaço público da cidade, permite a valorização dos factores físicos (espacial) e dos humanos (sociedade, política e economia) enquanto agentes participativos na construção da paisagem urbana.

> "(...) capaz de conter os mais variados e imprevisíveis eventos, espontâneos ou não, e onde as pessoas com comportamentos e fins diversificados participam quotidianamente e naturalmente em actividades colectivas."
>
> (Chermayeff e Tzonis 1996, p.87)

O desenho e planeamento urbano surgem assim como elementos fundamentais e determinantes na concepção do espaço público, determinando-lhe a forma, o uso e a actividade, assim como pré determina a instituição das relações sociais. Para Hillier e Hanson (1984) o espaço público tem a capacidade de juntar aquilo que é separado pela sociedade. Os espaços que se constituem como referência pelas suas qualidades intrínsecas, permitem a estimulação, encontro das relações sociais no meio urbano, desafiando as lógicas e hierarquias sociais, e incorporando a existente diversidade de indivíduos (mosaico urbano).

Em forma de síntese, as relações no espaço público caracterizam-se e distinguem-se pela sua capacidade em conseguir estabelecer entre a qualidade do espaço (meio) físico e os grupos sociais que lhe reconhecem valor, importância e uso. Dada a sua importância como lugar de interacções, o espaço deve assumir-se como espaço de partilha (*shared place*) ou espaço partilhado (Pietromarchi, 2005).

A concepção deste espaço deve permitir o reconhecimento e facilidade na compreensão das suas funções primárias. No entanto, os espaços urbanos revelam muitas vezes funções forçadas sem qualquer ligação com a envolvente, sem deixar que este assuma uma função natural e espontânea. O espaço público deve conseguir estabelecer, encorajar e respeitar a complexidade, espontaneidade e diversidade do ser humano, garantido desta forma a plenitude social na urbe.

Vazios urbanos

Nas cidades é frequente a existência de zonas não-planificadas, designados por vazios urbanos, surgidas em contexto urbano, na sequência de problemas como, a degradação, o abandono, a falta de qualidade espacial, a marginalização, a especulação, a dispersão e a exclusão. Estes espaços caracterizam-se, maioritariamente, como zonas residuais desligadas da envolvente que, representam grande parte dos problemas actuais dos contextos citadinos. Em alguns casos, esta separação ou fragmentação deve-se à sua tipologia, ou até mesmo pela diferença em relação à envolvente.

Os vazios urbanos caracterizam-se por serem espaços resultantes do edificado envolvente, sem qualidade urbana, decadentes e, de alguma forma, esquecidos pelo planeamento urbano. São espaços sem uma clara definição de limite e surgem através dos elementos (cheios) que a delimitam, sejam eles edifícios ou vegetação (Magalhães, 2001). Estes vazios surgem principalmente devido ao crescimento descontrolado, desorganizado e heterogéneo das cidades, às constantes migrações e deslocamento de fluxos e actividades, assim como à sobreposição e dispersão de espaços, ou ainda devido às falhas do planeamento urbano, onde os espaços envolventes aos edifícios surgem de uma forma quase resultante e não-estruturante. Estas falhas não residem no planeamento teórico, mas sim na incapacidade de implementação destes ideais perante muitas vezes toda uma conjuntura política e económica. O planeamento urbano deve "(...) prever o diálogo entre edifícios e o domínio público, entre o cheio e o vazio, entre o organismo edificado e os espaços que gera à sua volta." (Alves, 2003, pp. 18-19).

Neste tipo de espaços, pela sua fragilidade e de fácil apropriação, é habitual surgirem com mais frequência actividades, grupos ou modos de vida marginais (Boyer, 1996; Ferreira e Gomes, 2012), o que resulta numa imagem negativa e pejorativa para a cidade. Segundo Augé (1995), os vazios urbanos podem ser definidos como não-lugares, afirmando que um lugar detém um significado[3] que vai muito para além da sua localização geográfica, englobando também significados culturais que o caracterizam como identitário, relacional e de valor histórico. São espaços pouco definidos, resultantes de planos urbanísticos decadentes (ou ausência deles), que carecem de propriedades atraentes e simbólicas. Pela sua ausência de actividades humanas, este tipo de espaços pode ser designado como um espaço indeterminado (Colafranceschi, 2007).

[3] Interessa também ver os conceitos: espírito do lugar (Norberg-Schulz, 2000); identidade do lugar (Jencks, 1985)

Boyer (1996) identifica dois tipos de espaços na paisagem urbana: espaços figurados, que se caracterizam pela sua presença activa na cidade, são estruturados, planeados e encerram uma identidade visual forte, com capacidade de imaginabilidade; por fim, espaços desfigurados, "(...) remains unimageable and forgotten and therefore invisible and excluded (...) detached from the well-designed nodes (...) has no form or easily discemable functions." (Boyer, 1996, p.82), os vazios urbanos que se inserem nos *disfigured city*, por serem espaços abandonados, negligenciados, decadentes e excluídos da cidade (Boyer, 1996).

> "(...) the fear of empty space operates as a horror vacui that we hasten to eliminate by applying terms like danger, abandonment and rejection."
>
> (Pietromarchi, 2005, p.8)

A abordagem ao conceito dos vazios urbanos deve compreender um enquadramento mais abrangente e global da cidade, uma vez que este tipo de espaços requere sensibilidade e consideração perante todos os elementos neles existentes, e podem converter-se e transformar-se em oportunidades a realçar.

> "(...) não há espaços condenados – há espaços sem projecto."
>
> (Guerra, 2003, p.248)

Apresentam-se como espaços fundamentais da genética da cidade e do próprio espaço público, os espaços sem planeamento, podem revelar-se como pontos de referência para outros grupos, adquirindo assim significados próprios. Deve por isso tirar-se partido e valorizar-se todas as características e potenciais de um determinado lugar. Para Leite (2008), este tipo de espaços podem ser caracterizados e reconhecidos pela sua diferença, dotados de significado e oportunidade. Além disso, a constante mutação da paisagem urbana traduz um processo de constante alteração dos espaços, bem como no seu significado ao longo dos tempos (Távora, 2006).

> "En primer lugar, se revitaliza la matriz ecológica que toda ciudad sostenible quiere recuperar y se definen con claridad sus límites y sus accesos. En segundo lugar, es un valor añadido para cada proyecto de ciudad y un nuevo modelo para afrontar las nuevas intervenciones que tengamos que realizar. Y en tercer lugar, los proyectos de estos límites complejos nos permiten conseguir nuevos espacios libres que se explicarán desde su papel de conexión entre estos dos lugares promocionamos."
>
> (Colafranceschi, 2007, p.131)

Posto isto, torna-se essencial uma abordagem eficaz aos vazios urbanos, de forma a reestruturar esse mesmo espaço, para que possam fazer parte integrante do contexto urbano. Colafranceschi (2007) defende que na intervenção o primeiro passo deve ter em consideração uma revitalização ecológica, clarificar os limites e os acessos, e por fim, reorganizar os espaços numa abordagem futura, tendo em vista as suas funções e possíveis utilizadores. Refere ainda que é fundamental que as propostas sejam conscientes e criteriosas com os problemas inerentes desse mesmo espaço, com o objectivo de estabelecer uma ligação coerente e unitária com o resto da cidade.

Os maiores conflitos encontram-se concentrados nos espaços públicos, maioritariamente pela sua instabilidade e complexidade. O mesmo acontece nos vazios urbanos, que são alvo de marginalização e segregação social. Pretende-se com as intervenções urbanas, reforçar o carácter de urbanidade, fomentando a criação de espaços inclusivos, que reforçam uma coesão social, participativos, estruturantes e criadoras de uma identidade urbana.

Identidade urbana

> "Places are places (and not just spaces) because they have identity."
>
> (Hague e Jenkins, 2005, p.7)

O termo identidade pode ser definido como um conjunto de características próprias e singulares que o tornam único e distinguível de qualquer outro. A identidade procede de um processo de identificação através de uma recognição comparativa, que, pelas suas diferenças e características, a distinguem pela sua singularidade e a tornam únicas.

> "Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções (...) está sempre ligada a uma forte separação (...) Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção (...) afirmam e reafirmam relações de poder."
>
> (Silva, 2000, p.82)

Lynch (1990) refere que o mesmo acontece no território, onde é possível identificar um determinado lugar através das imagens de referência. A paisagem é caracterizada por todos os elementos físicos que o constituem, tais como: a topografia, morfologia do território, o relevo, a hidrografia ou cursos de água, a fauna e flora. São estes elementos físicos que o tornam único e singular, que lhe atribui uma identidade e possível de diferenciar. Em relação ao contexto da paisagem urbana, são elementos como a malha urbana, os edifícios, monumentos, praças, entre outros elementos marcantes da história da sociedade e do património (Goitia, 1992). É através destes "(...) elementos facilmente identificáveis devido ao seu tamanho ou carácter simbólico" (Munga, 2006, p.210) que constituem pontos de referência que desenvolvem mapas cognitivos em cada indivíduo, e que lhe permite orientar e identificar os diversos lugares (Lynch, 1990).

> "Neste processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade."
>
> (Pesavento, 2007, p.17)

A paisagem urbana encontra-se em constante mutação, e é composta pelo cruzamento de diferentes espaços e tempos (Peixoto, 2003), que lhe conferem uma carga simbólica. Neste

processo de identificação, existe ainda um factor subjectivo que constitui a identidade de um determinado lugar e que está relacionado com a imagem representativa (imagem mental). São compostos pela interpretação mental e cognitivo do indivíduo, tais como: sensações, memórias, empatia, entre outros. Este processo mental entre o indivíduo (observador) e o território (objecto) permite uma identificação por associação (Haugue e Jenkins, 2005). É fundamental não só analisar os aspectos físicos da paisagem, mas também ter presente as interpretações e percepções pessoais de cada indivíduo.

> "(...) as características identitárias de um local, decorrem da forma como a população se relaciona com o ecossistema e se apropria do espaço, originando padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente."
>
> (Brandão, *et al*, 2002, p.35)

O ser humano é o principal agente gerador da paisagem (Colafranceschi, 2007), é nesta dinâmica entre o indivíduo e a paisagem que reside um progresso ao longo dos anos e que lhe confere complexidade. O processo de globalização, desterritorialização, assim como os factores culturais e sociais são, em conjunto com o factor temporal, um caracterizador da paisagem e da identidade (Gitor, 2007).

Para Haugue e Jenkins (2005) a questão da identidade de um lugar é determinante para o reconhecimento das suas características particulares. "The concept of a place that most frequently underpins planning and design is the genius loci view of place." (Haugue e Jenkins, 2005, p.5). Para Rossi (citado em Lynch, 1960), antes de qualquer intervenção, deve haver uma procura na compreensão do *genius loci* (espírito do lugar). Resume-se, portanto, à percepção de um determinado ambiente ou atmosfera, a forma como lhe atribui identidade e gera ligações emocionais com o observador (Zumthor, 2006). É à arquitectura que compete estabelecer e fortificar esta relação de empatia e intimidade do ser humano com o espaço que o envolve (Munga, 2006).

Contudo, as cidades nas últimas décadas, têm vindo a tornar-se cada vez mais globalizadas. Este processo de mutação tem-se desenvolvido a um ritmo bastante acelerado, devido a factores sócio-económicos, que regulam a própria evolução da sociedade e a acção dos indivíduos, principais modeladores da paisagem urbana e da identidade local. Este processo nem sempre é planeado, daí a pertinência e urgência da abordagem das problemática associadas às politicas de ornamento e gestão dos recursos e do território.

Sendo as cidades cada vez mais globais, observa-se a diluição e mutação do conceito de paisagem urbana e, consequentemente a alteração da sua identidade local. Os actuais fenómenos de migração e da facilidade de comunicação entre aglomerados urbanos, conduzem a uma coexistência de culturas e etnias, mais permeáveis e heterogéneas (Relph, 1987; Gospodini, 2002; Peixoto, 2003).

> "A identidade plenamente unificado, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcentrante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar (...)"
>
> (Hall, 2005, p.13)

Este desenvolvimento transforma a identidade local e os próprios limites da paisagem urbana, resultando da mistura com a rural, evidenciando traços de inter-relações entre os factores que as distinguem. Esta evolução contínua da sociedade e da globalização reflecte-se e traduz-se numa nova leitura das paisagens, dando origem a fenómenos de hibridação.

> "O homem tem uma dimensão biológica, psicológica e social. Este conjunto de dimensões constitui a identidade do indivíduo, dotando-o de uma personalidade única, distinguindo-o dos demais. Esta identidade está ligada a questões tão diversas como o local onde nascemos e vivemos, o modo como fomos educados, a nossa idade, o grupo social e o círculo de amigos ao qual pertencemos."
>
> (Simões, *et al*, 2009, p.5)

O ser humano faz parte integrante da paisagem urbana, e é o principal elemento caracterizador da paisagem urbana, que o transforma e modela. As paisagens desenvolvem igualmente a sua própria identidade, e começam a adaptar-se às novas dinâmicas, capazes de se autorrepresentarem (Peixoto, 2000).

Perante isto, apenas uma identificação correcta da paisagem urbana permite clarificar e definir o perfil do contexto citadino. É importante ainda salientar a evolução histórica, a ligação entre os indivíduos com o ambiente, o perfil social, a identidade local e por fim, as imagens de referência.

Representação mental e cognitivo do espaço

Faz parte da capacidade do ser humano captar todos os elementos que lhe são exteriores. Este processo não é fechado e unidireccional, o indivíduo tem a capacidade de experienciar e interagir com esse meio, de forma a reproduzir essas imagens mentais, imaginação (*imagination*)[4].

> "We do not judge environments merely by our senses, we also test and evaluate them trough our sense of imagination. Comforting and inviting settings inspire our unconscious imagery, daydreams and fantasy."
>
> (Pallasmaa, 2009b, pp.17-18)

Este processo só se torna possível através da capacidade cognitiva do ser humano, como a percepção, memória, afectividade e da capacidade intelectual, o que permite uma constante transformação e influência mútua entre o meio físico e o indivíduo. Para Munga (2006) estes processos são fundamentais na experiência do ambiente arquitectónico, que faz a ligação entre estes dois elementos (indivíduo e ambiente físico). "I settle in a space and the space dwells in me, architecture becomes part of me and i become part of it." (Pallasmaa, 2007, p.102).

A percepção é a capacidade de assimilar estímulos através dos nossos sentidos ou da inteligência, permitindo distinguir e ajuizar o meio envolvente. Constitui uma base essencial do nosso conhecimento cognitivo. Estes estímulos externos são seleccionados e interpretados mentalmente, funcionam em simultâneo com todos os nosso sentidos (multissensorial – receptores sensoriais). Esta informação captada, sob forma de estímulos, é posteriormente categorizada segundo padrões cognitivos e registados na memória. Para Holl (2011) todas as sensações encontram-se interligadas entre si, cujo objectivo passa por evidenciar a experiência fenoménica e atribuir-lhe de significado.

> "(...) I perceive in a total way with my whole being: I grasp a unique structure of the thing, a unique way of being, which speaks to all my senses at once."
>
> (Pallasmaa, 2009b, pp.18-19)

[4] Imagination; Expressão utilizada por Pallasmaa (2005)
Interessa ainda ver o conceito (imaginabilidade) de Kevin Lynch (1990)

Para Zumthor (2006) na percepção encontra-se ainda presente uma capacidade de leitura dos estímulos através da sensibilidade e da emoção. Este processo é subjectivo, individual e depende de múltiplos factores identitários, com significado (Norberg-Schulz, 1998), apresenta-se essencial na comunicação, na interacção social e na própria identificação dos espaços.

A sensibilidade é a capacidade de sentir, identificado como um processo mental que, permite a captação e reacção dos organismos aos diversos estímulos (externos e internos). Mais importante que a captação, é a identificação diferencial dos estímulos por parte de cada indivíduo.

Concepção mental: memória e representação

O processo de memorização e imaginação encontra-se inscrito na capacidade mental do ser humano, por vezes inconsciente, mas em constante interacção. A percepção encontra-se igualmente presente no processo de representação mental. "Perception, memory and imagination are in constant interaction; the domain of presence fuses into images of memory and fantasy." (Pallasmaa, 2005, p.67).

O funcionalismo operacional do nosso cérebro consegue filtrar a informação e, desta forma, sintetizar e resumir apenas a informação útil sob a forma de imagens e conceitos. Este processo de registo dos vários estímulos obtidos são guardados e recativados em posteriores experiências. Funcionam como elementos simplificadores entre o meio percepcionado e o conhecido. Este fenómeno designa-se por imaginar. Para Siza (1998) este processo mental significa recordar aquilo que a memória registou e posteriormente exteriorizou em confronto com as exigências e as condições.

Todos estes processos cognitivos determinam o significado da memória que, sendo uma estrutura mental, têm como principal função o registo e a recuperação de dados informativos da nossa mente. A memória é a capacidade de registar todos os estímulos exteriores ao nosso corpo, captados através dos nossos sentidos, sem os quais essa experiência não teria qualquer significado. "There is no memory without body memory (...)" (Pallasmaa, 2009a, p.117).

A memória representa ainda uma função emotiva, psicológica e social. As imagens e conceitos registados permitem a captação de informação que depois traduz em conhecimento que possibilita o desenvolvimento da identidade pessoal. A complexidade deste processamento de informação reúne diferentes padrões de espaço. O espaço físico remete para o ambiente físico que define uma realidade concreta. O espaço perceptivo concentra em si as imagens e conceitos registados, permitindo realizar a associação entre a utilização do espaço físico e a consequente orientação imediata no ambiente. Por fim, o espaço cognitivo, representa o processo mental de criação de parâmetros e classificações que organizam e estruturam a captação de imagens mentais. Sejam elas de ordem directa, por experiência individual, ou indirecta, influenciada por factores externos. Estes fenómenos de representação mental são sempre condicionados por questões pessoais, dependem de cada indivíduo, de cada grupo social, e como tal são caracterizações subjectivas (Peixoto, 2000; Munga, 2006; Gomes, 2008).

O papel ético da arquitectura

> "Architecture is a response to existing demands and desires, at the same time that it creates its own reality and criteria. It unites the past, present and future. It is both the end and the means. Besides, in its aspiration towards an ideal, authentic architecture always surpasses all consciously set aims and, consequently, is always a gift."
>
> (Pallasmaa, 2011b, p.33)

A arquitectura é uma forma de expressão artística (fazer artístico)[5] inserida num contexto temporal e espacial (Zumthor, 2006). Baseia-se em fundamentos teóricos, nas necessidades e desejos existentes, cria a sua própria visão da realidade e define critérios de resposta. "A arquitectura e o urbanismo são o espelho fiel da sociedade, os edifícios são documentos que deixamos (...)" (Corbusier, 1923, s.p.).

> "A arquitectura é um acto prático e metafísico, é uma manifestação utilitária e poética, tecnológica e artística, económica e existencial, colectiva e individual, tudo ao mesmo tempo."
>
> (Pallasmaa, 2011, p.35)

A prática de fazer arquitectura insere-se num determinado ambiente, e é o resultado construído, uma consequência física de um pensamento (ideia). Pode ser entendido como o resultado da manipulação de volumes geométricos, contextualizados com luz e sombra (Souza, 2006). Mais importante ainda, "(...) a arquitectura é a arte de organizar o espaço; melhor: a arte de organizar as relações entre o homem e o espaço." (Tainha, 2000, p.18). Permite dar vida aos espaços, estabelecendo uma ligação entre o indivíduo e o ambiente físico que o rodeia. A arquitectura é sobretudo uma forma de estar na vida, permite ter uma visão completamente diferente do mundo, autónoma e crítica, desenvolve uma capacidade e adaptabilidade para a constante evolução e mudanças do meio, sendo ainda estimuladora da sensibilidade humana.

---

[5] "Fazer artístico"; Expressão utilizada por Manuel Tainha (1989)
"(...) para a tecnologia a qualidade do produto não é uma questão central: a quantidade toma lugar da qualidade na hierarquia dos valores e dos fins. Para a arquitectura, pelo contrário, a qualidade incutida na produção dos seus objectos é o seu mandato social." (Tainha, 200, p.17)
Interessa ainda ver: TAINHA, Manuel – "Os arquitectos interrogam-se sobre o estado da arte", alocução do Presidente da mesa do [5º] congresso da AAP". In: "Jornal Arquitectos", nº79, 1989.

> "Todo o acto criativo consiste num processo de representação de uma ideia (...) É no acto de representação que as ideias se clarificam (...) Se criar uma forma arquitectónica é objectivamente resolver um problema prático (humano) que não pode ser resolvido de outra maneira, também aquilo que essa forma "diz" não pode ser dito de outro modo. A técnica não pode ser separada da criação (...) o desenho é para o arquitecto mero recurso (...) o permanente recurso ao desenho comporta os seus riscos, o menor dos quais não é certamente o de ser levado a pensar, sobretudo quando se é aprendiz, que a função do arquitecto é fazer desenhos e que nisso se esgota o seu ciclo criativo. Na verdade, o ciclo do arquitecto só se esgota na observação comentada (crítica) dos seus objectos construídos e em uso: esta é a sua prova de fogo."
>
> (Tainha, 2000, p.17)[6]

No contexto urbano, é da responsabilidade da arquitectura tornar os espaços com qualidade, geradoras de vida e dinamismo. "Sem ideias a arquitectura é vã e vazia (...)" (Baeza, 2011a, p.9). É sobretudo uma prática mental, imaginativa e criativa, em busca de um ideal ou até mesmo um objectivo.

> "(...) um projecto de espaço público deve apoiar-se em valores éticos, da liberdade, tolerância e solidariedade."
>
> (Brandão e Remessar, 2000, s.p.)

Cabe então à arquitectura essa responsabilidade de construir um espaço na procura de um ambiente harmonioso, atractivo, funcional, mas sobretudo seguro na sua utilização. No contexto urbano, o desenho e a concepção dos espaços devem garantir a capacidade de movimentação e deslocação de todos os indivíduos; promover a facilidade na compreensão e leitura dos espaços; garantir a confiança e segurança, de modo a conseguir atingir a plenitude e qualidade de vida urbana (Gehl, 2010).

> "Antes de arquitecto, o arquitecto é homem, e homem que utiliza a sua profissão como um instrumento em benefício dos outros homens, da sociedade a que pertence (...) para ele, porém projectar, planear, desenhar, devem significar apenas encontrar a forma justa, a forma correcta, a forma que realiza com eficácia e beleza a síntese entre o necessário e o possível, tendo em atenção que essa forma vai ter uma vida, vai constituir circunstância."
>
> (Távora, 2006, p.74)

---

[6] Interessa ainda ver: TAINHA, Manuel – Na ponta do lápis ou quem tem medo do papel branco?. (Mai. 1983) In: "Arquitectura em questão. Reflexões de um prático". Lisboa: AEFAUTL, 1994.

"Properly speaking, ethics are the philosophical basics for making choices about morales and values. Moral decisions are made through recognizing that dilema exists and consciously weighing the alternatives."

(Papanek, 2003, p.70)

Somos cada vez mais alertados para a importância e sensibilização de uma arquitectura ética centrada numa postura que visa a eliminação de barreiras físicas e mentais incutidas na sociedade e, consequentemente no desenho urbano, contrariando a ausência de um planeamento estratégico. Pretende-se cada vez mais promover e estabelecer a igualdade, a capacidade de escolha, a permanência, a segurança na utilização dos espaços, a qualquer indivíduo, sem restrições, e melhorar consideravelmente a qualidade de vida da sociedade. São estes os valores identitários da arquitectura[7], enquanto favorecedora de processos de cidadania, e que a destacam e diferenciam de outras artes.

> "The job of the designer is to provide choices for people. These choices should be real and meaningful, allowing people to participate more fully in their own life decisions, and enabling them to communicate with designers and architects in finding solutions to their own problems, even – whether they want to or not – to become their own designers (...) The requirements for decent design are far too complex for a designer to solve alone (...) It is essential to work with people from other fields (...) At other times specialists from different fields (...) absolutely essential that representatives of the users also participate in the team's work and discussion."
>
> (Papanek, 2003, pp.60-61)

"A responsabilidade, a obrigação de reparar os danos devidos ao erro, aparece como a alternativa de uma Ética razoável, assegurando uma prevenção eficaz do erro e uma garantia prática reconhecível. Mas assim como o talento criativo não pode ser substituído por regulamentos de qualidade, assim também, o verdadeiro sentido do 'serviço público' não pode ser integralmente substituído pelas normas de boa conduta, isto é, para que a norma Deontológica não se perca nos limites estreitos da obrigação, ela exige o prevalecente impulso dos valores."

(Brandão, 2006, p.41)

[7] Identidade da arquitectura; ver mais sobre este tema: TAINHA, Manuel – O guarda-chuva. (Jan. 1992) In: "Arquitectura em questão. Reflexões de um prático". Lisboa: AEFAUTL, 1994.

Assim sendo, é da responsabilidade moral e dever cívico do arquitecto intervir na cidade de forma a garantir a coesão social e territorial, bem como a integração dos indivíduos, dando plenitude e sentido aos membros de toda comunidade e promovendo a melhoria da sua qualidade de vida. "Perdidos os valores da arquitectura como ofício, as suas obras tendem a reduzir-se a meros factos culturais." (Tainha, 2000, p.17). A arquitectura deve elevar-se num patamar moral, e sobretudo compreender em si valores humanos, de igualdade e solidariedade.

Mutação do quadro social

Da mesma forma que as paisagens são organizadas por manchas e corredores que enformam as matrizes, as sociedades são igualmente definidas pela diversidade de cada indivíduo, e ainda pelas relações sociais que se desenvolvem no contexto físico. Ambos partilham da mesma heterogeneidade e complexidade. Esta heterogeneidade encontra-se presente nas características específicas de cada indivíduo, marcadas pela diferença de características físicas, personalidade, sentimentos, carácter, percursos de vida, entre outros, que lhe atribuem uma identidade pessoal.

Os indivíduos apresentam-se como unidades de sociedade, ou seja, caracterizam-se pela sua singularidade, que se relacionam e são influenciados entre si. Este desenvolvimento dá origem a grupos sociais completamente diferenciados e únicos. No entanto, tal como acontece nas manchas da paisagem, os indivíduos apresentam paralelismos nas suas características, o que permite uma categorização da mesma.

Este sistema não é fechado nem constante, é antes composto por fluxos e movimentos gerados pela interacção e relacionamento entre indivíduos no ambiente físico. Estes fluxos originam diferentes grupos, de acordo com as suas particularidades, características, costumes e personalidades, o que traduz em grupos sociais (comunidades) distintos, dotados de identidade. Para Pietromarchi (2005) este sistema relacional é indispensável e integrante na vida social de cada indivíduo.

Tal como a paisagem sofre mutações ao longo dos tempos, a sociedade também se transforma e evolui num processo, muitas das vezes complexo e não-linear, que depende de inúmeros factores que a influenciam.

Ao longo dos tempos a esperança média de vida da população tem vindo a aumentar substancialmente, numa dimensão mundial considerável. Esta evolução demográfica tem sido mais visível a partir da segunda metade do séc. XX, principalmente nos países ditos desenvolvidos, nomeadamente no continente europeu. Estas alterações demográficas devem-se primariamente à inversão dos indicadores de mortalidade e natalidade, aos avanços médicos, e ao aumento da esperança média de vida (Eurostat, 2012). A redução da taxa de natalidade e o prolongamento da média vida humana são as principais fatores que explicam o crescente número de países envelhecidos, como é possível verificar nas figuras 3 e 4.

Fig. 3 Gráfico evolutivo do envelhecimento (1990 e 2010); valores percentuais (%)

Fonte Eurostat 2012

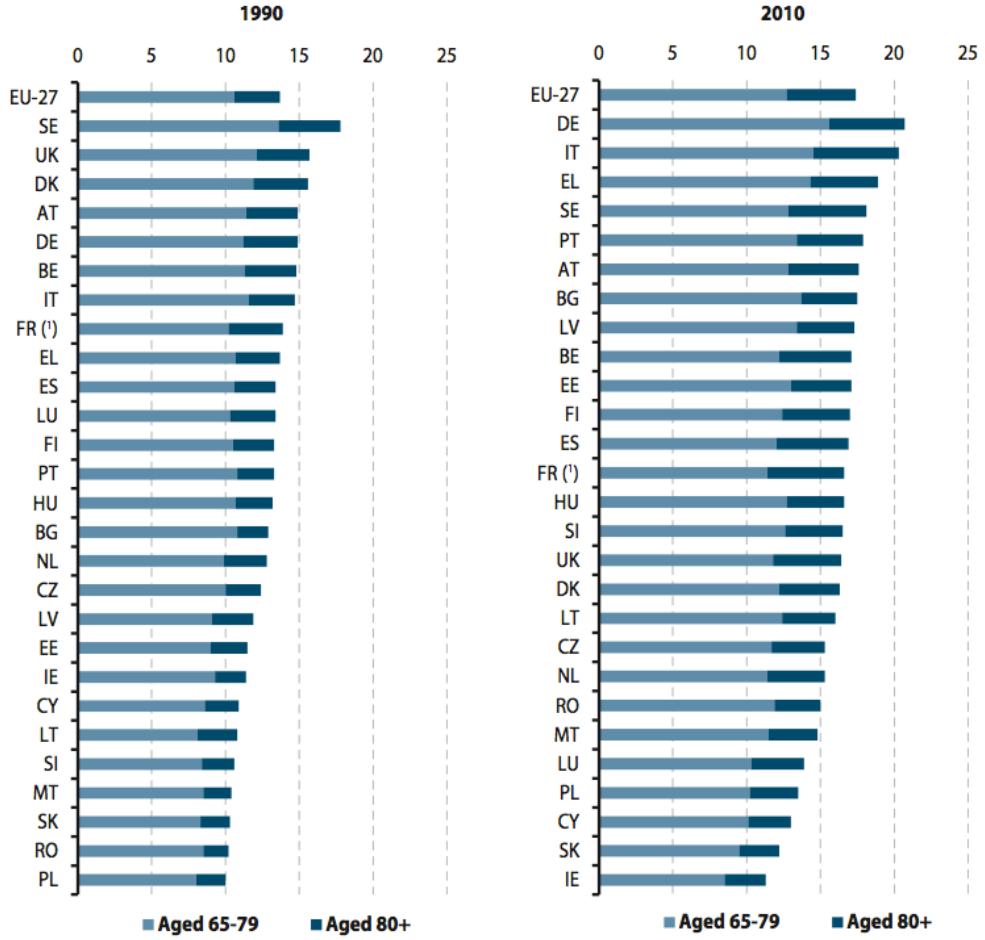
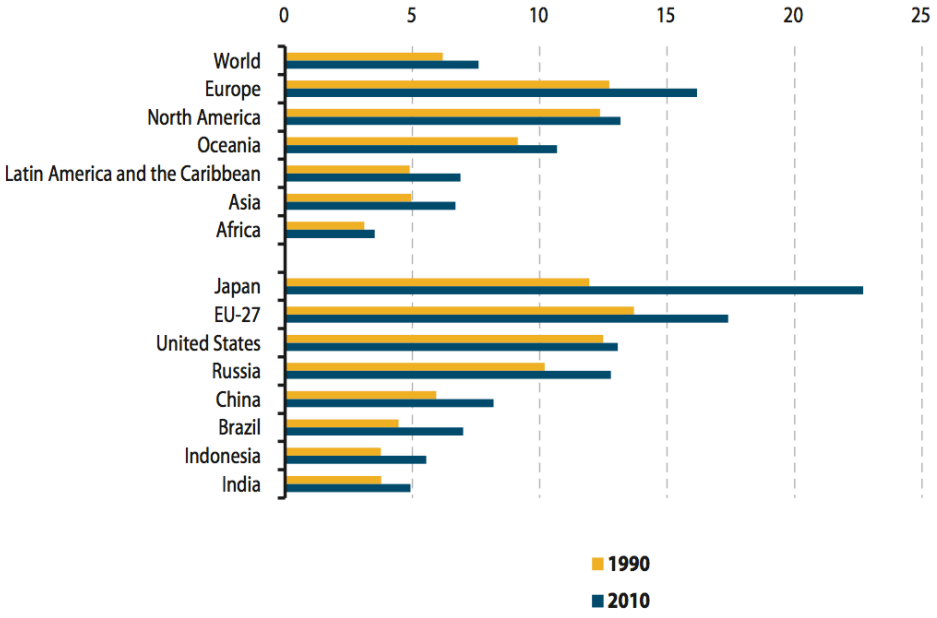


Fig. 4 Gráfico de pessoas com idades superiores ou iguais a 65 anos; valores percentuais (%)

Fonte Eurostat 2012



> "A população mundial tem apresentado uma transformação significativa na sua constituição no último século, com o rápido crescimento da população idosa, devido principalmente ao declínio da taxa de natalidade e ao crescimento da esperança média de vida. Com uma maior longevidade, atinge-se a velhice com uma saúde e uma qualidade de vida (...) Este factor transformou radicalmente o perfil da população mundial lançando novos desafios no sentido de adequar e melhorar a resposta relativa à qualidade de vida desses indivíduos."
>
> (Daré, 2010, p.25)

Perante esta realidade, o estudo sobre o desenvolvimento demográfico torna-se cada vez mais essencial de modo a percepcionar e antever correctamente as evoluções sociais e económicos. Não raras vezes notamos que os estudos realizados sobre o envelhecimento e os problemas dele adjacente, são muitas vistos e percepcionados como pejorativos e esta adjectivação é reflexo dos significados mentais e culturais da sociedade atual, onde o envelhecimento é visto como algo negativo numa sociedade que se pretende que seja activa e produtiva.

> "Ageing is a process which no individual can escape. However, the impact of ageing can vary depending not only on genetic factors but also reflecting a range of characteristics, such as profession, income, lifestyle or quality of life. Viewed from a societal perspective, the structure of the population can deviate considerably between countries, as a result of the interaction of demographic events – such as fertility rates or migration rates – and other factors, such as lifestyle choices or the provision and efficiency of healthcare services."
>
> (Eurostat, 2012, p.15)

Esta realidade demográfica começa cada vez mais a ganhar uma dimensão social. Perante o ambiente trágico que presentemente assistimos em torno do envelhecimento demográfico, é necessária uma reflexão profunda da sociedade no sentido de se adaptar a estes factores inerentes e condicionantes do meio urbano e reorientar o modo de pensar esta temática.

Segundo Rosa (2012) o envelhecimento pode ser entendido por dois principais grupos, o envelhecimento individual e coletivo, com significados diferenciados que permitem caracterizar e diferenciar este fenómeno. Desta forma, o envelhecimento individual remete para dois subtemas: o envelhecimento cronológico, resultante da idade do indivíduo, ou seja, é um processo universal, progressivo e inevitável que parte do desenvolvimento do próprio ser humano no seu estado natural. O segundo subtema remete para o envelhecimento bio-

psicológico, onde se insere um envelhecimento menos linear (constante), isto é, está dependente de cada indivíduo e resulta do reflexo do envelhecimento cronológico. Tal como o nome indica, resulta ainda dos sinais de deterioração física, diminuição da mobilidade, das capacidades físicas, visão e audição. Ao mesmo tempo caracteriza os sinais psicológicos, o desalento, frustração, infelicidade, isolamento e solidão social. Este envelhecimento bio-psicológico ganha uma dimensão social quanto ao isolamento dos idosos e do próprio abandono que muitas das vezes se encontra presente nesta faixa etária. Esta visão negativa pode ainda ser contrabalançada com uma ideia mais positiva e optimista, onde o envelhecimento é identificado como um privilégio e acumulação de experiência de vida.

No segundo caso, o envelhecimento colectivo centra-se em duas noções base, o envelhecimento demográfico e social. Isto significa que a categorização etária desenvolve o conceito de envelhecimento demográfico, que é confinado através de indicadores sintéticos. Neste caso o envelhecimento é visto como um indicador mais ao nível estatístico e desenvolve uma base comparativa do número de idosos presentes na população. Este acontecimento é visto como algo negativo com consequências indesejáveis, porquanto interfere com o futuro da sociedade, a fragilização da economia, a desaceleração da produção e um agravamento dos custos.

Na perspetiva de Figueiredo (2007) a noção de envelhecimento biológico reflecte as transformações físicas, alterando o funcionamento das capacidades orgânicas e funcionais do organismo, e o processo de evolução do corpo humano traduz um processo gradual de redução das suas capacidades. O envelhecimento psicológico e cognitivo reflecte-se nos processos psicológicos, e centra-se sobretudo nas questões da personalidade e funcionamento cognitivo. Dele fazem parte as componentes da inteligência, memória, aprendizagem e personalidade, e é visível um declínio dos processos mentais aliado ao processo de envelhecimento humano individual e colectivo.

Em termos de evolução populacional europeia e nacional, o processo de envelhecimento é notório e demonstra claros indícios de um processo contínuo e gradual, com tendência para o seu agravamento.

No caso de Portugal estes indicadores são ainda mais visíveis, pelo que o processo de envelhecimento populacional deve continuar a crescer. Portugal apresenta mutações ao nível demográfico bastante acentuados, que tem vindo a causar repercussões ao nível social, cultural e económico.

Segundo os dados estatísticos do INE (2011) relativamente da evolução entre 2001 e 2011, é visível um agravamento dos desequilíbrios comparativamente entre a base da pirâmide (população mais jovem) e o topo, onde se localizam as pessoas mais idosas. Nas Figs. 5 e 6, é bastante perceptível a redução do número de população jovem no território nacional. Essa redução populacional encontra-se ainda mais presente no grupo etário entre os 0-29 anos. Entre os 30 e os 69 anos nota-se claramente um acréscimo populacional, de cerca de 9%, e de 26% na faixa etária superior aos 69 anos. Com estes valores é claro um aumento da população idosa em Portugal e a diminuta existência de população jovem nos próximos anos no nosso país.

O quadro etário compreendido entre os 30 aos 69 anos alterou dos 51% da população residente em Portugal para os 54%. Denota-se ainda uma evolução da população com mais de 70 anos, em que no ano de 2001 representava cerca de 11% da população, enquanto em 2011 este valor subiu para os 14%.

A relação desproporcional entre o número de jovens em Portugal e o número de idosos entre 2001 e 2011 sofreu igualmente uma forte alteração, esta diferença é ainda mais acentuada em 2011, prenunciando claros sinais de agravamento ao longo das próximas décadas.

Se o alargamento da população idosa é fundamentalmente fruto de uma evolução benéfica dos progressos da sociedade, da medicina e da relativa qualidade de vida, a redução do número de jovens que advém principalmente da diminuição da natalidade. Contudo esta evolução da natalidade não se relaciona com a diminuição dos níveis de fertilidade. Estamos portanto perante uma dualidade de paradigmas. É então imprescindível encontrar iniciativas de ordem política e social para o incentivo à natalidade e o consequente equilíbrio da sociedade europeia e portuguesa.

O envelhecimento progressivo da população leva a uma descentralização dos modos de vida e a própria mutação dos valores civilizacionais (Rosa, 2012).

> "(...) a população continuará a envelhecer e perceber que o problema da sociedade portuguesa não é o do envelhecimento da sua população mas antes o da sua incapacidade de pensarmos de modo diferente perante a estrutura populacional que tem contornos, porque envelhece."
>
> (Rosa, 2012, p.81)

Considera-se que a sociedade tem apresentado uma certa incapacidade em lidar com esta realidade, com dificuldades em se adaptar às novas estruturas sociais existentes e aos

seus contextos e realidades, assim como a todos os problemas com eles envolvidos que cada vez são mais vastos nas suas dimensões estatísticas e territoriais. Com o envelhecimento demográfico é notório o aumento das dificuldades de mobilidade, de visão e audição das populações, a proliferação e generalização de doenças crónicas não transmissíveis ou degenerativas que apresentam proporções cada vez mais elevadas, evidencia-se ainda uma perda substancial e progressiva de autonomia e de dependência pessoal e social. Aumentam os casos de isolamento e de incapacidade aliado às carências económicas e habitacionais, onde muitas das vezes em contexto urbano, os edifícios apresentam acessos difícil, obrigando os idosos a um anonimato com a consequente redução das suas relações sociais. Num futuro próximo e perante a situação atual é óbvia a futura importância do aumento das necessidades de cuidados de saúde e de apoio às populações.

Fig. 5 Estrutura etária da população em Portugal, por sexo (2001 e 2011)

Fonte INE, 2011

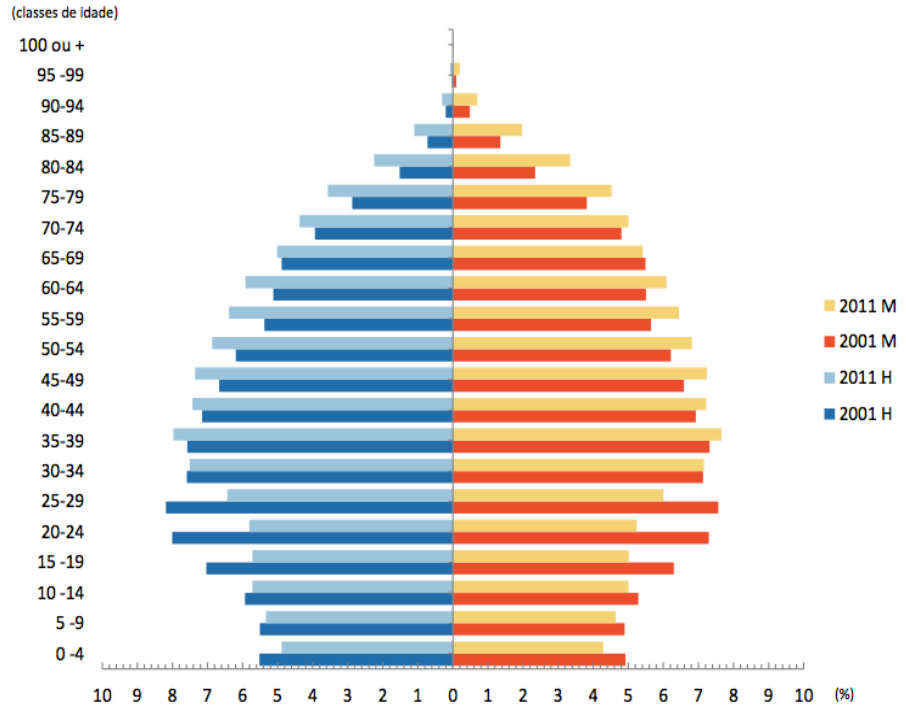


Fig. 6 Estrutura etária da população em Portugal, por sexo (2001 e 2011)

Fonte INE, 2011

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO (%)	2001			2011		
	Total	H	M	Total	H	M
Jovens						
Portugal	16,00	16,95	15,11	14,89	15,93	13,93
Idosos						
Portugal	16,35	14,16	18,40	19,03	16,69	21,17

Fig. 7 Projecção para a população residente em Portugal, por idade (2010)

Fonte INE, 2009

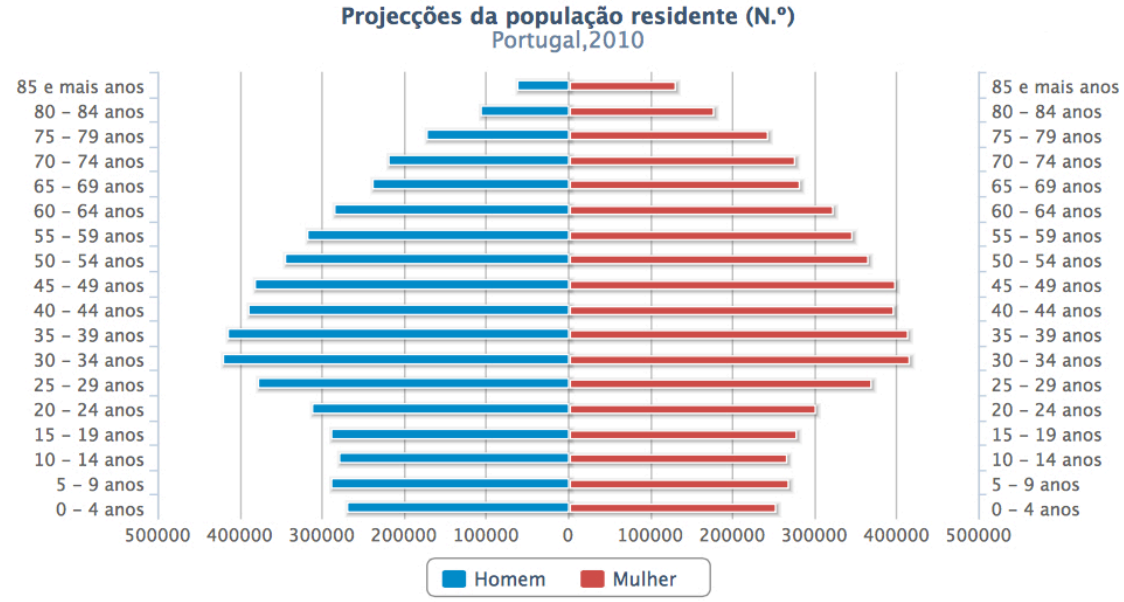
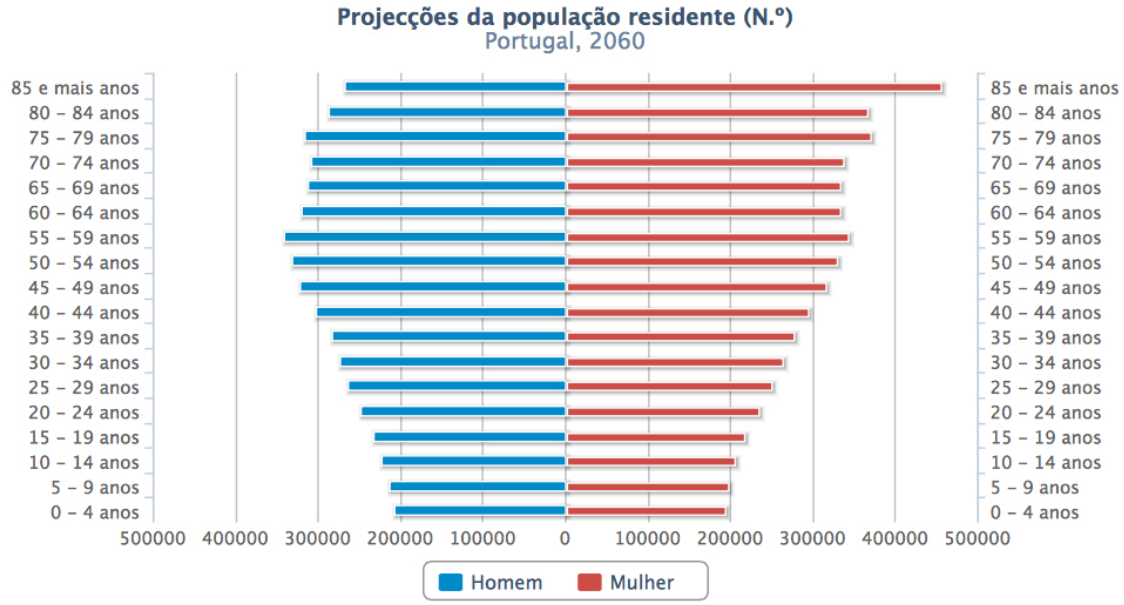


Fig. 8 Projecção para a população residente em Portugal, por idade (2060)

Fonte INE, 2009



> "Numa sociedade que atravessa um processo de rápido envelhecimento, resultado do aumento da esperança de vida e de uma taxa de natalidade em queda, um dos critérios de avaliação da qualidade e sustentabilidade do planeamento urbano e da arquitectura deverá residir na adequação às necessidades das pessoas idosas."
>
> (Fortes, *et al*., 2000, p.141)

> "Os modelos de qualidade de vida vão desde a satisfação com a vida ou bem-estar social a modelos baseados em conceitos de independência, controle, competências sociais e cognitivas e até dimensões menos tangíveis, tais como o sentido de segurança, a dignidade pessoal, as oportunidades de atingir objectivos pessoais, a satisfação com a vida, a alegria, o sentido positivo de si."
>
> (Chau, *et al*, 2012, p.32)

Perante o envelhecimento populacional e a incapacidade cada vez maior de autonomia e de independência por parte de largos sectores sociais, a cidade deve garantir à sua população a facilitação, ou não agravamento, destas suas circunstâncias próprias da sua idade. O conceito de autonomia está relacionado com a capacidade de um indivíduo de decidir por livre vontade. Por outro lado, a dependência enuncia a incapacidade de realizar qualquer tarefa sem ajuda de outros. Ou seja, a dependência significa, de uma forma geral, uma necessidade base de apoio para a realização de qualquer actividade.

> "Uma pessoa idosa é considerada como dependente desde o momento em que o seu estado (mental ou físico) necessita da intervenção de uma terceira pessoa para acompanhar os actos da sua vida corrente. Esta dependência das pessoas idosas tende a tornar-se um fenómeno social que suscita múltiplos contactos (...)"
>
> (Battesti, 1997, p.41)

Para Bins Ely e Dorneles (2006) o processo de envelhecimento requer uma análise em três níveis: socioeconómico, psicocognitivo e biológico-funcional. Isto remete desde logo para a complexidade do idoso, em que cada indivíduo é único e singular. Isto significa que cada idoso depende unicamente do seu modo de vida, fisiologia e não podem ser vistos como um grupo etário. Cada um tem a sua própria identidade, a sua maneira de ser e de necessidade.

No primeiro nível há que considerar a mudança do estado social relacionado com o termo de vida activa, ou seja, o afastamento social. Num segundo nível, é possível identificar as alterações ao nível cognitivo, isto é, a componente de inteligência, memória, processo de aprendizagem e a aptidão física. Por fim, do terceiro escalão inserem-se as alterações do

aspecto físico, de fisionomia, a própria condição de saúde, bem como a diminuição das capacidades de recuperação e fragilidade física.

Para estas autoras esta identificação torna-se fulcral no sentido de perceber as necessidades espaciais do idoso. O desenho urbano deve então ter em consideração as necessidades físicas, de saúde, segurança e conforto na utilização.

Complexidade da diversidade humana

O envelhecimento demográfico traduz numa diminuição da capacidade física, cognitiva e sensorial, no entanto, cada indivíduo pode sofrer de forma temporária ou permanente qualquer tipo de restrição ao longo da vida, independemente da sua idade, como o exemplo de deficiência, doença ou até mesmo por acidente (Simões, *et al*., 2009).

> "Embora não se possa generalizar a todos os idosos, verifica-se neste grupo etário uma redução das capacidades funcionais, uma alteração ou diminuição da acuidade sensorial, bem como problemas de mobilidade (...) Como o processo de envelhecimento é lento e gradual, a pessoa não se apercebe da inadequação do meio e passa por um processo também lento e gradual de adaptação, com um acréscimo contínuo de esforço e desconforto, até verificar a impossibilidade de manter uma vida normal."
>
> (Brandão, 2001, p.82)

Urge então necessidade de interiorizar a complexidade e a diversidade humana no contexto social, dado que as capacidades, personalidade, gostos, entre outros variam de indivíduo para indivíduo, e cada um é singular e único.

Esta realidade deve fazer parte de uma abordagem às temáticas do contexto urbano, de forma a projectar um determinado espaço ou ambiente, que se adapte a cada indivíduo, e não o contrário. Assim, os espaços assumem-se como referência identitária que desempenham um papel preponderante na vida das pessoas.

> "A compreensão dessas restrições facilita a sistematização e o desenvolvimento de directrizes de projectos inclusivos, tornando-se fundamental para que barreiras físicas e informativas no design de equipamentos e ambientes sejam evitadas. Dessa maneira, conceito de espaço livre público é fortalecido."
>
> (Bins Ely, *et al*., 2012, s.p.)

A qualidade destes espaços depende da possibilidade que o individuo tem, de forma a compreender, utilizar, de se movimentar, participar e interagir com outros no meio onde fazem parte (Bins Ely e Dorneles, 2006). Se tal não acontecer, a cidade acaba por se fragmentar ao nível social, e gera ainda "(...) distinctive spatialities of demarcation and exclusion." (Imrie, 2001 citado em Hanson, 2004, p.4).

Qualquer indivíduo desenvolve, ao longo da sua vida, as suas capacidades, que são individuais, singulares e dependem da sua própria evolução, num determinado intervalo de

tempo. Desta forma, torna-se fundamental a diferenciação dos conceitos de *impairment*, *disability* e *handicap*. Ao longo do processo natural de envelhecimento, o corpo acaba por perder funções e capacidades, essa diminuição ou enfraquecimento reflecte-se como *impairment*. As limitações ou incapacidades que surgem desse processo de envelhecimento designam-se por *disability*. *Handicap* pode ser entendido como uma desvantagem, obstáculo ou dificuldade resultante dos conceitos anteriores.

> "According to the World Health Organisation (WHO, 1980), 'impairment', is a loss or abnormality of psychological, physiological or bodily structure or function. 'Disability' then refers to any limitation or lack of ability resulting from an impairment, when performing an activity in the manner or within the range considered normal for a human being. 'Handicap' refers to the disadvantage that an individual experiences as a result of an impairment or a disability, that limits or prevents the fulfillment of a role that would be considered normal for a person of the same age, gender and circumstances."
>
> (Hanson, 2004, p.6)

Muitas vezes, é a própria sociedade ou até mesmo o espaço público que impõem essas restrições ou impedimentos nos indivíduos, o que revela uma falta de conhecimento, ou mesmo ignorância, e acabam por excluir e restringir este tipo de pessoas. "This makes disability an issue of social justice and inclusion." (Hanson, 2004, p.7). É ainda fundamental não abordar as pessoas como modelos estereotipados, até porque cada indivíduo é composto por características e necessidades específicas. Esta relação torna-se bastante complexa, porque à medida que a complexidade do indivíduo aumenta, assim aumenta igualmente o desafio do desenho urbano em dar resposta no desenvolvimento de uma cidade mais acessível e coesa.

As pessoas vivem e relacionam-se no espaço físico construído, contudo este espaço por vezes não é concebido para ser utilizado por todos, como tal, constitui uma barreira física onde a cidade se nos apresenta descaracterizada, sem qualidade urbana. Esta perda de funcionalidade dos espaços públicos da cidade designa-se por *architectural disability*[8].

[8] Termo utilizado por Goldsmith (1997).
Ver também o conceito de "*environment pressure*" (Lawson, 1994) – remete para descrever o impacto que tem na vida das pessoas a má concepção de uma casa, edifício público, ou até mesmo um espaço público.

> "O ambiente construído é um factor determinante na qualidade de vida (...) influenciando a competência comportamental e adaptativa, manifestando-se através do bem-estar e da satisfação pessoal com a própria vida. Torna-se importante para esses indivíduos a manutenção da sua autonomia, isto é, a capacidade de determinar e executar a sua própria vontade. Ao mesmo tempo, surge a capacidade funcional como paradigma da saúde.
>
> (Doré, 2010, p.26)

> "(...) a well-designed environment has the potential to be 'therapeutic' rather than disabling."
>
> (Hanson, 2004, p.11)

O ambiente construído deve ter em considerações todas as pessoas, independemente das suas capacidades ou limitações. Deve ser flexível de modo a adaptar-se a qualquer utilizador, e ainda haver uma procura no tipo de soluções que beneficiem e se adeqúem simultaneamente a cada indivíduo, de forma a eliminar a exclusão social (Simões, *et al*., 2009). Os espaços devem ser planeados tendo em conta a mutação e complexidade da sociedade, enfatizando os factores de acessibilidade, de adaptabilidade, de conforto, de mobilidade, de segurança e de sociabilidade.

Mobilidade, acessibilidade[9] e sociabilidade

A mobilidade (deslocamento) é a capacidade de o indivíduo se deslocar e movimentar de forma livre e autónoma, contribui principalmente para a criação de fluxos e dinâmicas no contexto urbano. A movimentação faz parte integrante do ADN humano, é a capacidade de gerar vida, de se organizar e desenvolver tarefas, consoante as suas necessidades e expectativas pessoais. Este termo permite o desempenho de qualquer tipo de actividade, bem como a aproximação e integração do indivíduo na sociedade. É fundamental desenvolver uma postura consciente da realidade em questão, tornar a cidade acessível e cada vez mais social.

Para Ascher (2010) o ambiente físico construído deve ser coerente, claro e bem definido, onde se permite o acesso de qualquer indivíduo, mesmo sendo portador de incapacidades (físicas, motoras e/ou sensoriais), aos espaços públicos das cidades. As cidades ganham qualidade e garantem assim o seu desenvolvimento, tornaram-se possíveis de garantirem os seus fluxos energéticos e a fluidez dos seus movimentos de quem nela vive.

O tema da acessibilidade remete desde logo para a ideia de algo que permite ser acedido por qualquer indivíduo, independentemente da sua condição física, motora ou cognitiva. O acesso pode ser entendido como o ato de chegar ou entrar, é a capacidade de ligação e conexão entre dois espaços (conectividade). O termo de mobilidade surge associado igualmente à questão de deslocação e de movimento.

Ao longo dos últimos anos, estes termos foram bastante debatidos, em consequência da necessidade e da preocupação com as condições de igualdade e de integração da população. A acessibilidade está principalmente relacionada com princípios de ordem ética, ou seja, com a possibilidade de oferecer uma cidade sem qualquer tipo de barreiras físicas, uma cidade que fomente condições de igualdade e de coesão social.

Igualdade significa a diminuição das desigualdades e consiste num tratamento por igual independentemente da sua condição física ou necessidade especial. Corresponde ainda a uma igualdade de direito de cada indivíduo (Battesti, 1997). A coesão social só pode ser alcançada se essa mesma sociedade tiver o mesmo tipo de tratamento, isto é, se a cidade for desenvolvida para todos por igual, desta forma não vão existir barreiras físicas nem sociais. No entanto, a mobilidade no contexto urbano é cada vez mais diversificada, complexa e heterogénea, desenvolvida sobretudo numa lógica hierárquica onde o automóvel surge em primeiro plano.

[9] Importante consultar a legislação portuguesa sobre a acessibilidade e mobilidade urbana: Lei 163/2006 de 8 de Agosto

> "The needs of people who want to use streets in other ways – for instance for walking, shopping, cycling, pushing prams, using wheelchairs, playing, or sitting and watching the world go by – have been given relatively little consideration."
>
> (CABE, 2008, p.2)

A abordagem ao tema da acessibilidade deve compreender os novos contextos e realidades sociais, tendo em conta a mutação e diversidade da sociedade, aproximando-se do conceito intrínseco de coesão social territorial. A cidade só faz sentido se todos os indivíduos, independemente da sua condição física de mobilidade, conseguirem percorrer os espaços de forma livre e autónoma (Teles, 2009).

Nesta linha de pensamento, Simões (2006) refere que, apenas através da eliminação de barreiras físicas, da criação de uma identidade baseada nos factores de igualdade e de inclusão social permitem uma sociedade livre de discriminação.

Neste processo de eliminação de barreiras, é fundamental entender as restrições ou dificuldades existentes em cada indivíduo de desempenhar uma determinada tarefa, que podem estar ou não relacionadas com incapacidade ou deficiência (motora ou cognitiva). Este impedimento ou obstrução é, principalmente, resultado da má relação entre o indivíduo e o meio físico em que se insere. Esta concepção do meio físico está centrado nas necessidades e modos de vida de cada pessoa, para isso deve ser adaptável, coerente, acessível e sobretudo um espaço que estimule as relações sociais urbanas.

Não raramente constatamos que o espaço público é, muitas vezes o contrário do que acima se defende, que, limitando e bloqueando a circulação e o seu uso, provocam a exclusão de indivíduos com dificuldades no acesso a esse tipo de espaços. Verificando-se assim que o espaço construído revela fragilidades na sua concepção formal, falta de sensibilidade nas questões de acessibilidade, e desvalorização na importância atribuída a este conceito, adoptando mesmo a noção pela sua versão estereotipada e discriminatória. É necessário desenvolver uma postura na criação de cidadania cosmopolita, acessível a todos.

> "(...) uma nova cidade de sítios que se pretende produzir, associada a um conceito de mobilidade e o cosmopolitismo ocupam uma centralidade inegável, mas não devidamente suportada nos grandes três valores urbanos (paisagem global, democracia, abertura). De facto, esta nova cidade é composta por pedaços, áreas dedicadas não raro de aprecível qualidade, inovadoras e bem integradas em espaços vastos, mas sem que haja um sentido sistemático para o conjunto do espaço urbano."
>
> (Portas, Domingues e Cabral, 2003, p.225)

A acessibilidade é muito mais do que a criação espaços acessíveis, funde-se com a preocupação e cuidado com o próximo, na procura da igualdade de direitos e numa lógica de "*barrier free*"[10]. Esta abordagem ao território surge com princípios éticos, de integração e de igualdade de direitos. A eliminação ou atenuação de barreiras físicas permite a inclusão social de pessoas com necessidades e permite a anulação da discriminação.

Neste âmbito surge ainda associado o *inclusive design*, traduz na necessidade de criar espaços acessíveis para todos, mas mais importante ainda é a sua componente social inerente, isto é, que garantam igualdade de oportunidades (Simões, 2006). Através do desenho inclusivo é possível garantir igualdade de utilização e de oportunidades, independentemente das suas condições físicas e cognitivas.

A ideia base do design inclusivo é a possibilidade de oferecer independência a cada indivíduo na utilização dos espaços, permitindo que este circule livremente, sem depender de terceiros na sua mobilidade.

Esta abordagem ao território urbano deve incorporar uma ideologia baseada no design inclusivo, com o intuito de garantir a capacidade de independência, de autonomia e de igualdade de direitos. Desta forma, permitir o livre acesso sem depender de terceiros para desenvolver as suas tarefas diárias. O design inclusivo melhora os aspectos de mobilidade e tem um papel preponderante na coesão social e na fomentação das relações sociais em contexto urbano. Influencia ainda a participação e aproximação social na cidade.

Mais importante do que a acessibilidade e a mobilidade é a acessibilidade social, que se identifica pela capacidade de integração do indivíduo na comunidade. Como refere Bispo e Falcato (2006), o objectivo base do conceito em estudo, deve atender na integração do indivíduo na vida urbana como forma de combate à exclusão social, fomentando uma sociedade mais justa e igualitária, enquadrado sempre na diversidade e complexidade do ser humano. Para além a componente física da acessibilidade (criação de rampas, espaços acessíveis, entre outros) a integração das pessoas na sociedade (acessibilidade social) é um processo indispensável na coesão social territorial.

[10] Termo utilizado pela primeira vez em 1980 (livre de barreiras, ou obstáculos), que reconhece as vantagens do design inclusivo para todas as pessoas, sem excepção (Ascher, 2010).

Coesão social territorial: *Inclusive Design*

A integração de todos os indivíduos no contexto urbano só se torna possível se existir em paralelo uma coesão social e territorial. Isto é, a função dos espaços públicos deve fomentar a mobilidade e acessibilidade, sem exclusão ou restrição, de forma a minimizar, ou até mesmo eliminar todas as adversidades existentes no espaço público. Mais importante ainda, é a sociabilização dos espaços urbanos, com uma utilização plena, estabelecendo um território contínuo e unitário, desenvolvendo a identidade urbana.

É possível desenvolver espaços livres sem barreiras, com a adequação da sua forma e uso para a população com diferentes necessidades de mobilidade (SNRIPD, 2007). Para isso acontecer, é necessário desenvolver uma nova postura perante o território, e não apenas numa lógica parcelar. Apenas se pode introduzir na sociedade a coesão social se os espaços projectados se basearem nessa lógica de unidade. É necessário também eliminar as barreiras físicas existentes, que constituem uma forma de exclusão social (Imrie, 2006).

O fenómeno de exclusão social só pode ser invertido se a integração do indivíduo na sociedade for bem sucedido; o primeiro passo constitui então numa abordagem ao desenho do espaço público, onde muitas vezes, pelo sua má concepção constitui uma barreira à mobilidade. A importância do espaço público como motor das relações sociais torna-se fulcral no desenvolvimento de relações de comunidade, assim sendo, o mau desenho dificulta e limita a realização das atividades comuns.

> "Disabled people are therefore denied opportunities to lead independent lives because the poor design of our cities and urban centres poses barriers to accessing suitable housing, public transport, public spaces and buildings."
>
> (Hanson, 2004, p.4)

A cidade pode ser analisada de dois diferentes pontos de vista. Esta dualidade pode ser caraterizada pela visão positiva ou negativa, dependendo das sensações que um determinado lugar propicia. Esta visão depende do tipo de utilizador e do modo como esse espaço interage com o indivíduo (Hanson, 2004).

"(...) the approach has changed from one of tailoring buildings and products for fragmented constituencies of people with special needs and instead, greater stress is being placed upon the importance of 'inclusive design', 'universal design' or 'design for all'.

Inclusive design means creating environments and products that are usable by all, without the need for specialist adaptation or design (…)“

(Hanson, 2004, p.11)

A criação de um *inclusive environment* é aquele que foi projectado para todos e para ser utilizado por todos, de forma a que independentemente do tipo de necessidade possa usufruir do espaço de forma confortável, segura e sem restrições, que consiga garantir “(...) social equity and justice.” (Hanson, 2004, p.14).

A realidade do desenho urbano das cidades nos últimos anos não tem sido desenvolvido em prol dos idosos e das pessoas com mobilidade condicionada. Contudo a captação de idosos nos centros das cidades, segundo esta autora, é fundamental, pois são eles que permitem a criação de uma comunidade. A presença da população mais idosa nos centros das cidades permite a continuidade da traça identitária desses mesmos lugares.

Como foi defendido anteriormente, o espaço público constitui uma referência para a coesão social, em paralelo deve ser desenvolvido uma consciência de que os utilizadores devem ter a capacidade de usar os diversos espaços com segurança e adaptabilidade, independemente da sua condição física ou de mobilidade. Muitas vezes, algumas condicionantes não permitem que estas pessoas possam usufruir de uma vida independente e com qualidade social.

O grande desafio passa então pela eliminação e exclusão desses obstáculos que impedem o acesso à cidade por igual. É importante salientar que não é unicamente o desenho urbano o principal responsável pelas barreiras existentes nas cidades, mas a própria morfologia da cidade pode constituir um obstáculo. Designam-se então por barreiras físicas e ambientais o caso da própria topografia, em que muitas das vezes torna-se como um elemento de entrave à mobilidade. Esta separação ou segregação proporciona um afastamento a nível social, e diminui a capacidade de participação ativa na vida social.

> “ (…) many aspects of the design of the built environment currently deter older and disabled people from using town centres, including difficult access and changes of level, high, steep steps, poorly maintained pavements, busy roads with few controlled crossing points, isolated, unlit bus stops, a dearth of adequate seating and inadequate public toilet provision.”
>
> (Hanson, 2004, p.5)

Bins Ely e Dorneles (2006) defendem que deve existir uma preocupação na escolha do tipo de pavimento, bem como na disposição do mobiliário urbano, que deve estar preferencialmente no mesmo eixo de modo a não interromper a continuidade do passeio. Assim como a inserção de rampas e escadas devem situar-se o mais próximo possível. Deve existir uma sensibilidade com a funcionalidade dos espaços de modo a garantir o uso de todos em segurança e conforto.

Uma das razões pela qual o desenho urbano tem demonstrado falhas nesta componente da mobilidade é, sobretudo, a incompatibilidade e falta de adaptabilidade a uma sociedade altamente diversificada. É fundamental encontrar um equilíbrio entre estes factores e desenvolver um desenho que se adapte a qualquer tipo de necessidade ou incapacidade. Se esse espaço não for concebido para ser utilizado por todos acaba por constituir uma barreira física. A cidade torna-se assim inconveniente e, de certa forma, desconfortável. O ambiente construído deve ser flexível de modo a adaptar-se a qualquer indivíduo.

A identidade do design inclusivo reside nesta mesma ideia, ou seja, é a criação de um espaço que pode ser utilizado por todos, de forma a que independentemente do tipo de necessidade se possa usufruir do espaço de forma confortável, segura e sem restrições.

Para Benktzon (1993) citado em (Hanson, 2004), o *inclusive design* pode ser explicado através de uma pirâmide de três escalões, consoante o grau de incapacidade, sendo a base formada por pessoas sem qualquer tipo de limitações e no topo composto por graves limitações. O objectivo é tentar explicar se o projecto for desenhado para o escalão superior este também pode ser utilizável pelos que se encontram abaixo desse escalão. Isto significa que se projectarmos para pessoas com graves problemas (cognitivos e/ou sensoriais), este pode ser usado por todos sem exclusão. Existe assim uma igualdade de direitos, o que torna possível o *inclusive design*[11].

[11] Interessa ainda ver: o modelo do cubo, desenvolvido por (Keates, *et al*., 2000), que e relaciona capacidade, perfil populacional e as opções de projeto num único modelo. Representa-se então através dos eixos do cubo a capacidade física, sensorial e cognitiva. O principal objetivo deste gráfico é conseguir demonstrar que através deste modelo é possível especificar com maior precisão a complexidade das necessidades de cada deficiência.
O modelo de Goldsmith (2000) que ilustra de uma forma prática a teoria de Benktzon. O modelo "*universal design pyramid*" parte de uma listagem de todo o tipo de pessoas por categorias a nível das suas capacidades físicas e motoras, desde as pessoas que estão fisicamente aptas desdobrando até às pessoas que necessitam de terceiros para sobreviver. Ao contrário do modelo do cubo, este foca-se fortemente para as necessidades de cada indivíduo, onde é possível projetar para todos os grupos representados neste modelo. A visão de Goldsmith (2000) é a que dá maior importância à concepção de modo a poder dar resposta a todo o tipo de deficiências, sejam elas de ordem física, sensorial ou cognitiva.

Esta ideia é defendida por Bins Ely, *et al*., (2006) que apresentam o conceito de restrição, que remete para um tipo de impedimento ou dificuldade de desenvolver uma actividade. Esta restrição ao nível do uso, é muitas vezes provocado pelo próprio espaço ou equipamento que não tem a capacidade de se adaptar a qualquer indivíduo. Contudo, se o espaço for pensado para pessoas com dificuldades motoras permite uma maior integração, assim não restringe qualquer utilizador de usufruir desse mesmo espaço.

No entanto esta visão é criticada, por alguns autores que defendem a existência permanente de um grupo de pessoas excluídas, o que torna quase impossível atender a todas as necessidades. Imrie e Hall (2001) citado em (Hanson, 2004) argumentam que sempre que um projecto se centra nas pessoas que utilizam cadeira de rodas, estamos à partida a restringir para apenas um tipo minoritário, logo não existe um modelo geral que abrange todas as necessidades. Da mesma opinião é Greed (2003) citado em (Hanson, 2004), que refere o caso específico das casas de banho, onde o compartimento para deficientes é representado pelo símbolo de cadeiras de rodas, e que isto remete para um grupo particular, excluindo outro tipo de deficientes. Esta postura restringe e condiciona a percepção das pessoas sobre este assunto das acessibilidades. Esta visão alerta para o conceito, maioritariamente, estereotipado das acessibilidades, que endereçados apenas para um grupo específico, contrariam desta forma o conceito de coesão social. O design inclusivo só pode ser alcançado com uma abordagem social, através do *social design*[12] (Sommer, 1983).

O desenvolvimento das noções base na elaboração de projectos inclusivos parte de uma identificação de todas as restrições, sejam elas de ordem sensorial, psicocognitivo ou múltiplas. Desta forma é possível eliminar as barreiras físicas e proporcionar um espaço livre para todos, sem qualquer tipo de limitação ou impedimento.

> "Para garantir a acessibilidade deve-se abranger as necessidades espaciais de pessoas com as mais diferentes restrições, ou seja, pessoas com limitações em desempenhar atividades devido as suas condições físicas associadas às características dos ambientes (Dischinger e Bins Ely, 2006)."
>
> (Bins Ely e Dorneles, 2006, p.2)

[12] Termo utilizado por (Sommer, 1983), defende que deve existir uma participação activa das pessoas na fase de concepção. Apenas desta forma se torna possível um design inclusivo e unitário no contexto urbano.

A maioria dos espaços públicos ainda demostra algumas fragilidades em relação à sua concepção, identificando-se pela sua falta de coerência e continuidade da adaptação às pessoas com necessidades de mobilidade. Existem pontualmente zonas que foram desenvolvidas a pensar nas pessoas com mobilidade reduzida, contudo não existe um plano geral que abrange a cidade como um todo.

Para Bins Ely e Dorneles (2006) a acessibilidade só pode ser alcançada se houver um conhecimento e identificação prévia das necessidades de cada indivíduo de modo a conseguir projectar espaços acessíveis, confortáveis e seguros. A importância do espaço público como elemento de coesão social é ainda por excelência o espaço dedicado ao lazer, como o caso das praças, parques, jardins públicos, entre outros. São estes mesmos contextos que permitem uma maior integração e desenvolvimento das relações sociais em contexto citadino.

Portanto, na fase de concepção destes espaços deve haver uma consciencialização que estes espaços devem ser utilizados por todos, e como tal, é necessário refletir nas necessidades e limitações de cada indivíduo.

O mais importante para o desenvolvimento de espaços acessíveis, é seguir as quatro características fundamentais da relação entre o ambiente construído e o indivíduo. Numa primeira abordagem inserem-se a orientação e informação, ou seja, a capacidade de tornar os espaços livres e perceptíveis a qualquer utilizador. Na segunda, engloba-se o deslocamento, que remete para a facilitação do nível da circulação, incorporando uma lógica de continuidade sem qualquer tipo de interrupção. O terceiro aspecto caracteriza o nível de uso, onde todo o tipo de equipamento ou mobiliário deve ser adaptável e funcional para todos. Por fim, a questão da comunicação, que reforça a ideia de clareza e simplicidade na comunicação e leitura dos espaços.

Estas características devem fazer parte de um desenho universal, que têm por objectivo melhorar os espaços para os idosos e para todas as pessoas com necessidades especiais. Apesar dos idosos demonstrarem imensas dificuldades e limitações, são os que mais utilizam os espaços urbanos. Torna-se pois fundamental encontrar uma solução funcional que vá ao encontro de qualquer indivíduo, com ou sem qualquer tipo de restrição.

O design inclusivo[13] desempenha um papel preponderante no processo de estimulação de relações no ambiente construído e, promove ainda a integração e a comunicação entre indivíduos. Surge como uma mais valia no processo de inserção na comunidade, e centra-se principalmente no indivíduo e na diversidade humana.

[13] Interessa ainda ver: Design Acessível (Daré, 2010).

O objectivo primário do design universal "(...) é o de simplificar a vida de todos, produzindo produtos, sistema de comunicação e ambiente construído baseados no respeito à diversidade humana e na inclusão do maior número de indivíduos nas mais diversas actividades, independemente da idade e habilidade." (Daré, 2010, p.73).

Existem sete princípios inerentes ao design inclusivo, que servem como directrizes na concepção dos espaços: uso equitativo, flexibilidade no uso, uso simples e intuitivo, informação de fácil percepção, tolerância ao erro, baixo esforço físico e por fim, dimensão e espaço para a aproximação e uso (Simões e Bispo, 2006).

No processo do design inclusivo promove-se o alargamento da abrangência dos utilizadores, privilegiando-se as interacções sociais no contexto urbano. Sobretudo pretende-se dar a possibilidade de as pessoas serem o mais autónomas possíveis, sem depender de terceiros para se deslocarem no espaço urbano, isto é, desenvolverem uma vida independente.

> "(...) não significa querermos fazer tudo sozinhos, que não precisamos de ninguém ou queremos viver isolados. Vida independente significa querermos crescer junto das nossas famílias, usar os mesmos autocarros, ir para a mesma escola do bairro, ter um emprego de acordo com os nossos interesses e qualificações (...) é necessário nós termos as mesmas escolhas nas nossas vidas diárias e nos nossos projectos de vida (...) Mais importante ainda, é necessário nós falarmos e decidirmos por nós próprios, como toda a gente."
>
> (Fortes, *et al*., 2000, pp.24-25)

> "They have suggested that making the environment more accessible for older and disabled people will require a change in social attitudes, values and practices and, in this respect, the design professions have the necessary knowledge, skills and understanding to lead the way (...) Inclusive design therefore offers surveyors an unparalleled opportunity to contribute to a better, more inclusive built environment and by so doing to bring about a better, more inclusive society."
>
> (Hanson, 2004, pp.37-38)

É importante reflectir sobre a diversidade da sociedade actual para concretizar uma abordagem de intervenção no território urbano, de modo a entender as diversas necessidades dos utilizadores, tendo em conta as suas competências funcionais, cognitivas e relacionais, as suas limitações e carências, diluindo os estereótipos e visando fomentar as relações sociais saudáveis. Deve promover-se a valorização da coesão social no contexto citadino, neste caso através de espaços acessíveis a todos, permitindo uma vivência e experiência completa e multissensorial, de modo a contribuir para uma melhor qualidade de vida urbana, baseada na integração e inclusão de toda a sociedade.

Cidades lentas: *Slow cities are living cities*

No processo de novos modelos de cidade encontra-se incutido uma lógica de planeamento urbano, baseada em instrumentos de conquista de novos mercados. Estas cidades acabam por se inserir numa abordagem competitiva e capitalista, e as funcionam como actores económicos.

Cidades criativas, cidades digitais ou cidades lentas são exemplos actuais e fazem parte destes novos modelos. Caracterizam-se por serem motores de autopromoção, aumentando a sua visibilidade, muitas vezes valorizando e sobressaindo sobre a forma de algo novo e distinto em relação a outras.

As cidades criativas destacam-se por uma mudança de paradigma, onde se reforça a importância do social e o factor económico da criatividade. Pretende-se com este movimento reavivar certas zonas da cidade, apelando à criatividade e inovação, sob uma nova forma de planeamento estratégico.

Em relação às cidades digitais, reforça-se a importância da informação e conhecimento (cultura digital), com o recurso à tecnologia e ao universo digital.

Por fim, as cidades lentas valorizam a qualidade urbana e funcionam como reacção contrária à lógica corrente de cidade (velocidade, stress e globalização). Este modelo de cidade reforça a ideia de meio ambiente protegido, com promoção da região, características e especificidades de cada território. Mais importante ainda, é a valorização da identidade local, contrariando as lógicas comerciais (económicos), de globalização e perda de valores.

> "Viver num ritmo slow é procurar viver num ritmo equilibrado que seja bom para o corpo e bom para a mente (saúde), bom para os relacionamentos, para as sociedades e comunidades (desenvolvimento pessoal, social e local), e para o planeta (ambiente, sustentabilidade), é um modelo de equilíbrio para viver melhor sabendo quando é necessário abrandar ou acelerar (...) Trata-se de defender a vivência de um tempo com maior qualidade (...) com permanente preocupação de incentivar lógicas de desenvolvimento sustentável."
>
> (Slowmovementportugal, 2012, s.p.)

Integradas no *movimento slow* promovem uma consciência lenta e centram-se sobre princípios de reduzir a escala da cidade para uma escala mais humana, uma cidade consciente e coerente ao longo do seu território. Um conceito fundamental é a procura no modo de fazer e viver de uma maneira mais humana. No entanto, não nega a mudança, até porque a evolução

é um processo natural e inevitável, desde que, esse processo seja lento, o que permite haver um maior controlo e adaptabilidade por parte das pessoas. Este tipo de cidades funcionam como refúgio face à realidade actual, valorizando alguns princípios como a diminuição do ruído no contexto urbano, o controlo do tráfego, o aumento das zonas pedonais e defesa da identidade local.

O desenho do espaço público deve potenciar a integração de todos, de forma a conseguir uma coesão social territorial, sem restrições, mantendo, garantindo e preservando também as características do modelo que esta cidade quer ser. Através de mecanismos de desenho e formalização de hierarquias, é possível estabelecer um padrão urbano mais aproximado do indivíduo, isto é, um espaço urbano integrado numa lógica de *slow movement*. A redução da velocidade do tráfego motorizado permite uma redução da escala urbana para a escala do indivíduo (peão).

Para Hamilton-Baillie (2008) o conceito de espaço partilhado (*shared space*) permite estimular a relação entre o peão e o tráfego, de uma forma harmoniosa, valorizando o ambiente urbano, a saúde, a segurança e a coesão social.

> "Space in which different street users have equal entitlement and priority to the space. Shared space strives to combine rather than separate the functions of street. It seeks to improve the living environment for people, without needing to restrict or banish motorised traffic, by reducing traffic speeds through design. (...) A well-designed shared space will remove unnecessary clutter, while at the same time retaining navigational clues for visually impaired people. This could improve demarcating 'safe zones' normally near the building line, where blind and partially sighted people and other vulnerable pedestrians know i tis safe to walk."
>
> (CABE, 2008, s.p.)

O espaço público deve dar preferência ao peão, traduz-se principalmente numa oportunidade "(...) for contact and information in which the individual is at ease able to take time to experience, pause, or become involved." (Gehl, 2010, p.72). Permite a redução de escala de velocidade por parte de todos os meios de transporte, melhorando a vivência local, vitalidade e versatilidade do espaço urbano.

Estratégica metodológica

O presente trabalho tem como orientação uma estratégica metodológica que se centra sobre os principais temas abordados, a cidade, sociedade, acessibilidade, demografia e ainda a responsabilidade ética na prática da arquitectura. Pretende-se assim, desenvolver uma reflexão sobre a complexidade de intervir num contexto urbano. A estratégica metodológica enquadra-se numa investigação de informação e, desta forma, apresentar conceitos, premissas, evidências e métodos que justifiquem a proposta de intervenção.

Em relação à pesquisa teórica dos temas propostos, inicialmente foi abordada os conceitos de paisagem urbana, integrado numa perspectiva sobre a sua mutabilidade e fragilidade. Esta abordagem inicial à paisagem pretende ainda identificar os diversos elementos que a caracterizam e compõem. A introdução ao trabalho prático centra-se ainda na complexidade da cidade, como paisagem urbana, também ela mutável e constituída por uma sociedade igualmente complexa e diversificada. A partir deste tema do contexto citadino, o trabalho pretende reflectir sobre os vários temas em torna das cidades, na sua representação social e integrante na vida urbana. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma abordagem à responsabilidade ética do arquitecto na sociedade, também ela mutável e complexa, na sua capacidade de melhorar e promover uma melhor cidade para todos.

Após esta reflexão inicial sobre os principais temas, procurou-se recolher informação acerca da cidade de Viseu, como processo de contextualização da sua identidade local, história, geografia e elementos caracterizadores.

É através da identificação destes elementos que compõem a cidade de Viseu, que podemos delinear a proposta de intervenção apresentada neste trabalho, como processo de reforço da identidade local, assegurando uma continuidade do tecido físico e humano, promovendo a acessibilidade e mobilidade, e reforçando a coesão social territorial.

O objectivo deste trabalho é reflectir sobre o papel do arquitecto na sociedade e no contexto físico, sob uma postura de responsabilidade moral, ética e deontológica. Pretende-se ainda delinear o procedimento na análise do território, de forma a entender todas as variáveis, a identidade do lugar, as suas características, fluxos, potencialidades, fragilidades, e essencialmente perceber a mutabilidade e complexidade do meio ambiente. Conciliar ainda os conceitos de acessibilidade, mobilidade e desenho inclusivo numa perspectiva de *slow cities* como processo de formação de cidadania e espírito de comunidade.

O processo de análise urbana integra-se na zona intermédia entre a área consolidada e periférica da cidade de Viseu, junto à Estrada da Circunvalação, com forte enquadramento sobre o centro histórico incorporando também o Parque do Fontelo, Quinta do Seminário e Centro histórico (fig. 11). A área descrita é o fulcro do trabalho, e este trabalho integra-se e insere-se no programa da cadeira de Projecto Integrado Urbano.

Tendo por base as opções de trabalho apresentadas, pretende-se analisar a cidade nos seus aspectos físicos (morfológicos), sociais (vivências) e funcionais (usos, entre outros).

Seguidamente, tendo em conta os temas principais abordados, irá ser delineada a proposta urbana e arquitectónica, tendo consciência da importância da envolvente e da realidade em questão, e simultaneamente pretende-se expor propostas acerca das noções das temáticas da acessibilidade, da mobilidade, do design, do espaço partilhado e das *slow cities*.

O conceito de cidades lentas, será aplicado no tecido urbano, privilegiando e valorizando o estabelecimento e manutenção das relações sociais humanizadas e uma vertente essencialmente qualitativa do espaço. Pretende-se apresentar uma proposta urbana consciente das necessidades de inclusão social, na aplicação prática das características de *shared space* e *slow movement*, de forma a conseguir desenvolver uma cidade contínua e socialmente igualitária, promotora da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Desta forma, a presente proposta de reorganização e projecto urbano pretende inserir-se na estrutura citadina, de forma clara, integrante e legível, pretendendo reforçar as potencialidades e eliminar (ou atenuar) os aspectos negativos da paisagem urbana, estabelecendo no território uma postura unitária de ligação e coesão.

Fig. 9 e 10 Enquadramento geral sobre a cidade de Viseu

Fonte Elaboração própria sobre imagem da web (2013)





Fig. 11 Vista aérea sobre a área de intervenção

Fonte Elaboração própria sobre imagem do Bing Maps (2013)

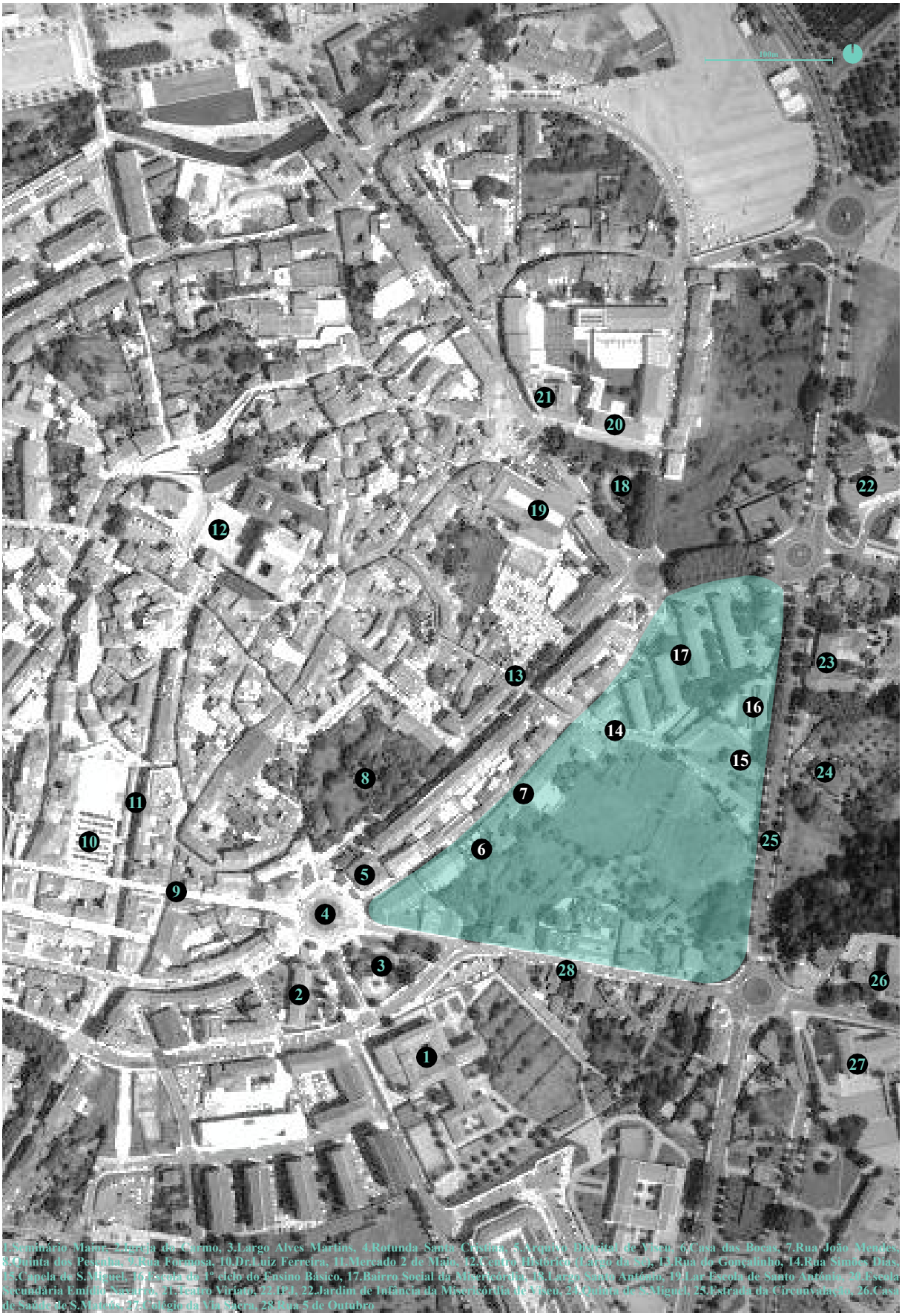


Fig. 12 e 13 Panorâmicas da área de intervenção

Fonte Fotografias do autor









Programa e objectivos: VISEU – ACCESS CITY AWARD 2014[14]

A Câmara Municipal de Viseu pretende acolher ideias, soluções e propostas criativas no âmbito do prémio europeu "ACCESS CITY AWARD 2014", no sentido de se realizar uma análise da área urbana da cidade de Viseu e pensar o seu futuro. Este programa da Câmara Municipal realiza-se no âmbito de um protocolo de colaboração assinado com o Curso de Arquitectura da Universidade Católica Portuguesa, e pretende reforçar a importância da acessibilidade no contexto urbano, como forma de eliminação das barreiras existentes na sociedade actual, "that cause problems for persons with disabilities when using products, services and public infrastructure. Successful actions can enable those persons with disabilities to live more equally alongside those without disabilities." (European Commission, 2013, s.p.).

O programa de intervenção em causa prevê a necessidade de propostas de traçados urbanos de consolidação desta área, bem como a ocupação de habitações mistas (multigeracional), áreas de comércio e serviços, zonas equilibrados de espaços verdes e equipamentos públicos. A solução deve atender a estes parâmetros, pensados numa perspectiva global, e enquadrados na realidade actual inerente.

Numa primeira fase e após uma análise exaustiva desenvolvida em trabalho de grupo, procura-se entender o local de intervenção, as suas premissas, características e aspectos mais determinantes e decisivos. Esta fase inicial de estudo do território tem como objectivo primeiro apontar pistas e alternativas para a sua transformação e melhoramento, propondo uma solução coerente e estruturada no contexto real da cidade de Viseu.

Para além da morfologia do terreno e outros elementos indispensáveis na compreensão da área de estudo, serão seguidamente apresentados de forma breve e sintética, uma introdução ao projecto de intervenção com as respectivas estruturas, em diferentes escalas, desde a urbana até à materialização da arquitectura.

[14] Ver mais informação em: http://ec.europa.eu/justice/discrimination/disabilities/award/about-award/accessibility_en.htm

Fig. 14 e 15 Pontos de Conflito; Intenções de intervenção

Fonte Elaboração própria em cooperação com Aleksandra Siemaszko, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela e Victor Justino



Fig. 16 e 17 Fluxos pedonais; Hierarquia viária

Fonte Elaboração própria em cooperação com Aleksandra Siemaszko, Nuno Abrunhosa, Márcio Cancela e Victor Justino

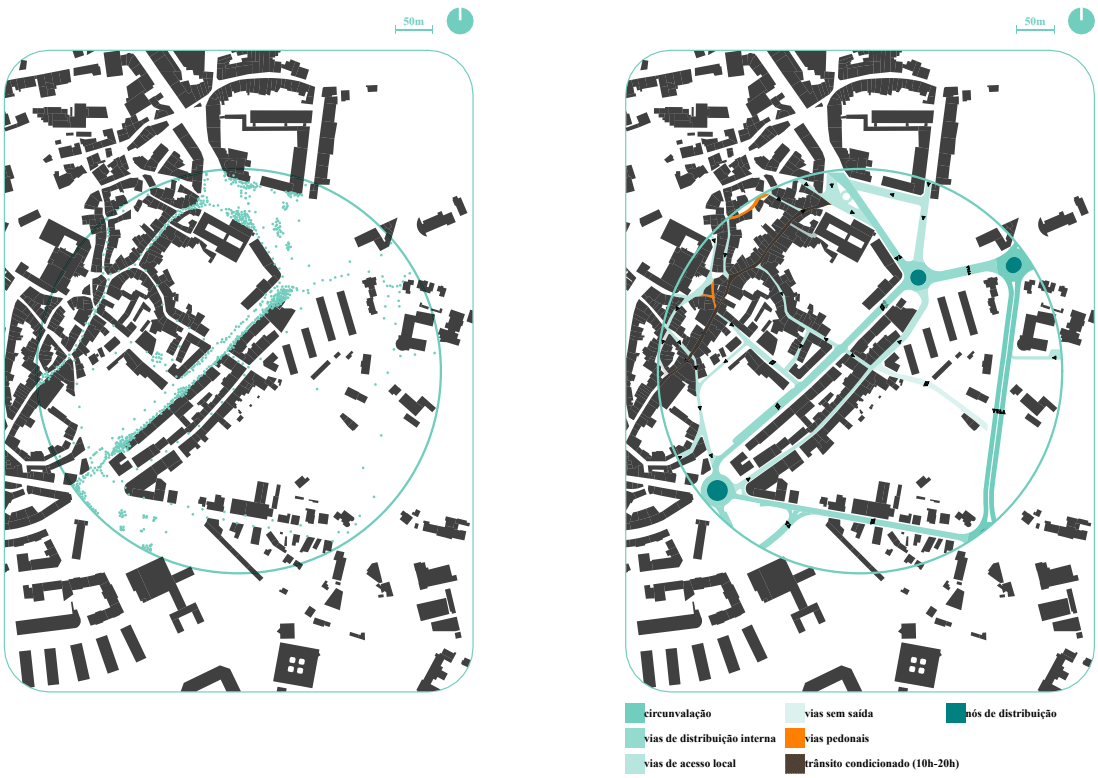


Fig. 18 e 19 Planta de usos; Estado de conservação dos edifícios

Fonte Elaborado por Célia Santos, Gonçalo Ribeiro, José Massa e Patrique Augusto; Catarina Morais, João Almeida, Ricardo Afonso e Ricardo Costa

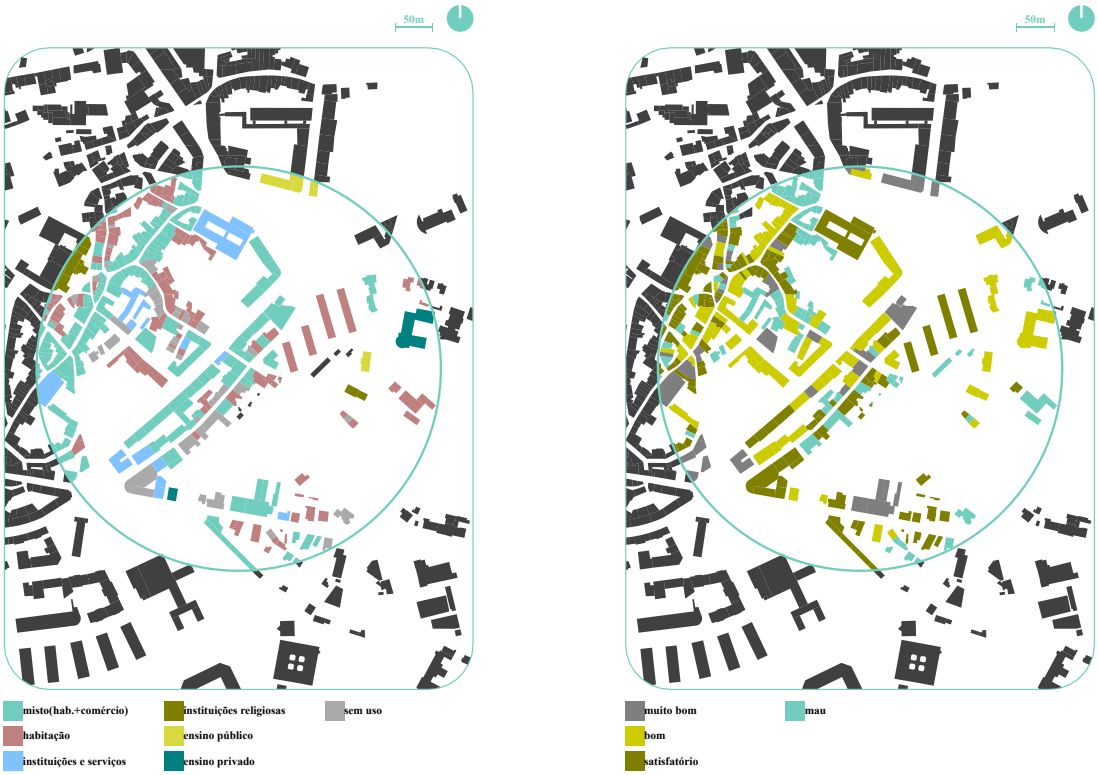


Fig. 20 e 21 Espaço público; Número de pisos

Fonte Elaborado por Catarina Morais, João Almeida, Ricardo Afonso e Ricardo Costa

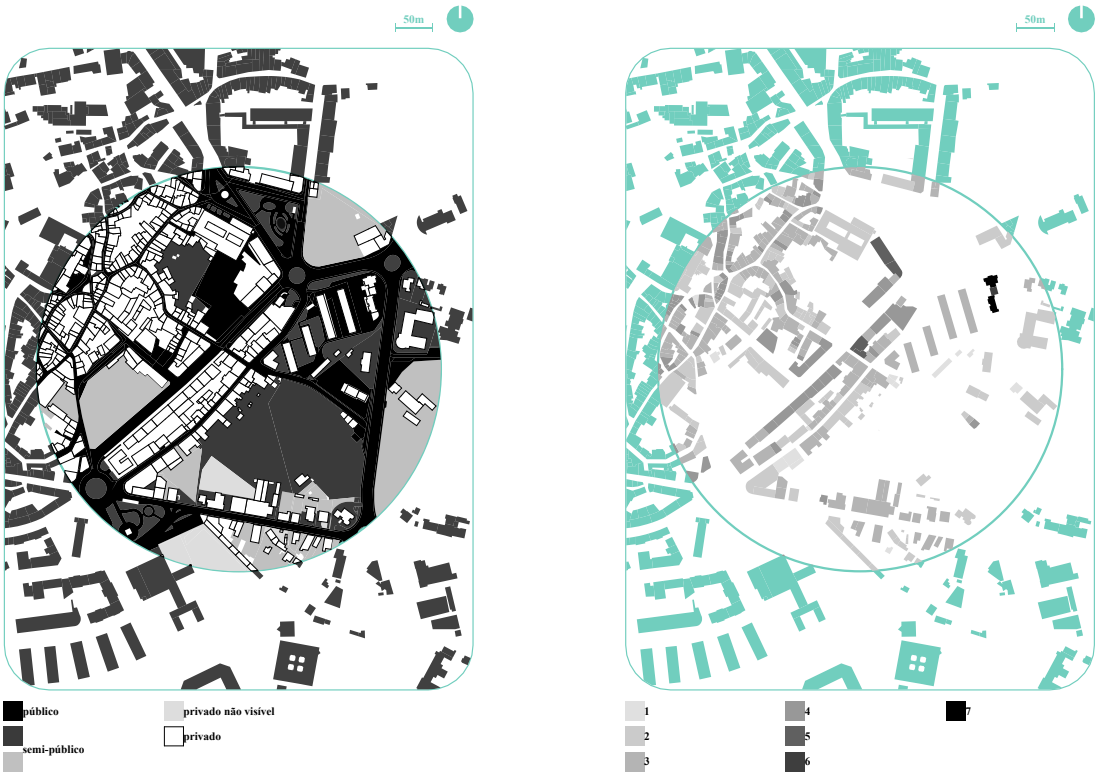


Fig. 22 e 23 Espaços verdes; Vegetação

Fonte Elaborado por Célia Santos, Gonçalo Ribeiro, José Massa e Patrique Augusto

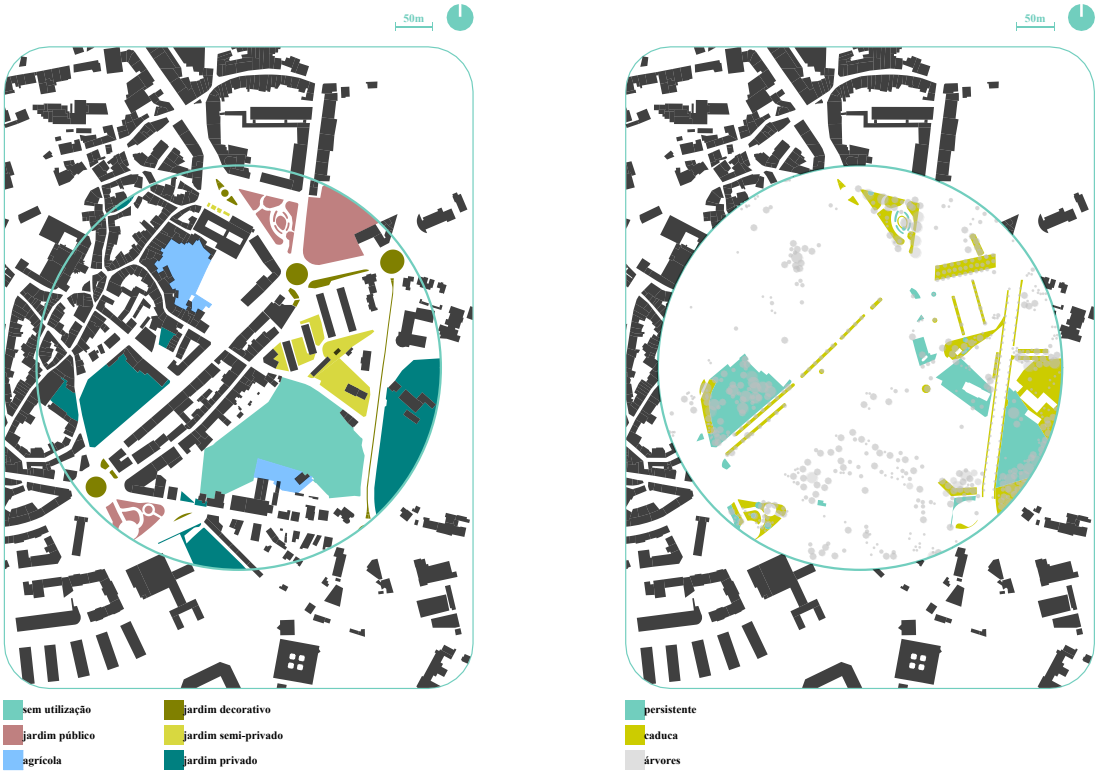
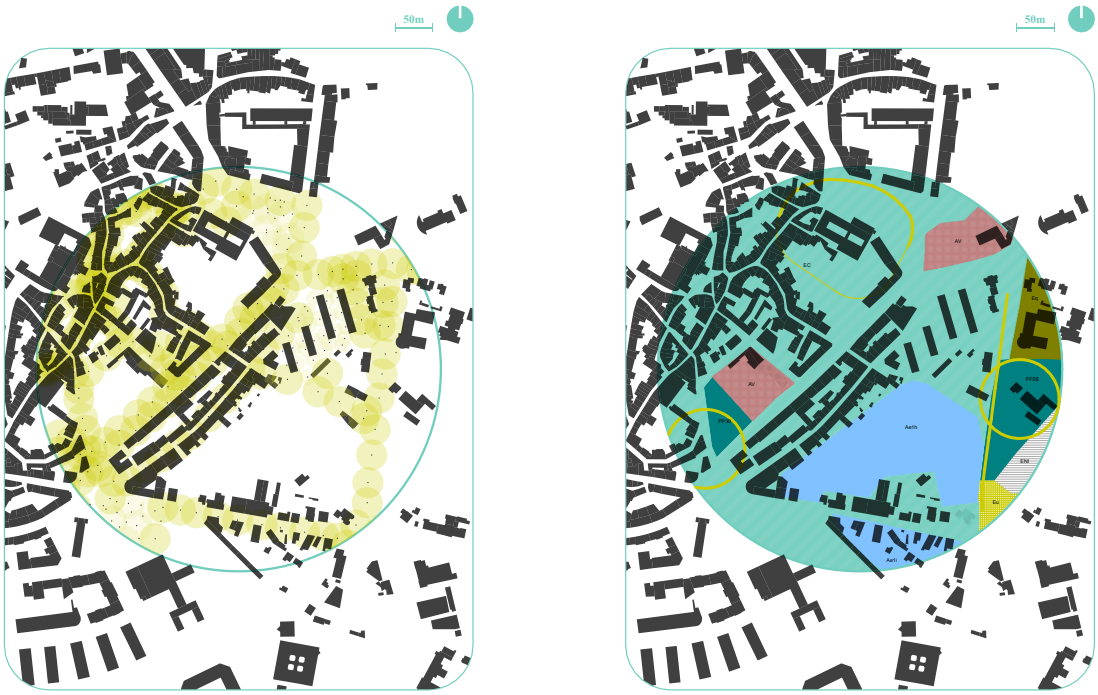


Fig. 24 e 25 Iluminação; PDM

Fonte Elaborado por Catarina Morais, João Almeida, Ricardo Afonso e Ricardo Costa; José Pedro, Rui Ferreira, Patrycja Mis, Pedro Vieira e Vanessa Buraco



Análise do lugar

A área de intervenção localiza-se na cidade de Viseu, mais concretamente na freguesia de Santa Maria de Viseu (centro), delimitada pelo programa atrás referido (fig. 11), e tem como principal objectivo, o estudo nesta zona de intervenção, para a qual se pretende contribuir para a sua requalificação social, urbana e arquitectónica.

A cidade de Viseu faz parte do território de Portugal Continental, é capital do Distrito de Viseu, localiza-se na região Centro e sub-região de Dão-Lafões, mais concretamente na antiga província da Beira-Alta. Viseu além de ser a sede de distrito e de concelho, é ainda sede de Diocese e de Comarca (CidadeViseu, 2013). Detém trinta e quatro freguesias, sendo as freguesias de Coração de Jesus, São José e Santa Maria de Viseu as mais antigas, e constituem o centro da cidade.

Viseu com cerca de 507,20 km^2 de área, localiza-se geograficamente numa posição central e privilegiada face ao Distrito, designado como Planalto de Viseu (Cruz e Costa, s.d.). Caracteriza-se por uma superfície irregular, com altitudes compreendidas entre os valores 400 e os 700 metros. É circunscrita por um conjunto de montanhas, a norte pelas Serras de Leomil, Montemuro e Lapa, noroeste situa-se a Serra da Arada, a sul e sudoeste as Serras da Estrela e Lousã, por fim a este a Serra do Caramulo, que assume um papel preponderante ao nível climático.

Em relação aos municípios, é limitado a norte pelo município de Castro Daire, a nordeste por Vila Nova de Paiva, a leste por Sátão e Penalva do Castelo, a sueste por Mangualde e Nelas, a sul por Carregal do Sal, a sudoeste por Tondela, a oeste por Vouzela e por fim a noroeste por São Pedro do Sul. Esta região apresenta um conjunto de microclimas específicos, com a existência de elevadas amplitudes térmicas, com Invernos rigorosos e húmidos, enquanto que no Verão são quentes e secos (Cruz e Costa, s.d.).

Segundo o estudo realizado pela Associação de Defesa do Consumidor (DECO), Viseu é a melhor cidade para se viver em Portugal.

> "Tem o melhor sistema viário, os passeios mais limpos e é a melhor servida de espaços verdes e ciclovias. Viseu é, segundo um estudo de opinião (...) a melhor cidade do país para viver (...) Já em 2007, a cidade de Viriato tinha ficado no topo da tabela das melhores cidades para viver (...) está em décimo lugar na tabela internacional, a área com melhor avalização é a do comércio e serviços (...) a cidade está bem servida de restaurantes, supermercados e centros comerciais (...) É também a cidade com mais pontos na coordenação entre diferentes serviços municipais."
>
> (Público, 2012, s.p.)

Viseu "(...) cidade de existência mais que milenária (...)" (Município de Viseu, 2013, s.p.) apresenta uma carga histórica bastante considerável, surgiu como um castro envolvido por outros de menor dimensão, localizado estrategicamente na zona mais privilegiada, onde a acrópole é a actual Sé Catedral.

Na época romana (séc. II a.C.) dá-se a construção dos principais eixos de ligação (*cardus* e *decumanus*), o que permitia a expansão e comunicação com o exterior. "É evidente que, se estes eixos viários pertencessem a uma cidade romana, eles corresponderiam ao cardo e ao decumanus, orientados geralmente segundo pontos cardeais (...)" (Ribeiro, 1970, p.226). Destaca-se ainda a Cava de Viriato, um dos elementos de maior relevância urbana, onde se localizava o antigo acampamento militar romano.

Em meados do século VI, no tempo dos Suevos, Viseu já era Diocese e tinha os seus bispos, vindos de Braga, que posteriormente tiveram que sair com a chegada dos Muçulmanos (Sousa, s.d.). Apenas no ano de 1058, após a conquista da cidade por Fernando Magno esta conseguiu recuperar a sua liberdade, no entanto, somente no ano de 1147/1148 a Diocese teve condições para nomear o seu próprio bispo. Dá-se então uma fase pontifical, governada por bispos de Coimbra.

A cidade conseguiu prosperar e evoluir, quer ao nível social quer urbano. Este período de paz e prosperidade durou cerca de três séculos, e teve o seu termo no ano de 1383, com a morte de D. Fernando, reivindicando o Rei de Castela a tomada e posse da coroa de Portugal. Viseu viveu, então, um período complicado, devido às invasões, e foi das cidades que mais sofreram para que Portugal continuasse livre e independente. Depois de um largo período de destruição e violência, põe-se termo aos confrontos e Portugal alcança finalmente a paz e inicia um período de abertura marítima – os descobrimentos portugueses.

A cidade de Viseu estava protegida por uma cintura de muralha (erguida na Idade Média) com as suas sete portas. A época das descobertas vão dar inicio a um período de grande desenvolvimento e construção, revelando grande importância económica, social e cultural, se atendermos que no século XVI existia em Viseu uma grande escola de pintura, cujo mestre era Grão Vasco. Por volta do século XV e XVI, o número da população teve um aumento significativo, e fez com que a cidade se expandisse para fora das muralhas, desenvolvendo desta forma ligações com pequenos aglomerados na sua periferia. Estes aglomerados urbanos reflectem-se na topografia da cidade, onde a Sé Catedral se localiza no ponto mais alto, como elemento de referência na paisagem. É ainda importante referir que a Cava de Viriato teve uma expressão física maior do que o Centro Histórico, sendo o Rio Pavia também um elemento chave para a ocupação da população na cidade de Viseu.

> "O Centro Histórico de Viseu (CHV) é composto por edifícios de carácter monumental devidamente classificados e por património arquitectónico corrente com valor histórico e como conjunto, nomeadamente nas áreas de protecção àqueles monumentos."
>
> (Cabrita, *et al*., 2010, p.8)

Na era de D. João V surgiu mais uma fase se enorme desenvolvimento arquitectónico, como capelas, igrejas, fontanários, solares, entre outros, do estilo Barroco, que transformou a cidade profundamente, marcada principalmente pelo dinamismo setecentista. Nos meados do século XVII até aproximadamente ao século XIX a cidade de Viseu acaba por consolidar a maior parte dos espaços urbanos. Durante esta fase, procurou-se estabelecer uma maior racionalização nas ligações entre os mais diversos pontos da cidade. Estes novos traçados urbanos eram caracterizados pela sua rigidez, e contrariavam a estrutura medieval sinuosa existente. Desde o século XVII até ao século XIX são planeados novas zonas de expansão da cidade, fortemente influenciadas por aglomerados urbanos existentes na sua envolvente.

Finalmente no século XX, a expansão da cidade desenvolveu-se num esquema de vias que divergem do centro e são ligadas entre si por artérias concêntricas (radiais). Este traçado estrutura a nova circunvalação, e marca definitivamente, tal como a muralha na era medieval, as zonas limite para a cidade.

Actualmente, a cidade de Viseu devido ao seu desenvolvimento urbano, já contém um segundo eixo circundante, o que reforça o carácter de expansão radial a partir de um centro gravítico. Viseu apresenta uma estrutura urbana bastante consolidada, densa e orgânica.

> "A cidade portuguesa mostra algumas características próprias a começar na origem castreja a na localização topográfica, normalmente na margem direita de um rio, virada a sul. Assente num monte com situação de promontório, declives marcadamente acentuados nas encostas adjacentes ao rio (...) As cidades portuguesas, na sua maioria, são cidades de geração espontânea, mediterrânica, com traços de casco medieval radioconcêntrico, sobre estrutura romana (...) a forma e a estrutura dos centros históricos das cidades portuguesas se assemelham e apresentam características e problemas idênticos. Construídas à volta de castelo e/ou sé, no tempo medieval (...) com vias intencionalmente estreitas e labirínticas, formalizam poucos espaços públicos dentro das suas muralhas, como em Viseu (...)"
>
> (Cabtrita, *et al*., 2010, pp.19-20)

Este desenvolvimento tem sido aberto e racional, o que é muito patente nas zonas mais recentes. Verifica-se ainda um crescimento considerável das zonas periurbanas.

Na área em estudo existem ainda duas das sete portas da antiga muralha da cidade de Viseu, a Porta dos Cavaleiros, junto ao Teatro Viriato e a Porta de São Miguel junto ao Parque do Fontelo. Existia ainda no Largo de Santa Cristina a Porta São José, no entanto já não se encontra no local.

As quatro ruas mais importantes da cidade eram: a Rua Direita, conhecida por a antiga Rua das Tendas; a Rua D. Luís I, que passou a designar-se por Rua da Regueira; posteriormente traça-se a Rua Capitão Silva Pereira com a introdução de um novo arruamento, "(...) é uma duplicação da Rua Direita, por onde se faz a circulação automóvel, e onde se instalou um importante comércio (...)" (Ribeiro, 1970, p.226); a Rua Maria Pia, que dará origem à Rua Formosa, e se converte na principal rua pedonal da cidade; a Rua 5 de Outubro, onde se localiza o antigo Seminário Maior de Viseu; e por fim a Rua do Príncipe Real.

Do ponto de vista demográfico, a cidade de Viseu entre os anos 2001 e 2011, apresenta um acréscimo populacional, na ordem dos 4.693 habitantes, sendo a sua população total residente 97.245 habitantes. Nos dados do INE (2011), é visível um aumento populacional significativo (acompanhando os mesmos índices a nível nacional). Em 2001 existiam 10.148.259 habitantes, valor que subiu para 10.282.306 habitantes em 2011 (aumento de 134047 habitantes), estes valores correspondem a um forte êxodo rural e à consequente desertificação do mundo rural circundante.

Em relação ao centro de Viseu, mais concretamente nas freguesias de Coração de Jesus a população residente subiu de 8.981 para 11.249 residentes, enquanto que Santa Maria de Viseu e São José tiveram uma diminuição, de 7.865 para 7.468 residentes e 5.891 para 5.302 residentes (respectivamente), contrariando assim os indícios demográficos actuais. A freguesia de Coração de Jesus compreende ainda zonas de expansão, como o exemplo de Marzovelos, uma zona urbana recente com grande aumento populacional.

A freguesia de Santa Maria de Viseu integra grande parte do centro histórico e ainda o Parque Natural do Fontelo, e a freguesia de São José agrega uma parte reduzida do centro histórico, Cava de Viriato e Santiago, ambas reduziram o seu número de população residente. Uma das razões para este decréscimo populacional pode dever-se à redução de residentes no centro histórico, com o seu parque habitacional mais degradado e a sua população predominantemente idosa, o que contraria outras áreas ainda expectantes na cidade, como a da freguesia de Coração de Jesus.

Relativamente à estrutura social e demográfica, é importante reflectir sobre os dados da idade média da população residente (INE, 2011). Em 2001 Portugal apresentava uma idade

média de 39,01 anos, em 2011 este valor subiu para 41,83 anos e espera-se que este valor continue a crescer. Em Viseu a subida ainda é mais considerável, passando de 37,98 (em 2001) para 41,32 (em 2011). A freguesia de Coração de Jesus teve um acréscimo reduzido, de 37,63 para 39,18. Mais visível ainda é nas freguesias de São José (de 38,38 para 41,94) e Santa Maria de Viseu (de 40,91 para 43,83). Na área de intervenção denota-se claramente uma estrutura etária elevada, comparativamente com Portugal e no contexto geral de Viseu. É claramente visível o envelhecimento populacional na freguesia de Santa Maria de Viseu, estes elevados índices de envelhecimento na estrutura etária da população desta freguesia, assim como a sua estrutura social e demográfica, devem ser considerados no presente trabalho, não só na abordagem ao território mas também na proposta de intervenção.

Atendendo às mutações demográficas que se verificam actualmente, é necessário compreender as estruturas sociais inerente aos contextos da cada cidade, e da de Viseu em particular, não só de uma forma global, mas também nas suas particularidades concretas, no sentido de traduzir esses valores para a cidade, e para a arquitectura e perceber como todos estes factores se relacionam com a sociedade.

O estudo e a compreensão morfológica da cidade de Viseu torna-se um elemento fundamental e imprescindível a analisar. Numa perspectiva global, a área de análise apresenta alguns pontos conflituosos na sua estrutura urbana (fig. 14), existem pontualmente situações de divergência ao nível das acessibilidades. No presente estudo, o critério de estudo passou pela identificação de todos os sítios onde os passeios terminam sem haver uma continuidade, quer ao nível do material em si, ou devido à falta de ligação com outros. Foram ainda identificadas zonas onde não existem rampas de acesso a pessoas com mobilidade condicionada, ou quando esta não cumpre a legislação.

Verificou-se que na Rotunda da Santa Cristina existe pontualmente um congestionamento de trânsito automóvel, cujo fluxo não é constante, havendo pontualmente variações expressivas ao longo do dia. Na Rua João Mendes, junto à Casa das Bocas, são presentes anomalias ao nível do pavimento e do próprio perfil viário, não existindo uma estrutura clara, apresentando variações no seu perfil, e verificando-se um estrangulamento da via, deixa de haver uma continuidade do passeio, ou seja, o espaço destinado ao peão é confundido com o automóvel. Em relação ao cruzamento da Rua João Mendes com a Rua Simões Dias existe um nó bastante confuso, sem existência clara de uma hierarquia de distribuição. Esta realidade é visível quando se dá o encontro de automóveis, o que torna o fluxo neste ponto, de certa forma caótico. No vazio urbano existente junto à Avenida Capitão Silva Pereira, é visível uma apropriação clara de estacionamento automóvel abusivo, apesar

de não ser programado, é utilizado com bastante frequência e em permanência, apesar deste espaço não ter uma utilização determinada e claramente definida. Constata-se que na área em análise é visível falta de continuidade da Rua Simões Dias, devido ao corte provocado pela Estrada da Circunvalação, o que evidencia uma falta de conexão e diálogo entre os diversos elementos da cidade, do presente com o passado, e a inadaptabilidade das novas formas urbanas com as existentes nos locais.

Numa lógica de abordagem ao sistema global de circulação citadina de Viseu, é importante que não se restringir apenas à área de intervenção específica de estudo, mas sobre uma perspectiva da cidade no seu todo, no sentido de perceber a dinâmica da circulação global da urbe e das suas diversas ligações com o exterior.

Nesta análise (fig. 17) é possível identificar três tipos de vias automóveis, circunvalação, vias de distribuição para vários pontos da cidade e vias de acesso local. Esta hierarquia da estrutura viária é bastante visível, ou seja, existe uma desmultiplicação do exterior para o interior, de uma estrutura perfeitamente definida que comporta duas vias de trânsito para cada sentido, separador central e passeio (Estrada da Circunvalação), até a vias de sentido único sem passeio ou estacionamento (Rua João Mendes). Verifica-se que esta hierarquia não acontece em relação à velocidade, dado que existe uma homogeneidade no limite máximo, o que revela não haver uma noção clara daquilo que são vias de ligação externa da cidade e as vias de acesso local. O próprio desenho das vias é distinto, isto é, em relação ao centro histórico é visível uma clara espontaneidade e densidade do traçado viário, que se vai tornando mais definido e claro em direcção ao exterior (zonas urbanas mais recentes).

A rede viária encontra-se perfeitamente consolidada, estabelecendo ligações internas com toda a vasta área em análise. Os nós de distribuição (rotundas) surgem em abundância, causados pela confluência de várias vias. No estudo da estrutura viária da cidade de Viseu é visível uma escassez de vias unicamente destinadas à circulação pedonal, sendo a única excepção a Rua Formosa. Este tipo de hierarquização do peão em relação ao automóvel surge com maior destaque no centro histórico. A estrutura mais habitual é a associação da circulação pedonal (passeios) com o automóvel (vias), perfeitamente definidos de circulação, em que apenas se cruzam no atravessamento de vias (passadeiras).

Com base na observação e diagnóstico, foram desenvolvidos mapas de análise dos fluxos pedonais (fig. 16) e automóvel, muitas vezes associados ao ruído, tipo de pavimento, ao declive e velocidade. Na Estrada da Circunvalação são perceptíveis dois picos de tráfego automóvel, correspondente às horas de ponta (às 9.00 e 18.00 horas). A circulação pedonal é

praticamente nula, sendo apenas visíveis pequenas movimentações em horário útil durante os dias de semana, devido à proximidade com o Colégio da Via Sacra e a Casa de Saúde de São Mateus. Em relação à Avenida Capitão Silva Pereira, o tráfego automóvel é mais regular e constante ao longo do dia, assim como o fluxo pedonal. Observa-se maiores movimentações entre as 9.00 e as 12.00 horas, e entre as 15.00 e as 19.00 horas, devido à proximidade com a Escola Secundária Emídio Navarro. Esta rua é um dos principais acessos ao centro da cidade, caracterizada fortemente pela presença de comércio e serviços. No que diz respeito à Rua João Mendes (Rua das Bocas), há um fluxo pedonal e automóvel muito reduzido, ou quase nulo. Esta rua, devido à presença de estabelecimentos nocturnos, acaba por ser mais frequentada nestes períodos. A degradação do pavimento e dos edifícios nesta rua, acabam por dar uma imagem pejorativa e negativa à cidade, traduzível já na ausência de vida nesta rua.

Na Rua Formosa, Rua Direita e Avenida Capitão Silva Pereira observa-se uma maior predominância de edifícios de utilização mista (comércio no piso térreo e habitação nos superiores), articulado com zonas de maior circulação pedonal, isto deve-se ao facto de estarem próximas do centro histórico, uma zona em estado de declínio e degradação provocado pela intensa expansão urbana nas zonas mais modernas da cidade. Nesta zona a malha edificada é densa e fortemente ocupada por comércio tradicional que procura resistir aos efeitos causados pelos centros comerciais. No centro histórico da cidade os quarteirões, além de conterem edifícios de carácter misto, têm também edifícios exclusivamente habitacionais e construções, de alguma forma degradadas pelo tempo, sem qualquer tipo de uso. É ainda importante referir a inexistência de habitação unifamiliar dentro da área de análise.

No local de intervenção em estudo (fig. 18) são também presentes os serviços públicos, os estabelecimentos de ensino e instituições religiosas e civis. Este tipo de edifícios são servidos, na sua maioria, por vias de maior perfil e acesso rápido, facilitando o acesso aos mesmas por parte das populações. A necessidade de melhor e mais rápida acessibilidade fez com que os serviços se afastassem dos centros das cidades, e integrassem zonas mais modernas e habitadas. Ao nível do estado de conservação (fig. 19), o levantamento permitiu concluir que na maioria do edificado apresenta alguns sinais de degradação, verificando-se a necessidade de uma intervenção na sua globalidade. Apenas 13,5% dos edifícios analisados apresentam plenas condições de segurança e conforto. A maior parte dos edifícios degradados encontram-se na Rua João Mendes.

No estudo do espaço público em relação à sua morfologia (fig. 20), é visível o crescimento radial, em que o centro histórico é o seu núcleo, do qual à medida que se vai afastando agrega em si pequenos lotes habitacionais, isto acontece numa fase inicial. Contextualizando com o panorama actual, o crescimento da cidade de Viseu dá-se em torno dos principais eixos viários. Verifica-se também que em relação aos limites, existe uma delimitação entre o espaço público e o espaço privado. Isto deve-se ao facto da ausência de barreiras entre algumas propriedades privadas e o espaço público, ou seja, a delimitação entre estes dois é feita no centro por as fachadas dos edifícios e por muros de pequena dimensão. Junto à Estrada da Circunvalação, o cerramento do espaço privado é feito, na sua maioria por muros. Estes muros, à excepção de Quinta de São Miguel, fazem a delimitação do espaço, mas sem estabelecerem cortes visuais com o edificado.

Numa perspectiva geral do edificado (fig. 21) existente na área de análise, constata-se que as construções, na sua maioria, têm dois, três e quatro pisos. Pontualmente surgem edifícios com um, cinco ou sete pisos. Especificamente no centro histórico, o edificado apresenta na sua generalidade edifícios com três pisos, embora existam ainda alguns com dois e quatro pisos. Na Rua 5 de Outubro, que é uma das vias de distribuição interna, é composta maioritariamente por edifícios com dois e três pisos, apenas existindo alguns com um e quatro pisos. Analisando a Rua João Mendes, o edificado apresenta-se no seu conjunto marcado por edifícios com dois e três pisos. É importante referir que a Norte, situam-se os edifícios de maior altura e a Sul com menor. Paralelamente a esta, a Avenida Capitão Silva Pereira apresenta edifícios com quatro pisos. A Rua Simões Dias apresenta um número insignificante em termos de edificado, e este na sua maioria possui edifícios com um e três pisos. Os únicos edifícios com maior número de pisos aparece-nos numa habitação multifamiliar, no cruzamento com a Rua João Mendes. A Estrada da Circunvalação possui também um número razoável de edifícios, sendo em maioria os de dois pisos, e alguns com um, três e quatro pisos. Os que remetem para um maior número de pisos é no Bairro da Misericórdia.

Ao nível dos espaços verdes, a cidade de Viseu (fig. 22), apresenta uma vasta área de vegetação constante, e nela integrada uma malha urbana significante. Em muitas das suas estruturas viárias apresenta alinhamentos arbóreos, que valorizam esteticamente a cidade, permitem o sombreamento, funcionam como barreira para o ruído e ajudam a reduzir a poluição.

Destacando-se com grande preponderância, o principal espaço verde da cidade é o Parque do Fontelo. Localiza-se a Nordeste do centro histórico e a Este da área em análise, é uma referência ao nível da botânica e também na vida quotidiana das pessoas, constituindo-se

ainda como um património natural considerável. É utilizado frequentemente ao longo do dia para espaço de lazer e desporto.

A cidade apresenta diversos jardins públicos e privados repletos de texturas, cores e vida. Para além do Fontelo, o Largo Alves Martins e o Jardim de Santo António, são dois espaços verdes utilizados com muita frequência, devido à sua localização estratégica em relação à cidade, daí evidenciarem um tratamento muito regular em termos de cuidados de higiene e tratamento floral. É de salientar igualmente a Quinta da Prebenda, cujo jardim privado se encontra circunscrito por muros altos, determinando por ter um forte impacto visual no ambiente envolvente. No espaço público do Bairro Social da Misericórdia, os jardins semi-públicos, evidenciam uma certa degradação e acabam por não ser utilizados devido à sua morfologia e falta de espaço e ambiente convidativo.

Existe uma grande variedade de exemplares arbóreos, tanto de folha caduca como persistente (fig. 23), permitindo paisagens ricas e variadas. É de salientar a predominância de árvores de folha caduca nos jardins públicos que conferem ao espaço um maior equilíbrio ao longo das várias estações do ano.

Em relação ao PDM (fig. 25), as áreas de expansão urbana (Aei) determinam e especificam o tipo de espaços urbanizáveis e a consequente construção de loteamentos urbanos, pretendendo uma integração coerente com a envolvente, de forma a respeitar a volumetria e morfologia existente, bem como as características ambientais e paisagísticas. Para a área de intervenção (Ae1h) são previstos um máximo de 53 fogos por hectare, com cérceas compreendidos entre um a três pisos e a existência somente de um edifício até quatro pisos como elemento de marcação, salvaguardando assim a relação visual com a colina do centro histórico. Prevê-se ainda a existência de uma zona de lazer na envolvente da Estrada da Circunvalação, atendendo à sensibilidade da zona.

Os parâmetros de análise demonstram uma complexa articulação entre si, e traduzem componentes caracterizadores relevantes para o local de intervenção. É necessário haver um enquadramento no espaço, relacionando todos os aspectos intrínsecos ao local de intervenção. Como proposta urbana e arquitectónica, estabelece-se um paradigma com a realidade, isto é, a intervenção resulta das condicionantes existentes e ao mesmo tempo transforma e modifica o espaço. A intervenção tem como intenção tornar a parcela da cidade coerente e integrada na sua estrutura, promovendo a evolução e continuidade do contexto urbano, "(...) qualquer projecto é sempre o prolongamento de um projecto já feito, assim como é o início de um projecto futuro." (Purini, 2009, p.50). Esta capacidade de articulação de forma harmoniosa e coesa possibilita a construção de uma cidade à escala humana.

No final da abordagem ao local de intervenção, é essencial libertar a mente dos elementos que o constituem, isto é, deve haver uma capacidade crítica de focar apenas os factores essenciais e os que realmente interessam à proposta, excluindo informação desnecessária.

Este processo permite uma reforçar uma abordagem clara, simplificada e consistente do território, das suas potencialidades, das suas contingências e das suas fragilidades. A intervenção acaba por ser o resultado da leitura do território, influenciada pelo pré-existente, possibilita a sua integração e relação com o contexto global. Contudo, a integração com o contexto em causa, muitas vezes, não é um processo linear, é necessário ponderar e avaliar todos os aspectos e decidir aquilo que é fundamental. A qualidade dessa intervenção é visível pela capacidade de integração (sentido do todo), ou seja, quando esse mesmo espaço deixa de fazer sentido sem essa intervenção (Zumthor, 2005).

Assim, por integração é necessário adaptar a proposta ao lugar, estabelecer conexões, sem a existência de espaços conflituosos, em suma, que estabeleça um diálogo com o lugar (Holl, 2007), nunca esquecendo de incorporar os factores identitários, históricos, morfológicos, mancha verde, os alinhamentos, a topografia, e os edifícios existentes e sociais (Kahn, 2003).

Fig. 26 Processo de desenvolvimento da proposta: *testing*

Fonte Elaboração própria

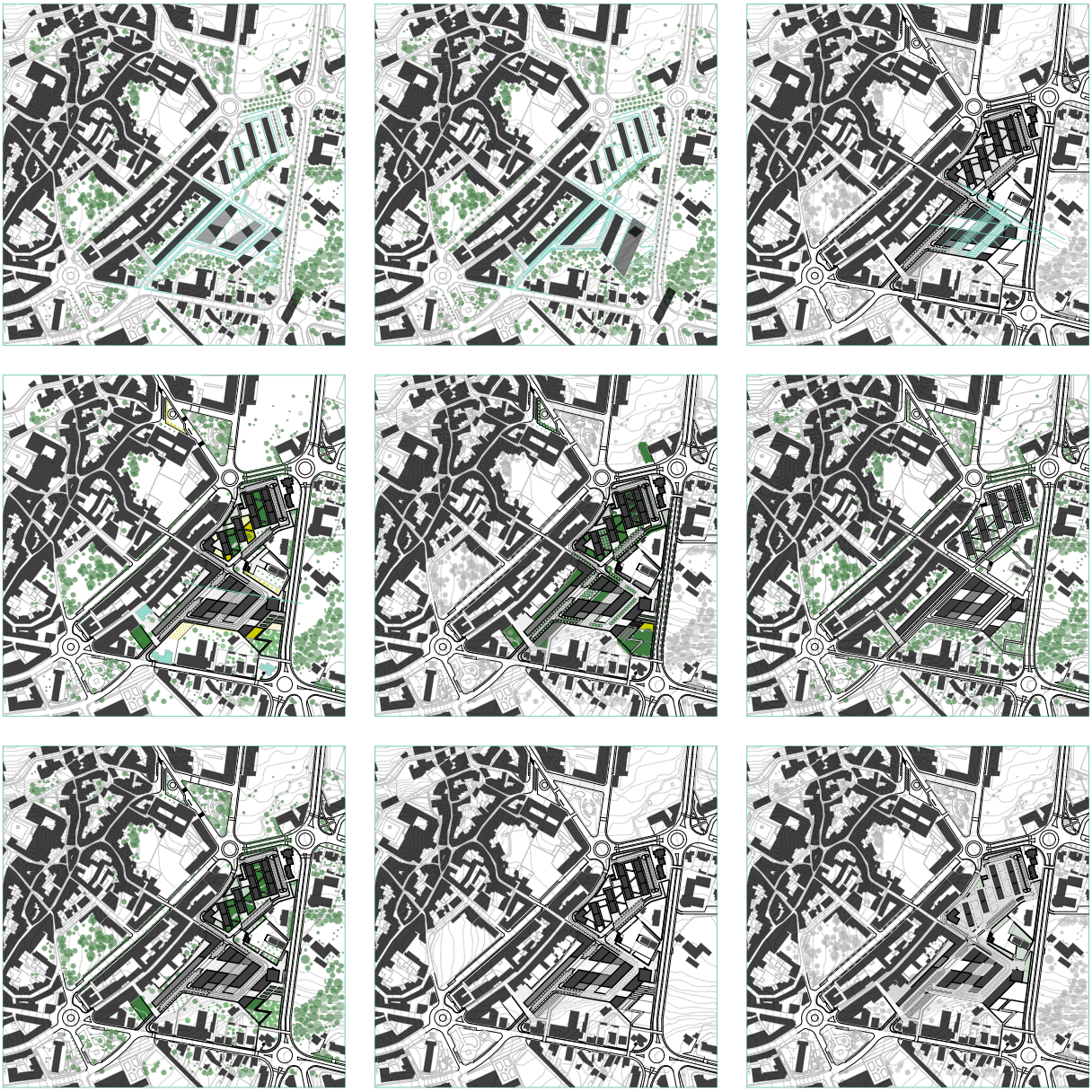
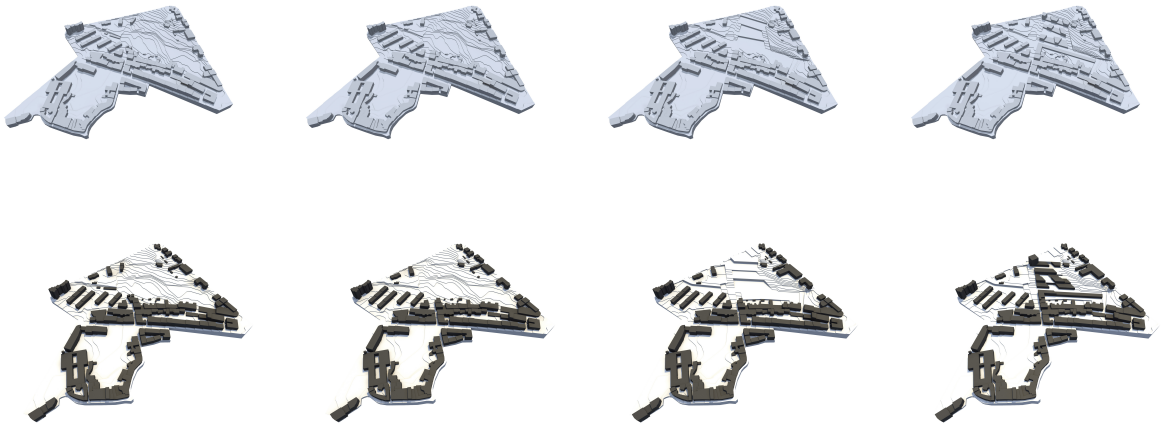


Fig. 27 Processo de desenvolvimento da proposta: *presenting*

Fonte Elaboração própria



Contextualização, formalização e decisão

O processo de desenvolvimento de um projecto inicia numa fase de concepção mental (pensamento), no qual se processa toda a informação obtida através dos nossos sentidos. Esta fase caracteriza-se pela sua complexidade e engloba várias etapas, que passam pela intuição e apelam à imaginação e à criatividade do indivíduo. Estes três elementos são ferramentas essenciais para o projectista.

A mente estabelece para qualquer problema sempre uma base de conhecimento, ou seja, é importante referir que a nossa mente não é um vazio onde se introduz informação, existe sempre alguma consciência do que se está a abordar. Esta noção segue a lógica do senso comum, ou até mesmo as experiências pessoais que o indivíduo vai acumulando ao longo da vida. Quando o indivíduo é confrontado com um problema, a mente procura desenvolver uma imagem pré-concebida, com base nas experiências e vivências. Quanto maior for a essa capacidade de interpretação, maior será essa imagem a nível cognitivo. Contudo estas imagens pré-concebidas podem distorcer a visão do projetista, na medida em que podem limitar ou restringir a capacidade de liberdade. No entanto estas imagens podem ser uma mais valia na procura de informação, funcionam como uma base de partida mas que deve ser comprovada empiricamente.

A investigação possibilita um maior entendimento sobre um determinado problema. Centra-se numa base de estudo anteriormente a uma acção. É através deste processo que os projectistas testam as consequências de uma intervenção. Este processo é muito mais complexo do que a simples procura de informação ou resolução de problemas, é um processo evolutivo na construção de conhecimento (experiência) que traduzem numa aptidão para novos problemas.

No processo de trabalho, os projectistas desenvolvem conceitos, formulam hipóteses e por fim testam as suas ideias. No caso da matemática este processo é bastante similar, onde inicialmente é definido um conceito, seguido de uma hipótese e por fim a prova empírica (processo indutivo).

No princípio de cada processo, a definição de um conceito é o ponto de partida para o desenvolvimento para todo o processo. É o conceito inicial que define uma ideia de partida, isto é, permite traçar um guião que acaba por estruturar todo o trabalho.

Destacam-se como pontos chave neste processo a pesquisa sobre a temática em causa, seguindo de uma discussão de ideias e o estudo de caso. É ainda fundamental a criação de

uma imagem mental sobre o objecto a desenvolver, que resulta, muitas vezes, baseado na experiência pessoal e individual, resultado da pesquisa, opções pessoais ou gostos.

É através do desenho ou esquiço que se formaliza as ideias pré-definidas, permite a materialização dos conceitos iniciais (Ngo, 2002). Este tipo de desenhos analíticos permitem captar a realidade interpretada mentalmente, dar resposta aos problemas existentes no contexto em causa, e sobretudo melhorar a compreensão do lugar. Este processo faz parte integrante do processo arquitectónico, no entanto não é um processo linear e constante, é caracterizado por avanços e recuos. Esta espiral composta por informação, experiência e conhecimento permite criar etapas cíclicas, no qual o processo de aprendizagem é altamente influenciado por este cruzamento, o que depois se resume na qualidade e profissionalismo do (projectista).

> "Through this process, the architect tests and refines her concept and her information. She repeats these steps several times within days, hours, or even minutes until she feels she has begun to generate a clearer mental image, one that corresponds to both her sketches and the information (...) each sketch might be different form previous ones, yet influenced by studies of previous sketches. The architect may even have developed several alternative but equally fruitful concepts. Concept sketches and diagrams at this stage include ideas about overall building image, major spaces, and relationships among building's eventual components."
>
> (Zeisel, 2006, p. 20)

Verificada a componente legislativa, delinea-se o desenho, que se desenvolve, se acerta e se refina no projecto. O desenho é o resultado de um processo mental, torna a forma tangível, real e vivida. Tal como o desenho, o desenvolvimento de maquetes de estudo servem de complemento ao processo (e são modo auxiliar) de fazer arquitectura.

Além de todas ferramentas da fase de desenvolvimento arquitectónico, o projectista devem dotar-se de atitude e postura auto-crítica, de constante reflexão, tanto na fase de concepção e criação, como na de construção do projecto. Assim como nas de revisão e desenvolvimento do mesmo, num processo sempre evolutivo, muitas vezes construído por múltiplas tentativas, ao longo das suas diversas fases. A concepção mental (design mental) é um processo lógico que permite criar algo novo ou inovador, caracteriza-se pelo encadeamento de ideias e reforça a mistura de ideias, desenhos, informação, entre outros elementos.

Para Zeisel (2006) o processo de projecto pode ser caracterizado por três elementos principais e estruturantes: *imaging* (criar imagem), é uma concepção mental, que traduz numa

capacidade de ir mais além da informação obtida e permite identificar elementos que não foram identificados anteriormente. A imagem mental é a criação de algo que possa ser executado posteriormente. O projecto previamente concebido mentalmente acaba muitas vezes por sofrer alterações ao longo deste processo, resultado de novas informações, outras visões e perspectivas, muita introspecção e auto-crítica. Estas mudanças ao longo desta fase (conceitos) visam alcançar um número considerável de respostas. As imagens mentais são mais do que imagens fixas, são representações subjectivas de conhecimento, e servem como elemento de desenvolvimento, organização de ideias, percepção visual e linguagem. *Presenting* é a capacidade de apresentação das ideias através de desenhos, esquissos, maquetes, fotografia, entre outros. Esta capacidade é imprescindível, assim como a forma de apresentação consoante a fase de projecto, de modo a transmitir as ideias essenciais do projecto. *Presenting* resume-se ao essencial e exclui o acessório, valorizando as ideias chave do projecto. Por fim, *testing* reforça o carácter que o desenvolvimento de projecto deve ter, ou seja, proceder a vários tipos de verificação, com o auxílio de todas as ferramentas disponíveis. É necessário desenvolver uma consciência crítica sobre as ideias, e proceder a um *backup* do processo, examinando todos os elementos e variáveis. O Testar, os avanços e recuos fazem parte do processo de projecto, permitem ensaiar todas as soluções a fim de desenvolver a solução ideal. Testar um projecto torna-se elementar como sendo um processo de inquérito, que permite desenvolver uma abordagem crítica e de introspecção sobre os conceitos abordados ao longo do trabalho.

Para desenvolver uma intervenção é necessário compreender e entender morfologicamente o lugar, a sua história e os elementos constituintes, sejam eles sejam físicos, simbólicos ou sociais. Projectar pressupõe um aglomerar de informação e respostas, que colmatam numa análise de todos os dados, para uma informação que é processada ao nível cognitivo de uma representação espacial da realidade inerente para qualquer projecto concretizável. O projectista deve por isso ter a capacidade de gerir e decidir sobre o modelo mais aceitável, tendo em conta também os critérios de qualidade que valorizaram a sua criação e o contexto.

Existem portanto dois tipos de informação, a imagem informativa e o teste informativo, e surgem na importância de uma análise crítica em torno do projecto, de modo a este poder evoluir de forma progressiva. Sem esta análise não pode existir um projecto de intervenção (Purini, 2009). Para Rossi (2001) sem existir uma abordagem no território não é possível construir uma solução, é necessário compreender o local e os elementos que o conformam.

É por meio dos dados empíricos recolhidos que se verificam com maior rigor as hipóteses definidas anteriormente (concepção mental). Neste processo parte-se de dados empíricos para provar possíveis soluções para um determinado problema. Tal como a recolha de dados, a observação acaba por ter um papel fulcral nesta metodologia. É através da visão que percepcionamos o mundo, da mesma forma que depois de olharmos para um problema é que nos começamos a questionar sobre a origem desse mesmo problema, sobre as suas razões e hipóteses de soluções.

A observação é o processo mais básico de pesquisa, permite captar todos os detalhes. Contudo é necessário ter uma mente aberta para conseguir captar aquilo que não é visível através do olhar. A observação por si só não pode ser considerado como uma prova empírica, até porque pode ser influenciada pelo senso comum. A observação é uma ferramenta fundamental, porque permite ao observador captar o mais simples pormenor que pode passar despercebido para outro individuo. Esta capacidade de percepcionar o que nos rodeia só pode ser alcançado se houver essa base de pesquisa através de modelos empíricos.

O projectista deve possuir uma visão mais alargada, uma capacidade de prever o futuro, e o modo como consegue alcança esse mesmo futuro (progresso). A imagem não surge de forma espontânea, mas acaba por se formar ao longo do processo criativo (Zeisel, 2006). Existe um desenvolvimento interligado numa rede principal de conexão, sob forma de circuitos ligados. Este sistema remete para uma rede sináptica de processamento de informação, do mesmo modo que surge uma lógica de rede hierarquizada e definida de forma coerente. Este processo possibilita a evolução de um projecto, dado pelo encadeamento de informação, pela experiência e pelo conhecimento. Não é um processo linear, unidireccional e estagnado, o processo permite conceber repetições dos mesmos modelos, e o projectista pode testar repetidamente as mesmas soluções em diferentes perspectivas. Esta capacidade mental de encontrar imagens e processar conceitos requere inspiração, imaginação e intuição. A solução ideal reflecte a compreensão exacta do local e uma sensibilidade na leitura de todos os detalhes, de uma forma minuciosa e precisa.

Fig. 28 Enquadramento geral da proposta urbana na cidade de Viseu

Fonte Elaboração própria



Fig. 29 Implantação geral da proposta urbana

Fonte Elaboração própria




50m

Estratégia urbana: consolidação e regeneração

A partir da análise é possível interiorizar os aspectos inerentes à zona de estudo, e foi possível identificar todas as variáveis constituintes do espaço, a partir dos quais se define os primeiros conceitos e abordagens ao território. Este processo surge a partir da interpretação e interiorização dos pressupostos teóricos, anteriormente apresentados e, irá traduzir-se numa proposta urbana concreta e integrada para a cidade de Viseu.

Nesta fase pretende-se expor de uma forma clara e justificativa as opções e objectivos da proposta urbana (fig. 29), atendendo às necessidades e potencialidades inerentes, assim como a criação de conexões com o tecido urbano existente.

A abordagem ao território permite constatar uma certa fragilidade do espaço, que se encontra desintegrado do contexto actual da cidade, e representa um vazio urbano significativo. Esta área apesar de estar inserida na cidade, apresenta-se como um mero espaço resultante, sem um uso específico e, de certa forma, esquecido pela envolvente. Este terreno é designado pelo PDM de Viseu como área expectante, ou seja, é como se todo o resto da cidade se transformasse, ficando esta (alienada à especulação) sem uma intervenção concreta e contextualizada na realidade actual. Este vazio acaba por constituir uma barreira ao nível físico e também mental, quer pela sua própria morfologia, quer pela topografia que apresenta desníveis acentuados, quer mesmo pela ausência de acessos. Esta barreira deve-se igualmente ao corte provocado e à incompatibilidade com o perfil da Estrada da Circunvalação.

Desta forma, o objectivo central da proposta reside numa abordagem unitária de consolidação e regeneração urbana. Pretende-se intervir nos espaços de forma a inverter os indícios contraproducentes, causados pela ausência do planeamento urbano estratégico. A estratégia de intervenção centra-se na regeneração de toda a área, conciliando os factores inerentes apresentados na fase de análise, não só a nível físico, mas também no contexto social, ou seja, intervir no contexto físico de forma a melhorar os modos de vida e potenciar a integração pela de todos os indivíduos.

> "(...) necessidade de cruzar diversos ramos do saber e do agir, que isolados caem na abstracção; a necessidade dessa colaboração no plano do operar quotidiano; a necessidade imediata no plano (...) elevar a construção a um processo integrado e unitário."
>
> (Tainha, 2000, p.14)

A estratégia de intervenção baseia-se na ancoragem à cidade, conservando a identidade local assim como o contexto, história e função. No entanto, a proposta não se limita ao perímetro da análise, mas sim numa abordagem ampla e unitária, tornando a cidade mais permeável e dinâmica a novos fluxos e modos de vida.

Pretende-se contrariar o espaço resultante e dar forma a um novo espaço pensado, coerente, integrado com a envolvente, que estimule as relações sociais e fomente espírito de comunidade. A intervenção deve fundir-se com o existente de forma harmoniosa, que esteja de acordo com a medula ideológica[15] do local, procurando produzir espaços que fundamentalmente transmitam *the sense of location* (Papanek, 2003). Considera-se ainda a integração de pessoas com mobilidade reduzida, principalmente indivíduos com deficiências motoras, reduzindo a sua dependência de terceiros, de forma a proporcionar uma vivência e compreensão plena dos espaços.

> "A estratégia deve levar a acções que permitam descobrir e qualificar a alma dos lugares, pela nossa memória, pela vivência, pelo património – o que se herdou e importa valorizar, como também o que se deve construir no espírito do tempo."
>
> (CEDRU, 1990, p.5)

A proposta surge no conceito de articulação com o existente, criando novos acessos ao local e dando respostas às condicionantes da envolvente. O princípio para a intervenção pretende dar uma continuidade dos alinhamentos existentes, promovendo a comunicação física e visual com a Rua João Mendes e o Bairro Social da Misericórdia, isto é, desenvolver uma abordagem contínua dos espaços. Nesta fase procurou-se estabelecer ligações com a cidade, com a criação de novos acessos e reformulando os existentes. O primeiro passo desenvolve-se na continuidade da Rua Dom Alves Martins, ou seja, criar um eixo paralelo à Rua João Mendes, que depois permite a ligação com o bairro social. Na fase de análise foi possível constatar que o fluxo automóvel na Santa Cristina era bastante intenso, como tal houve a necessidade de dar uma nova alternativa. A intenção passa igualmente por reformular o espaço exterior do bairro, e que a circulação automóvel funcione de forma circundante às habitações, promovendo a relação entre os habitantes e simultaneamente a possibilidade de utilização dos espaços verdes. Seguindo o mesmo critério, os acessos à Igreja de São Miguel de Fetal e à Escola Básica foram alvo de estudo, visto que anteriormente o único acesso era pela Rua Simões Dias e Estrada da Circunvalação.

[15] Termo utilizado por Manuel Tainha (2000).

Após uma análise desta zona em geral foi possível identificar problemas a nível social nas suas imediações, no caso específico da Rua João Mendes (Rua das Bocas), onde se situam locais de prostituição em bares noturnos e consumo de estupefacientes. Nota-se uma ausência de população residente bem como uma degradação do edificado, com alguns edifícios em estado de ruína.

Esta deterioração é também visível no pavimento da rua, que torna o espaço pouco atractivo e reforça a imagem negativa desta zona. Outra particularidade é a caracterização pelas traseiras dos edifícios envolventes, ou seja não existe nenhuma frente urbana, o que reforça o esquecimento desta zona. O gesto da proposta pretende requalificar e integrar esta parcela na cidade, dando a continuidade do estrutura a uma nova frente urbana.

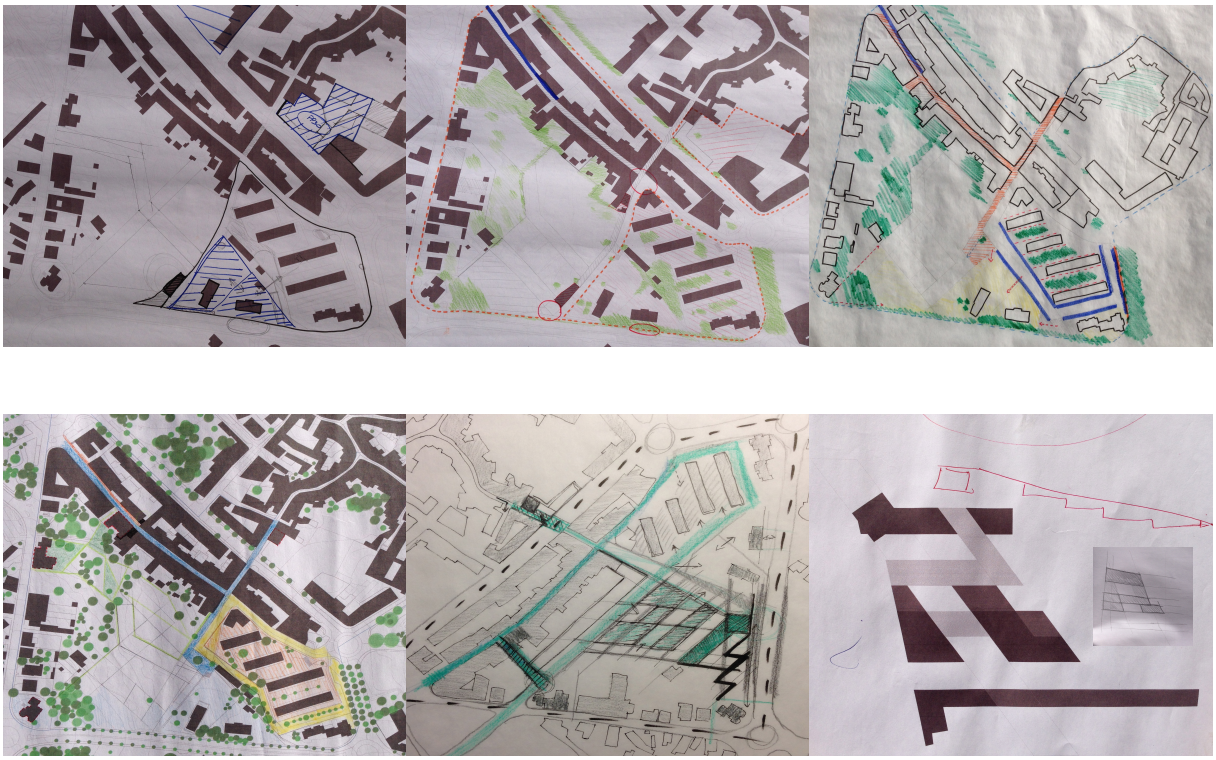
Desde cedo percebeu-se que dados os problemas inerentes à Rua João Mendes, havia a necessidade de ligar esta rua transversalmente com o novo eixo, de forma a dar uma nova dinâmica e vitalidade à rua, libertando o espaço e promovendo a integração do novo com o existente. Este novo eixo permite a consolidação e valorização da Casa das Bocas, um edifício com valor patrimonial na cidade de Viseu.

Outro dos princípios que acompanhou ao longo deste processo foi a importância do eixo visual para o centro histórico a partir do prolongamento da Rua do Gonçalinho. Como foi explicado na fase de análise, a Rua Simões Dias acaba por ser a única ligação da cidade com esta área, no entanto esta via, devido ao corte provocado pela Estrada da Circunvalação, deixa de fazer sentido na estrutura actual. Pretende-se portanto criar um prolongamento do eixo da Rua do Gonçalinho, e reformular toda a zona a partir deste alinhamento.

Outro aspecto fulcral é a articulação da proposta com a Estrada da Circunvalação, que se caracteriza pelo seu impacto na paisagem, e acaba por funcionar como um eixo longitudinal sem estabelecer uma relação harmoniosa com a envolvente. De forma a reduzir a barreira causada por esta infraestrutura viária, pretende-se dar um novo espaço urbano, atenuando o impacto desta via. Este efeito de corte é bastante visível na mancha arbórea da Quinta de São Miguel, como tal, a abordagem passa pela integração desta área arborizada junto do cruzamento com a Rua 5 de Outubro.

Fig. 30 Desenhos de estudo da proposta

Fonte Elaboração própria



Shared Space: city designed in human scale[16]

Como abordagem à estrutura urbana a proposta pretende inverter a hierarquia viária, em que o peão se assume como principal caracterizador do espaço público, que se centra no conceito de *shared space*. O objectivo desta intervenção pretende criar uma cidade à escala ser humano, contrariando as barreiras criadas pelas infraestruturas viárias, onde há uma clara distinção entre o automóvel e o peão. O desenho urbano aproxima-se assim às necessidades do peão, com a sobrelevação de um pavimento contínuo ao nível do passeio, isto permite uma redução da velocidade do automóvel e estimula o conceito de *slow movement*.

> "Walking is also about freedom and equality. In fact, i would argue that we are all pedestrians. You might take your car, you might take the bus, you might even cycle. But the minute you park your mode of transport, you become a pedestrian. And this should be reflected in good urban planning."
>
> (Gehl, 2013, s.p.)

A estrutura viária convencional é desenvolvida numa perspectiva funcional de ligação entre vários pontos, no menor tempo possível. "Designing streets primarily for traffic movement, rather than as places in their own right, has reduced the richness and variety of public space and its uses." (CABE, 2008, p.3). Perante a realidade no contexto urbano, urge a necessidade e o dever cívico de desenvolver espaços que possibilitam a integração de todos os indivíduos, independemente das suas necessidades O espaço deve ser projectado de forma a poder dar uma maior liberdade de escolha no seu percurso.

Na presente proposta pretende-se envolver no espaço público o automóvel e o peão no mesmo plano (*shared suface*), isto é, junto aos edifícios propostos o desenho urbano vai ser completamente distinto do restante, induzindo desde logo ao condutor que se encontra num espaço concebido para o peão. Esta marcação é bastante importante, através de elementos pontuais que quebram o eixo longitudinal e do próprio pavimento, alertando e aconselha ao condutor uma necessidade de reduzir a velocidade.

> "Streets that are designed as shared spaces usually have far fewer street signs, road markings, or edge-of-pavement barriers. Pedestrians are given more space and freedom (...) theory behind shared space is that drivers become more hesitant – and so drive more slowly – when there is a high chance of people crossing in front of them and it is generally less clear who has right of way."
>
> (CABE, 2008, p.3)

[16] Ver mais sobre este tema: http://humanscalecities.tumblr.com

A marcação deste momento de passagem da rua convencional para este tipo de espaço acaba por ser fundamental, deve existir uma marcação clara, previamente sinalizada ao nível do pavimento, como forma de dar um intervalo de tempo para que o condutor se aperceba que se trata de uma estrutura viária completamente diferente. Para isso, a ligação à área de intervenção através da Rua 5 de Outubro e a Rua Simões Dias têm um tratamento diferente. O prolongamento da Rua do Gonçalinho pretende traduzir o mesmo conceito, permitindo a ligação da área de intervenção com o centro histórico.

> "Space in which different street users have equal entitlement and priority to the space. Shared space strives to combine rather than separate the functions of streets. It seeks to improve the living environment for people, without needing traffic, by reducing traffic speeds trough design (...) A well-designed shared space will remove unnecessary clutter, while at the same time retaining navigational clues for visually impaired people. This could involve demarcating 'safe zones' normally near the building line, where blind and partially sighted people and other vulnerable pedestrians know it is safe to walk."
>
> (CABE, 2008, p.7)

O conceito para este tipo de espaço público é igualmente aplicado na Rua João Mendes, onde se propõem a retirada do estacionamento a partir da Casa das Bocas e a manutenção do estacionamento junto ao Arquivo Municipal. Pretende-se valorizar o conjunto edificado através do tratamento do pavimento e consequentemente devolver a rua ao peão, "(...) life and traffic exist side in the same space, which functions simultaneously as a space for outdoor stays and connecting link." (Gehl, 2010, p.109).

A presença de obstáculos no espaço público permite "making roads unpredictable, drives will become more aware of their surroundings (...) their are forced to interact with other road users." (Hutsul, 2006, s.p.), assim sendo, o estacionamento em vez de se localizar ao longo da via, desenvolve-se de forma descontínua, tal como a colocação das próprias árvores. O desenho do espaço partilhado envolve ainda zonas de lazer e espaços verdes com diferentes tipos de vegetação. O tipo de árvore escolhido (Liquidambar Styraciflua de folha caduca) no espaço público, reforça o carácter de mutabilidade e configuração ao longo das estações. Durante o outono e inverno as folhas variam de tonalidade, desde o verde, amarelo e vermelho, o que permite, através desta dinâmica da paisagem, caracterizar o espaços de diferentes percepções e sensações do ambiente.

> "Ecology and the environmental equilibrium are the basic underpinnings of all human life on earth; there can be neither life nor human culture without it. Design is concerned with the development of products, tools, machines, artefacts and other devices, and this activity has a profound and directa influence on ecology. The design response must be positive and unifying. Design must be the bridge between human needs, culture and ecology."
>
> (Papanek, 2003, p.29)

Um outro ponto fundamental na configuração do espaço urbano é a questão topográfica. Desde cedo entendeu-se que a diferença de cotas era bastante significativa, no entanto o terreno apresenta uma divisão em três níveis, compostos por socalcos. Esta divisão por patamares traduziu posteriormente na ideia de proposta. Entre edifícios o espaço devia funcionar no mesmo plano, sendo o próprio edifício a fazer a transição de cotas, assim possibilita-se maior facilidade de deslocação.

A concepção desta plataforma partilhada permite identificar-se na cidade como um espaço onde o peão prevalece sobre o automóvel, em que existe uma liberdade na transição em toda a sua extensão. As entradas são perfeitamente identificadas, através de passadeiras sobrelevadas em relação à via, como o caso do eixo de ligação entre a Rua João Mendes e o novo eixo viário proposto. Nestes casos, o pavimento é marcado com o sistema de recorte, que permite servir de guia para pessoas com incapacidade visual nas zonas mais críticas, ou seja, nos momentos de transição entre a proposta e o espaço existente.

> "Some users of public spaces – such as people with visual impairments, people with learning difficulties, children and carers – will experience more uncertainty than others. This may be because the street is not designed for these users (...) streets more civilised – including some shared space designs (...) cause such people greater level of uncertainty than others, and may even cause them to fear for their safety (...) This would mean that (...) some people are excluded from street."
>
> (CABE, 2008, p.4)

Este sistema permite um maior conforto na utilização do espaço público, transmite ao indivíduo segurança, conforto e confiança (Goldsmith, 1997) minimizando o seu esforço no usufruto desse mesmo espaço, garantindo uma maior eficácia e eficiência à cidade.

Fig. 31 e 32 Sankt-Jacobs Platz, Munique - Arquitecto Thomas von Thaden

Fonte Fotografias do autor





Fig. 33 e 34 Fairkehtes Fest - Bluhende Straße, Salzburg, Áustria

Fonte Humanscalecities (2010) e Fairkehr (2012)





Ao longo do processo de investigação houve a necessidade de procurar estudos de caso que permitam demonstrar um exemplo real numa abordagem de pesquisa teórica e projecto. Este cruzamento entre permite tirar elações sobre o seu fundamento, consequentemente na definição do programa é indispensável esta pesquisa com vários exemplos. Mais importante que o número de exemplos, é entender a relação entre o comportamento e o ambiente construído.

Tomando como referência a intervenção[17] no espaço urbano do Judisches Zentrum, Munique, Alemanha (figs. 31 e 32) autoria do Arquitecto Thomas von Thaden em cooperação com o Office Regina Poly (Landscape Architects). Os princípios de intervenção pretendem reformular toda a área envolvente da Sankt-Jakobs Platz, com a introdução de elementos, como mobiliário urbano, a própria disposição das árvores, criam zonas mais resguardadas de lazer. Não existe qualquer tipo de sinalização ao longo desta rua, nem uma definição clara onde deve circular o automóvel. Juntamente com o tipo de pavimento e os obstáculos existentes acabam por reduzir a velocidade do tráfego automóvel, aproximam este espaço à escala do homem que nele vive e se integra.

É importante ainda salientar que a valorização dos edifícios foi claramente uma preocupação do arquitecto, onde ainda é possível verificar que o edifício estabelece o limite e uma marcação clara entre o plano horizontal e vertical.

A próxima referência (figs. 33 e 34), independentemente do contexto e das circunstâncias, permite reforçar algumas ideias e conceitos defendidos ao longo do trabalho. A iniciativa tem por nome Fairkehrtes Fest[18], e realiza-se anualmente em Salzburg, Áustria, mais concretamente em Neumarkt, Wallersee. É um projecto comunitário realizado pela população e tem como objectivo voltar a devolver a rua, durante esse período, às pessoas. Pretende atenuar os efeitos da globalização, e também da poluição sonora e atmosférica produzidos pela combustão de dióxido de carbono (gases de estufa). Ao longo desta acção comunitária, é fechada a rua ao trânsito automóvel, o pavimento é coberto com relvado, e criam-se vários espaços de lazer e culturais de promoção da identidade local, dos costumes e do próprio comércio.

---

[17] Ver informação sobre o concurso: http://www.competitionline.com/en/posts/15844

Informação do Arquitecto: http://www.thomasvonthaden.de/architekt,5,c,129-St-Jakobs-Platz-Muenchen.htm

[18] Ver informação sobre a iniciativa: http://www.fairkehr.net/main/fairkehr

Esta iniciativa possibilita a oportunidade de valorizar as relações sociais e estimular o espírito de comunidade na cidade. Tem havido uma grande adesão por parte das pessoas, isto só demonstra a importância para a criação de espírito de comunidade, de uma identidade local, mas mais importante ainda é a apropriação do espaço urbano, a capacidade de estabelecerem ligações sentimentais com o espaço e sentirem que pertencem naquela comunidade.

Habitação inclusiva e espírito de comunidade

Em seguimento à análise da área de intervenção existem ao nível do edificado alguns conflitos, nomeadamente na Rua Simões Dias, onde se pretende dar a continuidade visual da Rua do Gonçalinho, encontram-se em estado de ruína acabam por não se relacionar com a envolvente. A clarificação das traseiras da Rua João Mendes acaba por ser outro elemento estruturador da proposta, onde se pretende encerrar e dar assim uma nova frente à cidade.

Após a demolição dos edifícios descaracterizados da área de intervenção, a solução centra-se na questão da estrutura viária, nomeadamente na infraestrutura existente (Estrada da Circunvalação), onde se pretende atenuar o perfil longitudinal desta via e aproximá-la de um carácter mais urbano.

Este processo pretende libertar e clarificar o espaço envolvente, e manter aquilo que é essencial. Pretende também reforçar a integração dos edifícios novos na morfologia do terreno, em três níveis (figs. 35 e 36): no primeiro pretende-se criar um espaço de lazer com uma forte relação com a vegetação existente junto à Estrada da Circunvalação, onde se valoriza o enquadramento visual para o centro histórico. Neste nível pretende-se dar um carácter mais urbano a este eixo existente. No segundo nível desenvolvem-se a rua partilhada, com uma relação directa aos edifícios, e onde se promove um aumento de actividade pedonal. Consequentemente no terceiro nível desenvolve-se a continuidade da Rua Dom António Alves Martins, e que estabelece a ligação com o Bairro da Misericórdia. Neste nível a forma dos edifícios confinam um enquadramento com o edifício mais destacado do 1º nível.

A proposta realça o desejo na procura da essencialidade dos espaços, com o objectivo de organizar e clarificar, integrando a proposta ao existente. Desta forma, o espaço envolvente à Capela de São Miguel é reformulado, e tenta enquadrar-se novamente a capela com a cidade, valorizando todo este espaço. O objectivo acaba por centrar-se na adaptação de todos os elementos, de forma a integrá-los na estrutura urbana. Através da organização dos espaços pretende-se alcançar um traçado mais coerente e legível, sem sobreposição de elementos, de forma a alcançar um equilíbrio (Zumthor, 2006). O que antes era um espaço desorganizado e descontextualizado, utilizado meramente como estacionamento, sem um uso específico, pretende-se que volte a adquirir carácter urbano e dotado de vida e qualidade paisagística e ambiental.

Fig. 35 e 36 Perfil geral da proposta, representativo dos vários níveis do terreno, enquadramento com o centro histórico

Fonte Elaboração própria






10m


10m

Como foi possível observar na fase de análise, a zona de intervenção do presente estudo, encontra-se desconectada da cidade, sem um objectivo claro, esquecida pela população, descaracterizada, representando um grande vazio na mancha da cidade de Viseu. A integração do proposto com a situação existente, consiste na vontade de consolidação da mancha urbana, estruturando os alinhamentos com a envolvente, atenuando os presentes efeito negativos deste espaço e dotá-lo de funcionalidade, conexão com a sua envolvência e limpeza. A ancoragem com os elementos envolventes pretende a sua agregação e integração no seu conjunto, ou seja, a proposta e a envolvente se fundam como uma só.

O mesmo acontece ao nível dos edifícios existentes, cuja reabilitação pontualmente e estratégica é urgente, pensando e tendo em conta uma solução global. Desta forma pretende-se valorizar a Casa das Bocas que, comparativamente a outros edifícios desta rua, se encontra em muito mau estado de conservação. Este edifício tem uma enorme importância ao nível histórico e patrimonial para a cidade de Viseu. A intervenção surge portanto na necessidade de voltar a criar um novo elemento atrativo para a rua e geradora de novos fluxos.

> "Para existir uma cultura de bairro e comunitária é essencial que os mesmos apresentam espaços investidos para esse fim: lugares físicos urbanizados, como alguns clubes, associações, escolas, igrejas, mercados (...) ou não urbanizados como o jardim ou o parque público."
>
> (Strecht, 2011, p.55)

O conceito de desenvolver um Centro de Reintegração Social foi pensado no sentido de promover as relações sociais da própria rua, bem como os residentes do Bairro Social da Misericórdia. O objectivo é a integração das pessoas com problemas sociais, muitas das vezes alvo de descriminação por parte da sociedade. Existe a necessidade de criar um centro com valência social diurno, com dupla função: um centro de aprendizagem, no sentido destas pessoas se especializarem em algo para a sua reinserção na sociedade; e por outro lado, oficinas abertas à comunidade. O centro promove através da participação em diversas actividades a reinserção social desta população, e na satisfação das suas necessidades, cria um espírito de comunidade local, com forte componente de apoio psicológico à população. Este centro através das suas actividades de ocupação dos tempos livres, promove a autonomia e a construção de projecto de vida às pessoas mais debilitadas (física e psicologicamente).

Nesta abordagem à cidade, pretende-se reabilitar os dois edifícios existentes no cruzamento da Rua 5 de Outubro e a Rua Dom António Alves Martins, transformando-os em lar para idosos. Estes acabam por ter uma relação directa com a Casa das Bocas, através do

eixo de ligação proposto, e ainda com os espaços verdes envolventes, como o Largo Alves Martins.

Ainda na mesma rua, junto à rotunda da Estrada da Circunvalação, pretende-se reabilitar o edifício existente que, neste momento carece de uma intervenção profunda por se encontrar num mau estado de conservação, mas que acaba por ter um enquadramento estratégico na zona de intervenção. O programa para este espaço é um café concerto que, através da criação de um percurso no interior da vegetação, permite liga-lo ao espaço de lazer proposto. Na análise entendeu-se que este edifício deveria ter um carácter público, potenciando também a utilização do espaço verde existente, havendo a necessidade de dar soluções para este espaço, para o voltar a integrar na cidade e gerar novos fluxos.

Para a solução do conjunto habitacional, pretende integrar-se a nível programático, o estacionamento privado ao nível do rés-do-chão, que funciona de forma circundante ao edifício. Além do estacionamento, a zona comercial/serviço situa-se igualmente neste piso, o que permite haver uma relação directa com a rua partilhada, pontualmente pretende-se que o restaurante ou café se aproprie do espaço exterior, à imagem das referências estudadas. Este piso assume-se completamente distinto dos superiores, com maior visibilidade visual com a rua. Sendo o espaço exterior caracterizado por um carácter mais pedonal, possibilita dinamizar muito mais o comércio, como acontece na Rua Formosa, ou até mesmo na Rua Direita. No entanto não são todos os edifícios que apresentam esta disposição, até porque seria insustentável para a cidade haver espaços comerciais num número excessivo. Estas zonas comerciais localizam-se de uma forma estratégica, tendo em conta a envolvente, e o tipo de edifício.

Propõem-se para o edifício em estudo, um elemento vertical, que serve de referência na paisagem e faz a marcação do prolongamento da Rua do Gonçalinho. Esta referência vertical faz a ligação entre o nível da Estrada da Circunvalação e o arruamento proposto, onde se integra também um arquivo municipal, com uma zona café esplanada, e, num espaço da cobertura, projectar um miradouro com vista para o centro histórico. Este edifício caracteriza-se pela sua geometria e força, sobrepõem-se ao corpo horizontal e marca assim um momento de transição. Pretende despertar a curiosidade de quem passa na circunvalação funcionando como uma marcação para o perfil longitudinal desta via. É igualmente importante referir que este corpo permite sobrepor-se ao conjunto habitacional, com uma escala mais horizontal, e funciona assim como elemento de excepção.

Por outro lado, este volume marcado pela sua horizontalidade, surge com uma maior relação com a rua partilhada, e aproxima-se assim da vida urbana, à escala das pessoas, numa

lógica de comunicação, estimulando assim o acréscimo da intensidade e actividade vital da cidade. Permite também uma aproximação à escala do edificado envolvente, o que reforça uma transição de escalas para o corpo mais elevado.

Para além disso, ainda a nível programático o edifício alberga dois pisos de habitação multifamiliar. Como forma de facilitar o funcionamento do conjunto, com um carácter público e outro com uma componente mais privada, pretende-se que no cruzamento de ambos (horizontal e vertical) se intersectem num espaço comum, com relação directa ao pátio. É importante referir que o controlo do espaço é efectuado pela zona de recepção, de forma a evitar constrangimentos e assim garantir uma maior segurança para os residentes. A própria forma do espaço induz ao indivíduo os diferentes momentos. Em relação aos acessos verticais, pretende-se introduzir três tipos, um púbico que tem relação directa com a rua partilhada, que permite a comunicação com a torre, e os restantes fazem ligação entre o estacionamento e as galerias de acesso às habitações que circundam os pátios.

A utilização deste conceito reflecte numa abordagem crítica ao conjunto habitacional tradicional, onde normalmente os acessos verticais se distribuem numa lógica de esquerda/direita. Na proposta pretende-se retomar a solução da galeria como forma de acesso aos apartamentos, em que se prevalece as relações sociais no interior do edifício, de modo a facilitar a interacção dos residentes. Basicamente, o objectivo passa por trazer o conceito de *shared space* para o interior do conjunto habitacional, isto é, o edificado não se deve restringir apenas aos acessos verticais e aos apartamentos. Ao invés disso pretende-se integrar elementos como o pátio comum e as galerias como resposta a uma arquitectura para as pessoas, que estimule as relações entre residentes e o conforto dos espaços comuns.

> "Galeria: bem tratada e dimensionada pode ser um prolongamento elevado da rua, para isso tem de ter adequadas dimensões e ser tratada com uma certa transparência, mas também tem de ser um sítio abrigado e agradável, e que sirva um número reduzido de fogos."
>
> (Coelho, 2007, p. 193)

Fig. 37 e 38 Bloco das Águas Livres, Lisboa - Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral
Fonte Tenreiro (2009)



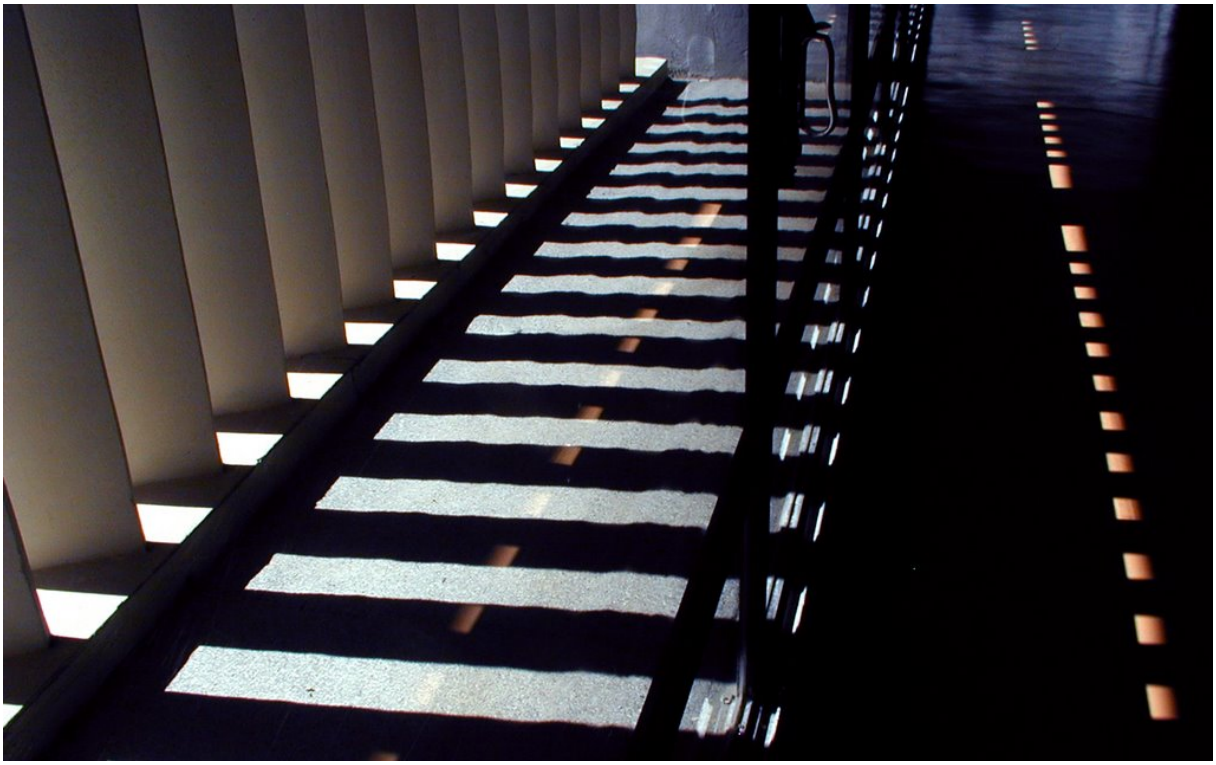


Fig. 39 e 40 Viviendas Can Trevi, Barcelona - GRND82

Fonte Europaconcorsi (2012)





Na fase de estudo da habitação, foram abordados dois estudos de caso, nomeadamente um dos primeiros exemplos na utilização de galerias e espaços comuns da história da arquitectura moderna portuguesa, e consequentemente um exemplo de arquitectura contemporânea. O primeiro exemplo é o Edifício habitacional Bloco das Águas livres (fig. 37 e 38), constitui uma das referências mais importantes na concepção e desenvolvimento das galerias como solução de projecto, não pela sua formalização física, mas fundamentalmente pelos seus princípios e ideais na componente sociológica das habitações multifamiliares.

É da autoria do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral em 1953, e é classificado como Monumento de Interesse Público[19] pela secretaria de Estado da Cultura. Considerado como uma das obras mais importantes da habitação contemporânea portuguesa, e integra os princípios urbanos do Movimento Moderno, claramente influenciado pela Unidade de Marselha de Le Corbusier (Pereira, *et al*., 2004). Integra o plano de urbanização da Câmara Municipal de Lisboa para a zona da Praça das Águas Livres desenvolvido pelo arquitecto Manuel Tainha.

Constitui um dos exemplos mais emblemáticos da nova arquitectura de edifícios residenciais de Lisboa, situado no alto do Rato, junto à Mãe d'Água das Amoreiras. Este exemplo habitacional traduz uma intenção clara de integrar as pessoas como uma comunidade independente.

> "Idealizado para servir uma comunidade e não apenas para 'conter gente', foi programado com serviços colectivos que denunciavam uma progressista visão da sociedade e uma vontade de introduzir a modernidade na vida quotidiana (...) É a solução mais consequente realizada (...) de unidade de habitação que ultrapassa os estritos princípios funcionalistas do movimento moderno (...) baseado na busca de conforto sem preconceitos (...) baseia-se numa clara racionalidade que integra a possibilidade de adequação."
>
> (Pereira, et al., 2004, p.148)

[19] Para mais informação, consultar a Portaria nº. 370/2012, DR, 2ª série, nº. 156, de 13 de Agosto de 2012; http://dre.pt/pdf2sdip/2012/08/156000000/2831428315.pdf
Notícia do Jornal Público: http://www.publico.pt/cultura/noticia/o-predio-que-simboliza-a-vida-moderna-lisboeta-foi-classificado-1559041#/0

Para além de habitação, alberga ainda zonas de escritórios e comércio, onde a circulação é desenvolvida através de galerias, que atravessam o edifício longitudinalmente. É importante ainda salientar para a importância de espaços comuns, como áreas de serviço (lavandarias, garagens, salas de condomínio e espaços verdes interiores desenvolvidos pelo arquitecto paisagístico Gonçalo Ribeiro Telles).

A decoração dos espaços é feita com obras de Almada Negreiros, Manuel Cargaleiro, Jorge Vieira, José Escada e Frederico George. Ao nível da concepção dos espaços interiores, destaca-se a presença de espaços abertos, funcionais com qualidade e conforto.

> "É preciso construir unidades de vizinhança, formada por unidades de habitação de uma e outra classe, completando o conjunto dos indispensáveis e variados instrumentos de carácter social."
>
> (Pereira e Martins, 2011)

Este exemplo distingue-se pela maneira como o arquitecto desenhou e idealizou a vivência quotidiana dos espaços, em respeito total na simbiose dos princípios da Arquitectura Moderna, e mais importante ainda no papel determinante que um edifício pode ter na vida das pessoas. São estes princípios de comunidade e espírito de partilha e vizinhança que se pretendem introduzir na proposta para a cidade de Viseu, na procura de uma arquitectura ética.

O segundo exemplo de referência para a solução habitacional, Viviendas Can Travi, (fig. 39 e 40), desenvolvida pelos arquitectos GRND82 (Sergi Serrat, Ginés Egna e Cristina Garcia)[20]. Este complexo residencial para idosos localiza-se na cidade de Barcelona, tem como objectivo promover as relações entre os habitantes, e melhorar as condições de acessibilidade num terreno com um declive considerável.

> "La arquitectura es invadida por las actividades cuotidianas de los usuarios y se muestra a la ciudad. El color blanco hace de telón de fondo, unificando todo, como hace la nieve caída sobre el paisaje."
>
> (GRND82, 2012, s.p.)

[20] Ver projecto na íntegra: http://europaconcorsi.com/projects/193690-Viviendas-Can-Travi-
Informação do atelier: http://granada82.com

O edifício é caracterizado pela sua simplicidade na forma, com uma linguagem bastante contemporânea, formal e geométrica. O acesso aos apartamentos é feito através das galerias, que estabelece ainda ligação com espaços de uso colectivo nas extremidades. A variação e o ritmo criado na fachada reforça a presença do cheio e do vazio, que é conseguido através da composição alternada dos apartamentos.

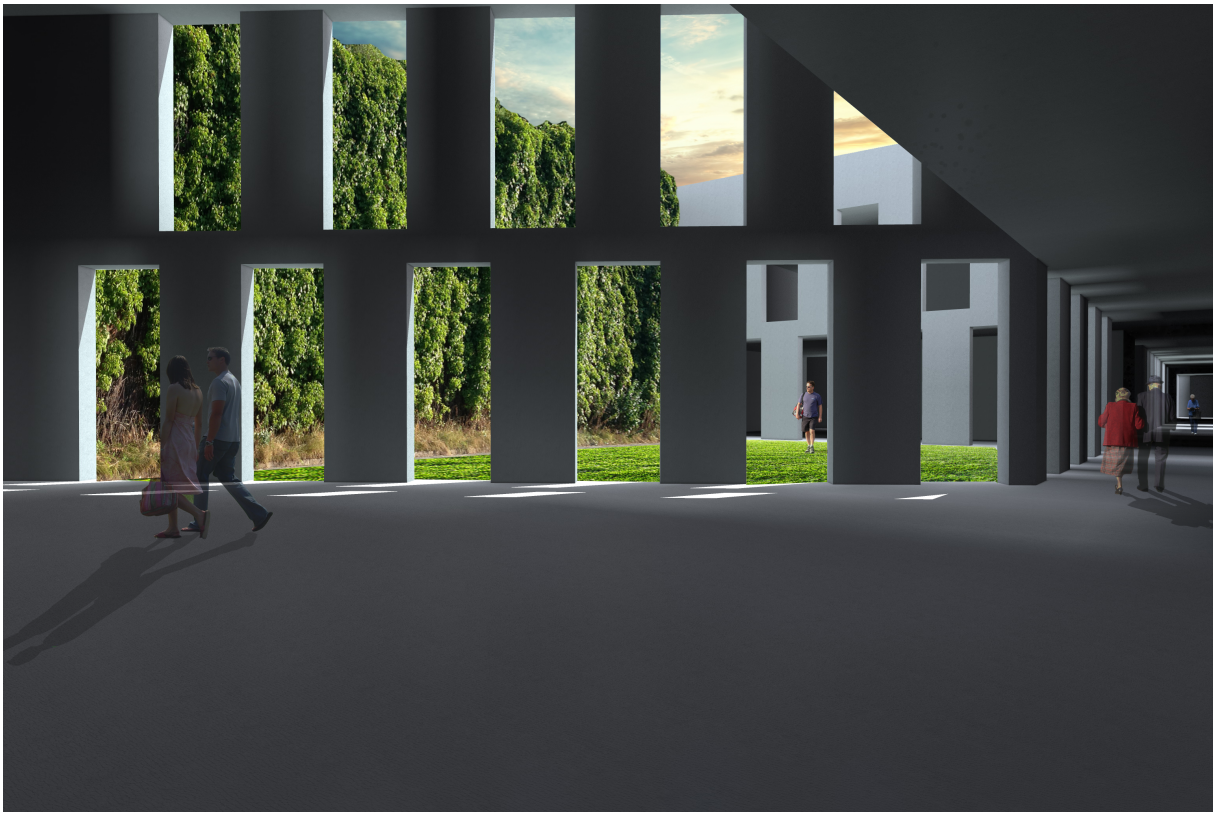
Pretende-se trazer para a proposta arquitectónica alguns aspectos analisados destas duas obras. Em primeiro lugar a importância do carácter social da habitação colectiva, onde os espaços comuns revelam-se pela sua capacidade de fomentar relações entre os residentes. Numa perspectiva mais social, a criação de espaços de uso colectivo permite assim a troca de experiências e modos de vida. Da mesma forma que se deve manter também um certo nível de privacidade no interior do complexo habitacional.

Consequentemente a geometria e o ritmo dos alçados pretende conceber uma linguagem formal, mas ao mesmo tempo dar uma dinâmica no interior dos pátios e das galerias, com contrastes entre a luz e sombra, que variam ao longo do dia. Ainda é de referir a importância de espaços verdes de lazer, com uma relação directa com os espaços de circulação e das zonas de estar. A presença da vegetação é um elemento fundamental na proposta, que permite criar um ambiente mais harmonioso.

Fig. 41 e 42 Representação dos espaços da galeria e do pátio comum

Fonte Elaboração própria





Ainda sensivelmente ao conceito das galerias, introduz-se espaços que promovam o relacionamento com a comunidade, e que estão directamente relacionadas, como o exemplo dos pátios, que acabam por ser distintos entre si, com geometrias igualmente distintas. Esta solução possibilita uma apropriação independente, ou seja, espaços com a sua própria morfologia, que apelam a percepções e sensações também distintos e únicos.

As galerias não se apresentam meramente como acesso horizontal, mas pela sua concepção e relação com os pátios, possibilitando a permanência nestes espaços, e o estabelecimento da ligação destas com o exterior. Para Schoenauer (1981) a presença dos pátios proporciona uma identificação mais íntima com a comunidade residente, onde se estabelece um sistema relacional.

Caracteriza-se ainda por ser um espaço intermédio, que estabelece a ligação entre o interior e o exterior, o que permite aos habitantes, não só o acesso ao respectivo apartamento, como permite usufruir espaços abertos de convívio, o que reforça a importância de relações de vizinhança.

> "Significa isto portanto que a proximidade física de quem habita perto de nós produz laços simbólicos que extravasam a simples esfera individual, gerando relações sociais directas e indirectas, daí a importância de envelhecer em casa, na vizinhança que nos é familiar."
>
> (Carvalho, 2013, p. 103)

É nesta procura que todo o conjunto habitacional se centra, com a criação de espaços comuns com vida, onde se procura a interacção e troca de experiências que reforçam um espírito de comunidade, de vizinhança. No entanto é necessário garantir igualmente um certo nível de controlo nesta aproximação das pessoas, ou seja, o indivíduo deve ter a possibilidade de decisão sobre este tipo de relacionamento. Enquanto no espaço público pode evitar-se o contacto com outros, como tal, os espaços propostos no interior do edifício devem também permitir essa decisão.

A solução apresenta-se integrada no conceito de habitação inclusiva, em que as questões emocionais e de integração do indivíduo no espaço residencial devem ser o factor principal para a concepção do projecto. Isto é, o design inclusivo promove soluções que visam na integração de todos por igual com foco nas pessoas mais necessitadas.

> "O conceito de evolução das habitações, englobando formas de melhoramento gradual e de adaptabilidade às mudanças, mais ou menos sucessivas, dos modos de vida dos seus respectivos habitantes (...)"
>
> (Coelho e Cabrita, 2003, p.11)

Cada indivíduo tem a sua própria identidade, o que torna cada pessoa única e diferente dos outros. Este conjunto é composto por uma dimensão biológica, psicológica e social. Todas estas características estão interligadas com o contexto de cada indivíduo. O ser autónomo é considerado como a realização plena de um indivíduo, ou seja, é a capacidade de tomar as suas próprias decisões.

Contudo esta questão da autonomia pode ser condicionada pela acessibilidade, onde a existência de espaços que impedem a utilização de todos pode traduzir numa segregação social. Cada indivíduo apresenta as suas necessidades, sejam elas permanentes ou temporárias, como tal deve haver uma consciencialização desta realidade. Os avanços económicos, sociais, científicos e tecnológicos permitem uma atenuação de doenças, da sua duração e intensidade.

Do mesmo modo que o aumento da esperança média de vida tem sido cada vez mais visível na nossa sociedade, o que implica uma população mais envelhecida. É mais frequente surgirem incapacidades mentais ou psicológicas nos idosos, como a própria perda das capacidades.

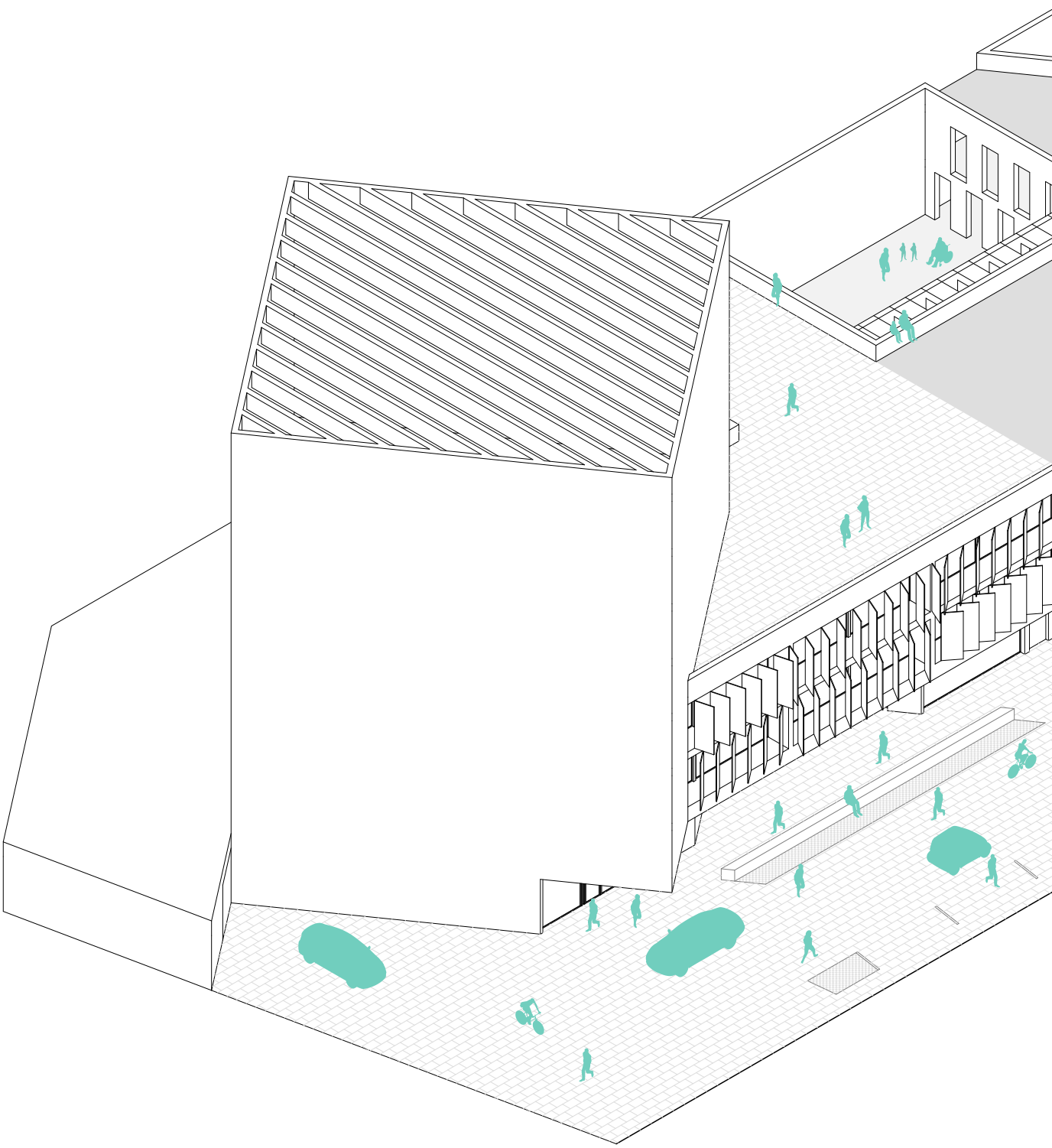
É praticamente impossível realizar uma listagem das necessidades de cada pessoa, no entanto é apresentado um guia de suporte para as recomendações mais frequentes, que traduzem a flexibilidade da habitação. A opção de uma habitação coletiva torna-se fundamental em zonas urbanas porque permite a criação de zonas comuns do edifício. O espaço exterior deve garantir o acesso a todos.

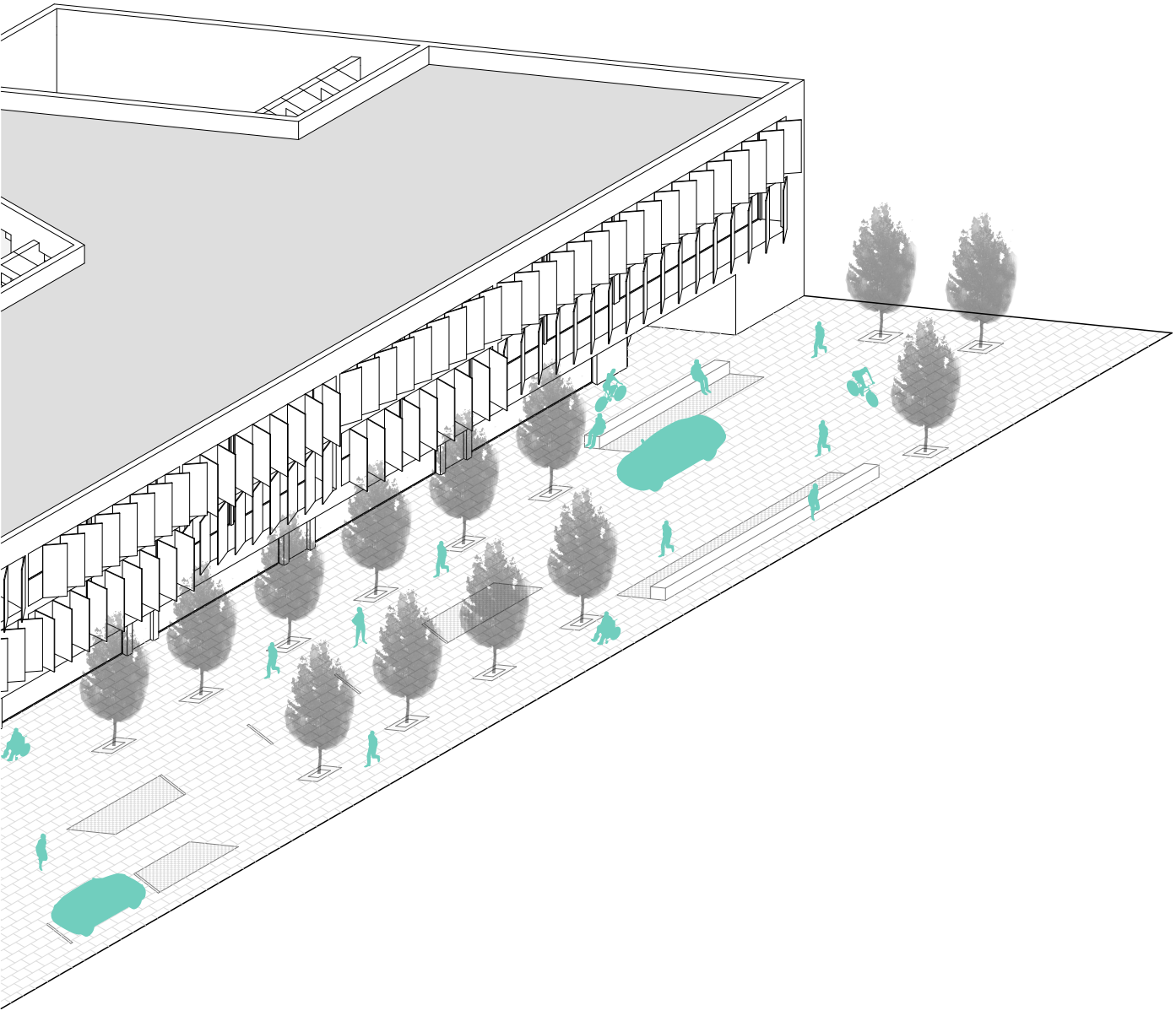
Para Simões, *et al*. (2009), estes espaços funcionam como espaços de integração social e são indispensáveis na qualidade de vida urbana e de interação com os outros. Neste caso concreto, as habitações devem ser flexíveis de modo a adaptarem-se a qualquer utilizador, o que entra no conceito da construção de casa para toda a vida (Carvalho, 2013).

Esta adequação e possibilidade de ser utilizada por várias pessoas permite caracterizar o design inclusivo, ou seja, independemente das suas capacidades físicas uma habitação inclusiva permite a liberdade de utilização de igual forma. Uma habitação se for pensada segundo os parâmetros da flexibilidade permite ser uma mais valia a nível económico, mas também a nível de qualidade de vida, que permite uma adequação a diferentes modos de vida.

Fig. 43 Axonometria isométrica da proposta do espaço urbano (*shared space*) e do edifício

Fonte Elaboração própria





Ao longo da concepção do projecto, procurou-se a relação do interior com o exterior, nomeadamente com a disposição dos edifícios paralelamente ao declive do terreno, o que reforça o enquadramento visual com o centro histórico. Isto é, para quem habita este espaço deve ter um contacto a partir do interior com a paisagem envolvente, contribuindo para o equilíbrio dos espaços interiores. Objectivamente, o espaço público relaciona-se directamente com os edifícios, enquanto os próprios edifícios se orientam em compromisso com a paisagem.

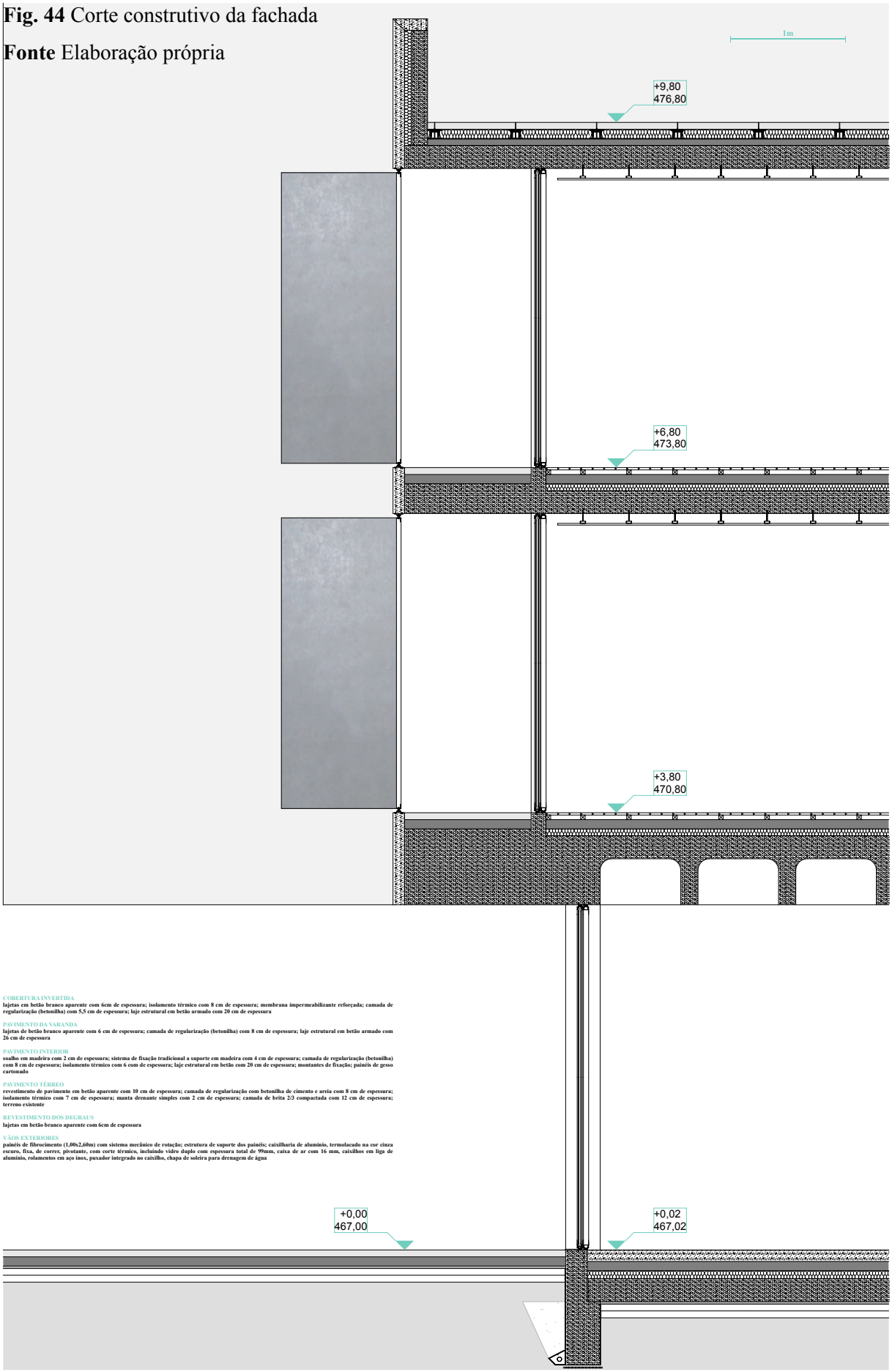
Assim sendo, a zona social e os quartos estabelecem uma relação privilegiada com o espaço partilhado, enquadrando-se visualmente com o centro histórico, enquanto que a cozinha e lavandaria se orientam para as galerias. A disposição dos espaços interiores pretendem traduzir espaços objectivos e coerentes, que facilitem a mobilidade, e simultaneamente permitam uma utilização dos espaços com conforto. Mais concretamente, o espaço desenvolve-se a partir de um eixo central, que distribui áreas sociais e privadas, sem haver conflito entre eles. A partir deste eixo é possível aceder a todos os compartimentos, e distribui assim os diversos espaços, permite ainda, no caso dos T1, uma relação visual com todo o comprimento do apartamento, sem que o hall de acesso seja um espaço monótono e fechado. Em relação ao acesso ao quarto, desenvolveu-se uma antecâmara, que possibilita incorporar o vestuário e o wc privado, marcando assim um momento antes de entrar no quarto, propriamente dito. O processo de concepção dos espaços interiores do edifício teve como princípio as acessibilidades, desde a dimensão à própria concepção dos espaços, a sua relação e facilidade do indivíduo se movimentar livremente.

A ideia é transmitir ao utilizador uma percepção do espaço, de fácil leitura, sem barreiras ou obstáculos (físicos ou mentais). A habitação deve incutir ao indivíduo confiança e conforto permitindo a utilização plenas dos seus espaços.

Ao longo de todo o processo de desenvolvimento da proposta, procurou-se a essencialidade e simplicidade do edifício, que se integre na paisagem urbana de forma harmoniosa e de fácil leitura, com forte identidade, geometria e articulação de volumes. O edifício foi desenvolvido a partir de alguns conceitos iniciais de estratégia urbana, com uma forte relação com a rua partilhada. Entendeu-se que o edifício deveria ser um elemento integrante no terreno em que se insere, que funcionasse como elemento de transição de escalas, facilitando a mobilidade urbana. A leitura das vivências dos espaços no Bairro da Misericórdia, onde as pessoas se relacionam e trocam saberes, informações e experiências, permitindo idealizar a ideia de proximidade entre residentes, fortalecendo um espírito de comunidade.

Fig. 44 Corte construtivo da fachada

Fonte Elaboração própria



A concepção do edifício tenta promover a integração de todos os indivíduos, ao nível físico dos espaços, social na troca de vivências na comunidade e psicológica na capacidade de se movimentarem livremente, sem exclusão, o que induz no indivíduo um espírito de confiança. O objectivo da proposta é melhorar consideravelmente toda a zona de intervenção, tornar todo o conjunto completo, sem que este seja possível fazer sentido sem a existência dele. A imagem ao objecto arquitectónico pretende identificar-se como singular, simples, apelativo a diferentes sensações, texturas, dinâmicas, ritmos, adaptado a diferentes modos de vida, e consequentemente formar um espírito de pertença.

Esta questão da imagem que o edifício transmite para a cidade e aos indivíduos, assume-se como um elemento fundamental e estruturante, na medida em que o aspecto exterior deve reflectir directamente dos espaços interiores. Consequentemente pretende-se introduzir os modos de vida na concepção da imagem do edifício, ou seja, esta imagem deve ser mutável e dinâmica, de modo a que a organização interna e a imagem exterior possam estar interligados.

Pretende-se capturar para dentro do edifício a paisagem envolvente, assim como no volume da torre pretende-se que tenha força e peso, pela sua geometria e textura. Estes dois volumes caracterizam-se pela desmaterialização do volume horizontal (residencial) e a presença arquitectónica da referência vertical como elementos de contraste, entre o cheio e o vazio, a leveza da horizontalidade e o peso da verticalidade, que se fundem como um só. As "(...) geometrias simples são sublinhadas através do jogo entre cheio e vazio ou a luz e sombra (...)" (Silva e Santos, 2011b, p.20). Ao mesmo tempo o espaço residencial apresenta-se dinâmico, sendo as fachadas as representações das vivências de cada um.

Um aspecto fulcral na concepção do edifício é a solução dos alçados, de um lado os elementos de sombreamento da fachada reflectem os modos de vida, com ritmos próprios variando ao longo do dia. Na fachada das galerias a geometria é marcada pela rigidez, sendo o movimento, o convívio, o diálogo e a experiência entre as pessoas as marcas do ritmo deste alçado. Por um lado a arquitectura representa a dinâmica das vivências, por outro são as pessoas que marcam as dinâmicas do edifício.

Um outro aspecto fundamental na concepção da imagem exterior do edifício, é o embasamento ao nível do rés-do-chão, que percorre a sua totalidade, e sustenta os pisos superiores. Este embasamento permite a relação directa com a rua partilhada, encontra-se recuada do limite envolvente, e reforça assim a protecção e abrigo das pessoas. O envidraçado percorre na sua continuidade e termina na zona de entrada, nesta zona o gesto de desenho

pretende conduzir as pessoas para dentro do edifício e segue o alinhamento da referência vertical.

A escolha dos materiais tanto ao nível interior como exterior, pela sua textura, aspecto e cor revelam-se como elementos fundamentais na transmissão de significados e emoções, assim como na percepção e leitura dos espaços.

Na fase de concepção procurou-se interiorizar estes aspectos na importância da escolha dos materiais, ao mesmo tempo atendendo às necessidades de conforto térmico e acústico. A solução procurou utilizar um número controlado de materiais, evitando assim uma disparidade na linguagem, que se pretende simples e legível.

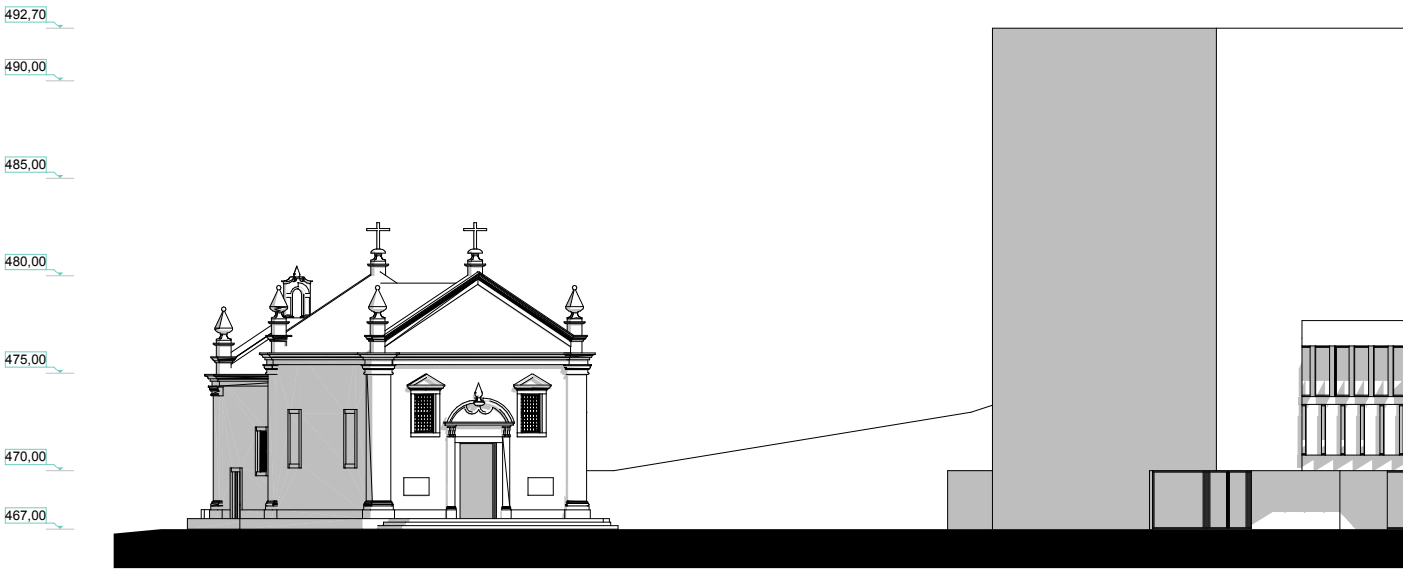
> "A simplicidade não é um ponto de partida, é um resultado, um ponto de chegada."
>
> (Tainha, 2000, p.40)

Para o edifício foi escolhido o betão aparente, que permite uma imagem que demonstre a força e o peso do edifício vertical, ao mesmo tempo desprovido de características escultóricas, onde apenas se pretende a presença da geometria em si, em contrapartida com o envidraçado da fachada do volume horizontal, que se caracterize pela leveza e desmaterialização. Para o sombreamento da fachada residencial optou-se por painéis de fibrocimento com a mesma textura do betão, que funcionam com um sistema mecânico de rotação. No interior dos apartamentos pretende-se espaços harmoniosos e serenos, com um carácter fundamentalmente residencial.

Pretende-se proporcionar espaços de qualidade arquitectónica, mas também contribuir para uma melhor qualidade de vida para todos. É este o papel da arquitectura, construir para uma melhor cidade, mais coesa e socialmente equitativa.

Fig. 45 Alçado Noroeste do edifício proposto

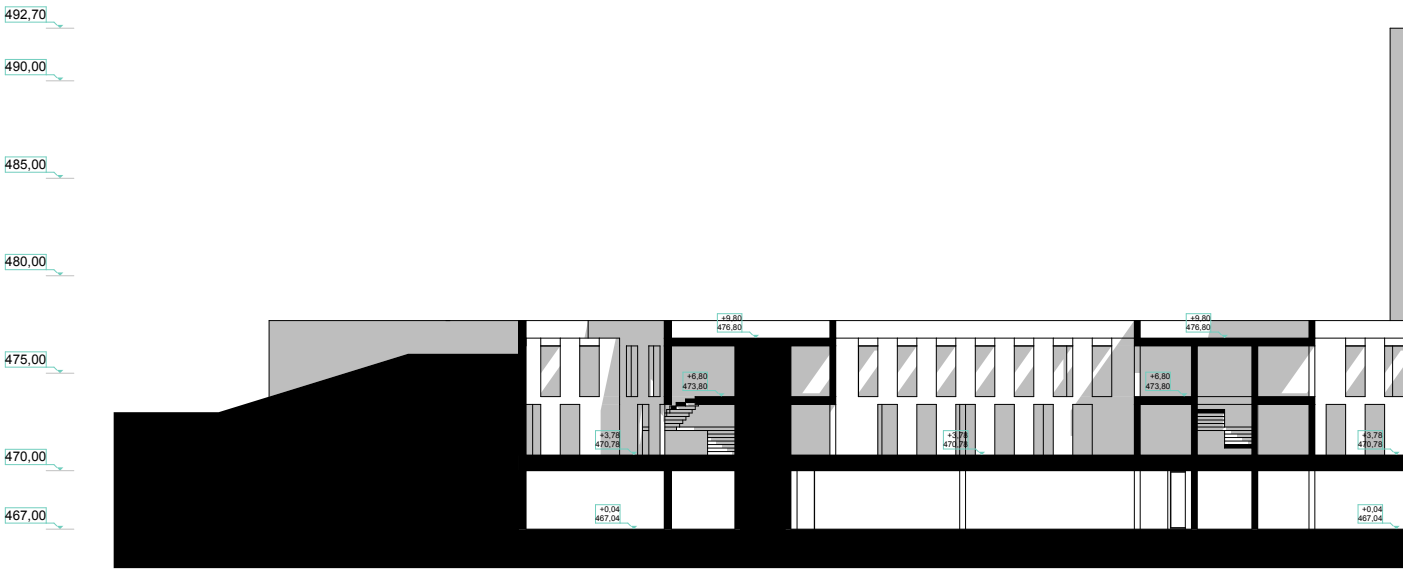
Fonte Elaboração própria




5m
+25,70
492,70
+10,70
477,70
+0,00
467,00

Fig. 46 Corte longitudinal do edifício proposto

Fonte Elaboração própria



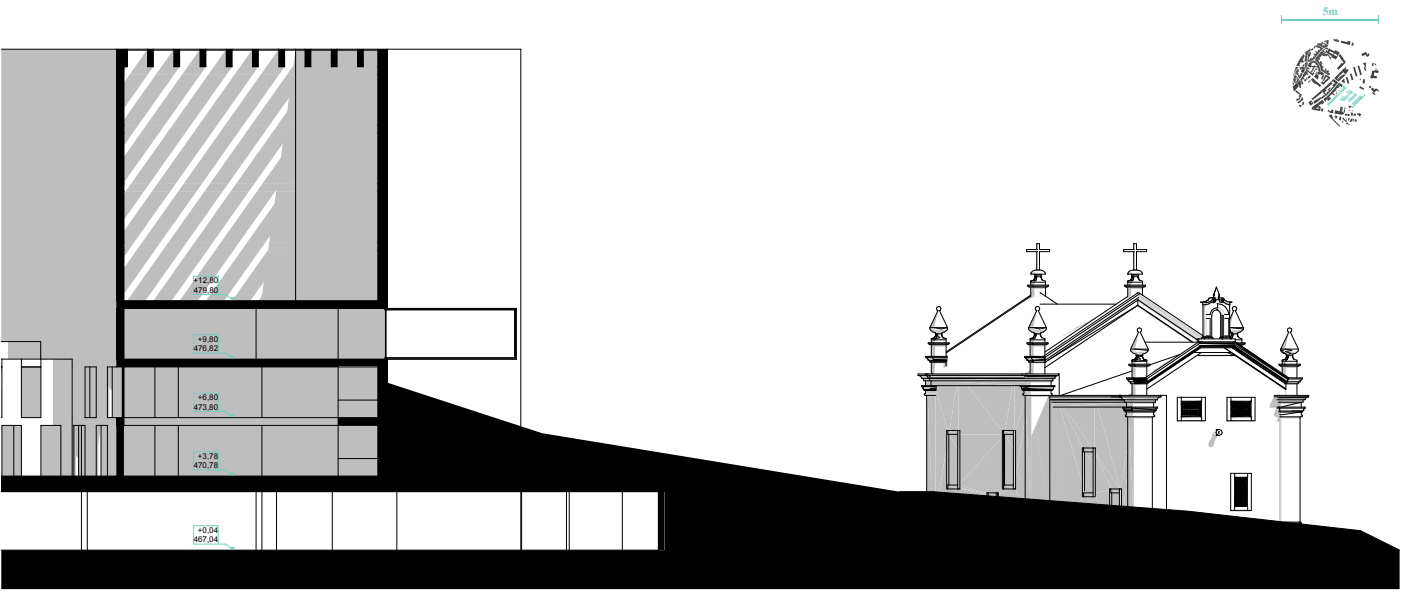

5m
+12,80
479,80
+9,80
476,82
+6,80
473,80
+3,78
470,78
+0,04
467,04

Fig. 47 Planta do Piso 0

Fonte Elaboração própria

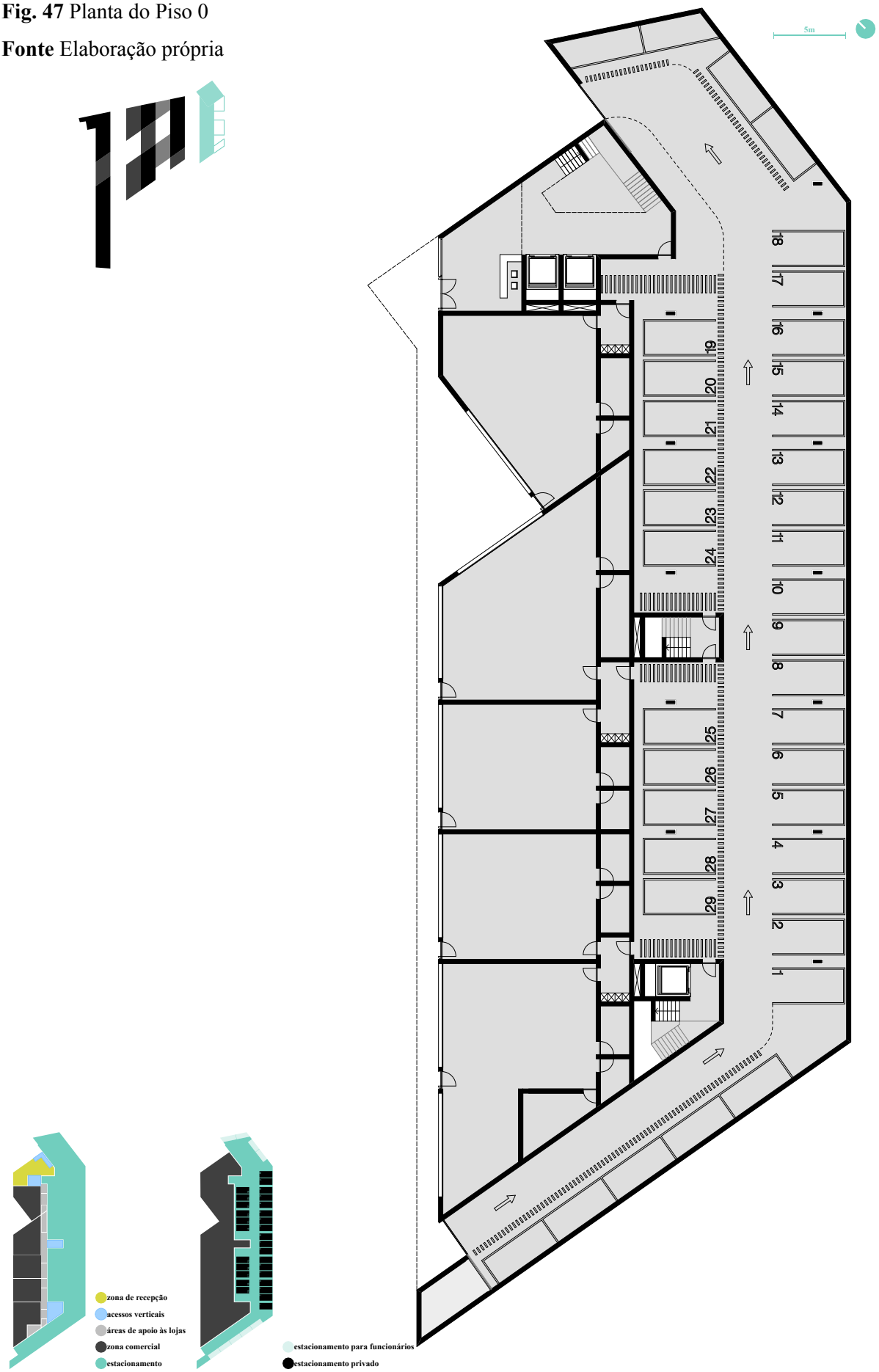
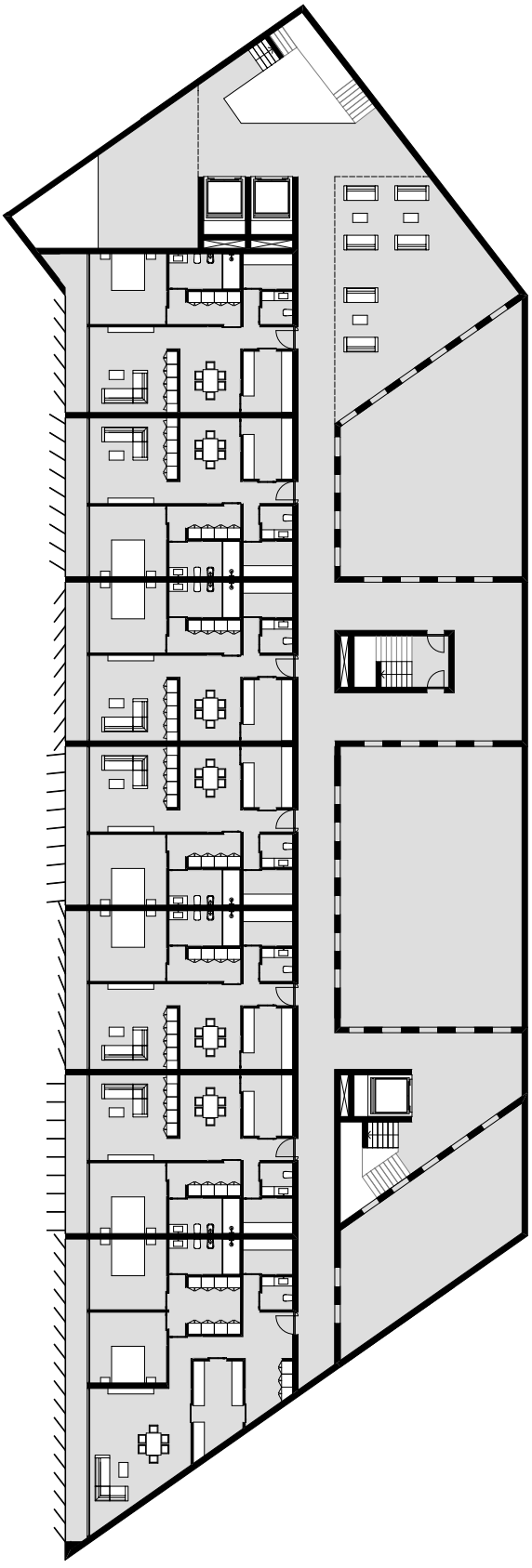


Fig. 48 Planta do Piso 1

Fonte Elaboração própria



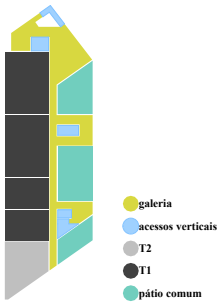
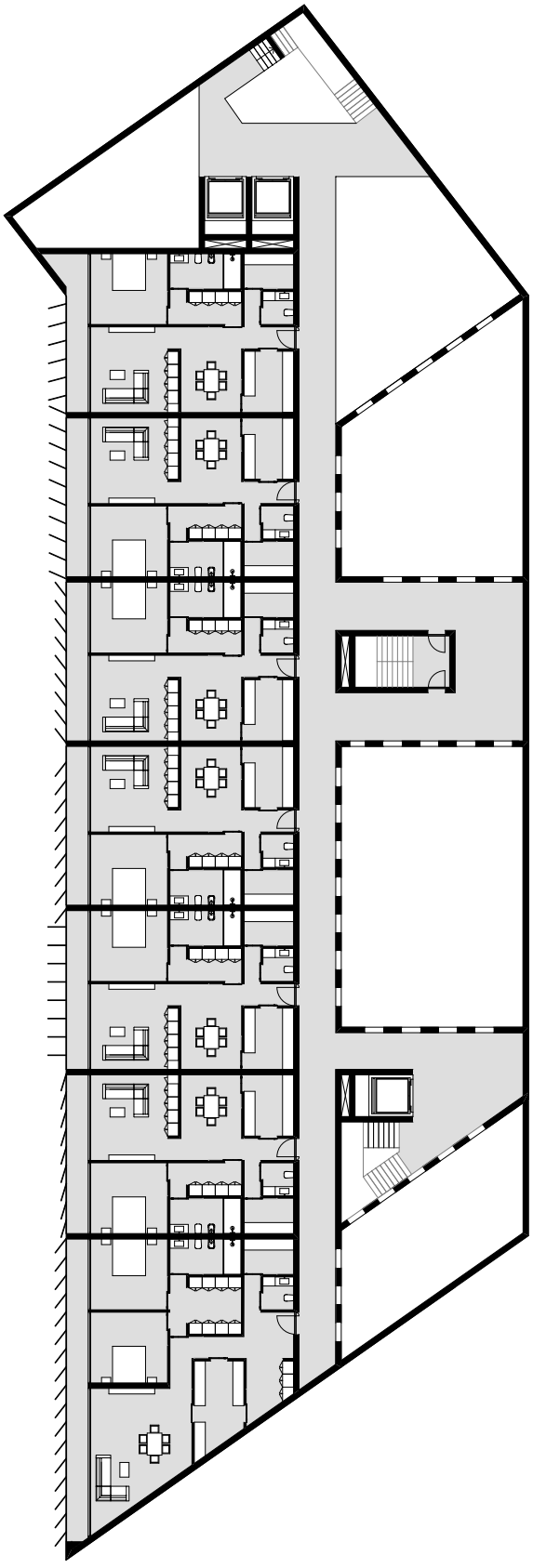


Fig. 49 Planta do Piso 2

Fonte Elaboração própria







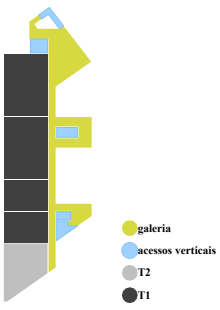


Fig. 50 Planta do Piso 3

Fonte Elaboração própria

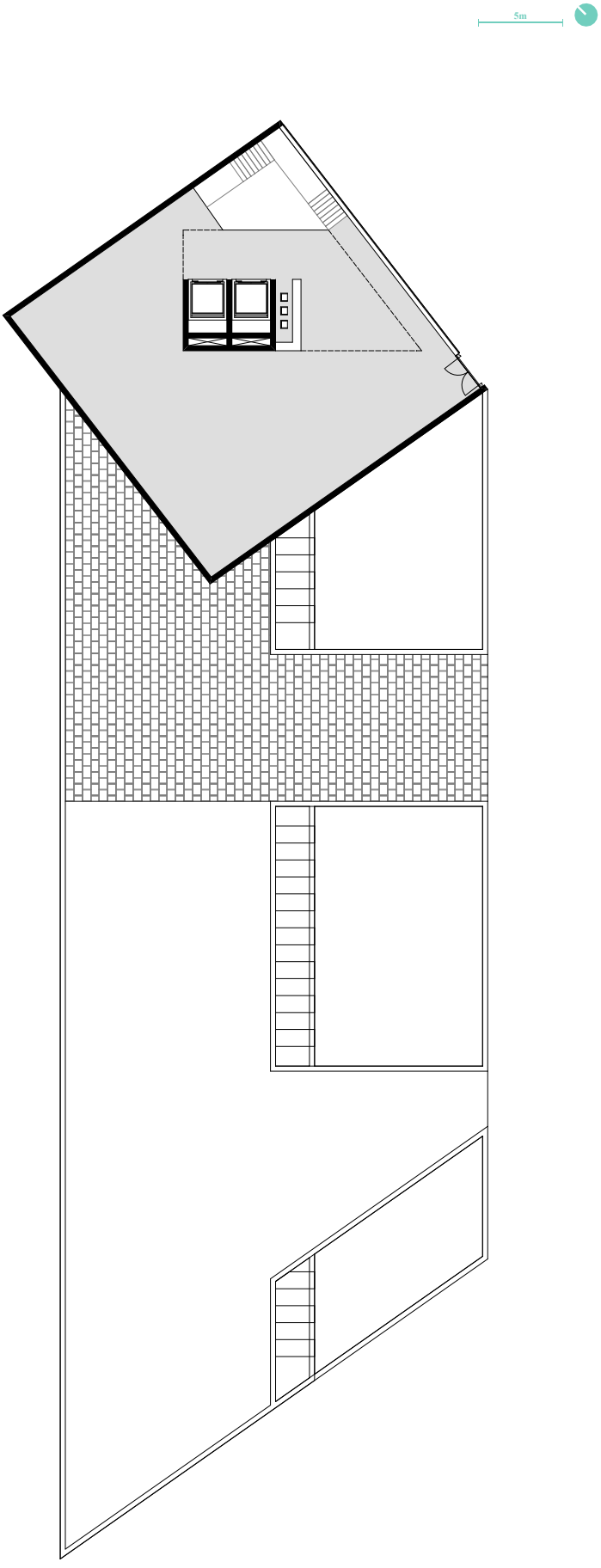


Fig. 51 Planta do Piso da Cobertura

Fonte Elaboração própria

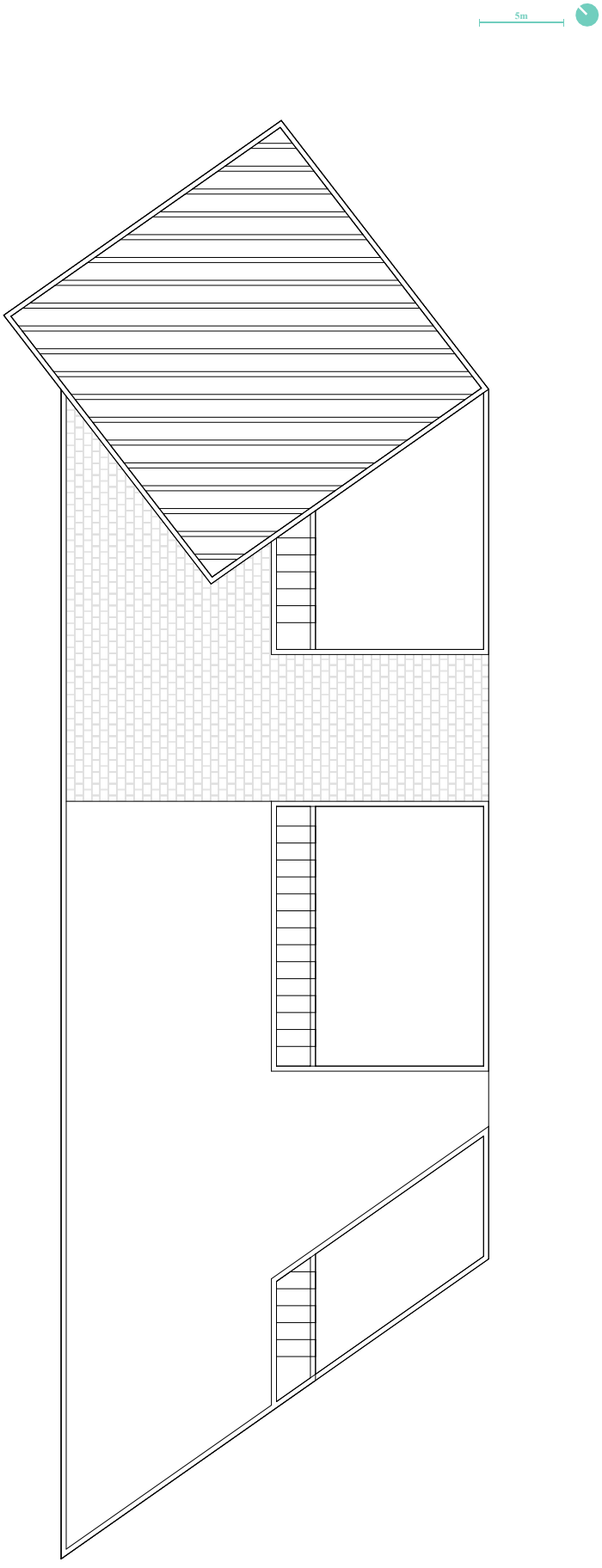




Fig. 52 Imagem exterior do edifício e do espaço partilhado

Fonte Elaboração própria



Considerações finais

Este trabalho de projecto aqui apresentado pretendeu reflectir sobre a problemática nas cidades, das suas condições de acessibilidade, de mobilidade, de integração no espaço urbano, e consequência da alterações e mutações dos quadros demográficos, tendo em consideração a importância do papel das cidades no futuro para o bem estar da sociedade. Ao longo deste processo, e tendo em conta os objectivos propostos, procurou-se incidir sobre a responsabilidade ética do arquitecto na sociedade, enquadrado numa perspectiva de entender a influência do papel da arquitectura na possibilidade de contribuir para uma integração plena das pessoas, independentemente das suas condições físicas ou psicológicas e garantir a todos uma melhor qualidade de vida pessoal, assim como uma mais pensada, reflectida e organizada vida urbana. Esta reflexão traduz-se na concretização de um projecto e programa contextualizado numa realidade específica, na cidade de Viseu.

Pretende responder às premissas delineadas inicialmente através de uma abordagem ao território urbano, tendo em conta a escala, a memória, os limites, a identidade e o carácter do lugar e do seu contexto social e demográfico.

As alterações demográficas são uma realidade cada vez mais notória e devem ser alvo da atenção e adequação na vida profissional do arquitecto. Devem ser abordadas, não de uma forma fatalista, mas antes na perspectiva de adaptar as soluções às necessidades e à diversidade de cada indivíduo e de cada grupo ou sociedade, sem nunca generalizar.

É da responsabilidade dos arquitectos introduzir a temática da acessibilidade na arquitectura e fazer dela parte integrante no desenvolvimento e aperfeiçoamento arquitectónico dos espaços. Deve ser entendida de forma clara e estruturada, no momento da concepção dos projectos, e não somente aplicada como um processo normativo e cumprimento legal. A arquitectura deve ir mais além da concepção segundo as directivas estabelecidas na legislação. Cabe ao arquitecto interiorizar este conceito de uma maneira mais sólida, garantir a acessibilidade é um modo de estabelecer igualdade de direitos no acesso ao espaço físico, é garantir liberdade e autonomia, é melhorar significativamente a vida das pessoas, é contribuir para uma sociedade mais coesa, justa e com maior qualidade de vida.

O desenho do espaço físico, determina e contribui efectiva e positivamente para uma coesão social e espacial, conduzindo à permanência dos indivíduos nesses espaços, não existindo, no entanto, nenhuma solução-tipo nem fórmula pré-definida para todos os casos. A solução deve ir ao encontro do contexto em que se insere, atendendo às necessidades de cada

lugar. Deve ainda permitir a integração de todos, com a garantia de segurança, conforto e vivência plena do espaço. Neste sentido, o desenho urbano permite criar novos fluxos e dar uma nova centralidade, para isto acontecer, o projecto deve ser coerente na sua globalidade, desde a fase de implementação, à fase da actividade e desenvolvimento do projecto, tendo em vista a boa relação do espaço com o indivíduo, e este com os significados que atribui a esses mesmos espaços, criadores e fortalecedores de um espírito de comunidade. É na conjugação destas características que se desenvolve o desenho e traçado urbano, se promove a qualidade de vida urbana e se estimulam as relações sociais nos espaços públicos.

É no design inclusivo que reside a resposta para um espaço que se centra nas necessidades do indivíduo, e se desenvolvem de espaços que estimulem a percepção, a compreensão e a leitura, capaz de comunicar com o indivíduo de uma forma singular, objectiva e multissensorial, fortalecendo as ligações entre o indivíduo e o meio que o envolve.

Neste estudo e processo desenvolveu-se previamente uma pesquisa exploratória dos principais autores, relacionando as diversas temáticas como os seus pressupostos teóricos, que se traduziram posteriormente nos conceitos empíricos que foram utilizados e explorados ao longo do nosso processo de aprendizagem. Este processo evolutivo sensibilizador e valorizador da realidade envolvente, constitui e fornece as bases de conhecimento para intervenções futuras.

A proposta de intervenção apresentada reforça o carácter de partilha e comunicação, permitindo ao indivíduo conseguir movimentar livremente no espaço, sem a existência de barreiras físicas, e com total autonomia criar os seus próprios pontos de referência. Desta forma, procede-se a uma regeneração urbana (que também se pretende social), transformando o território num espaço mais unitário, permitindo potenciar os seus elementos constitutivos e identificadores.

Atendendo às necessidades actuais de mobilidade e acessibilidade urbanas, aceita-se o conceito de *shared space* como abordagem metodológica ao território, pretendendo ser a base para intervenções futuras no espaço urbano. Considera-se fundamental o desenvolvimento de uma abordagem global na cidade, tendo em vista a consolidação e integração dos seus diversos elementos constituintes, contribuindo desta forma para uma cidade mais contínua, dinâmica e geradora de fluxos.

Com a proposta apresentada pretende-se contribuir para uma acessibilidade urbana e social, e estimular a capacidade das pessoas no sentido de se integrarem no contexto citadino, tornando não só os espaços acessíveis ao nível físico, mas contribuindo também para a eliminação de paradigmas e preconceitos sociais. A reestruturação urbana deve melhorar o

meio físico e potenciar a autonomia, a liberdade, a participação cívica, geradora de comunidades saudáveis, e fundamentalmente contribuir para uma melhoria significativa da qualidade de vida urbana.

> "Que me tocam de perto e fundo, todas as questões que à Arquitectura dizem respeito – a sua prática, a sua ética, a sua poética – isso é um facto que não tento esconder ou sequer contrariar."
>
> (Tainha, 2000, s.p.)

Cabe ao arquitecto essa consciencialização, vontade, responsabilidade moral e ética em fazer a diferença na vida quotidiana das pessoas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e unitária. É nesta procura de uma arquitectura ética que estre trabalho se insere, é na busca de uma cidade mais lógica, em conformidade com as pessoas, que procura eliminar as barreiras físicas e fomentar uma melhor relação entre o indivíduo e o meio.

A arquitectura deve procurar a sua identidade, como um processo simples, que se centra no significado, sem entrar numa visão funcionalista da profissão, ou seja, o desenvolvimento de um processo predeterminado. A arquitectura tem de ser muito mais do que isso, tem que ter a capacidade de proporcionar e contribuir para uma melhor vida das pessoas.

Referências bibliográficas

Alves, F., 2003. *Avaliação da Qualidade do Espaço Público urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Alves, C., 2004. *Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Legislação Básica)*. Coimbra: Livraria Almedina.

Ascher, F., 2010. *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Augé, M., 1994. *Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.

Augé, M., 1995. *Non-places: Introduction to an anthropology of supermodernity*. Traduzido por J.Howe, Londres: Verso.

Aymonino, C., 1984. *O significado das Cidades*. Traduzido por A. Rabaça. Lisboa: Editorial Presença.

Baeza, A., 2004. *A Ideia Construída*. Traduzido por A. C. Silva. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Baeza, A. C., 2011a. *Pensar com mãos*. Traduzido por E. dos Santos, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Baeza, A. C., 2011b. *Pensar com as mãos*. Traduzido por E. dos Santos, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Balbo, M. 1993: *Urban Planning and the Fragmented City of Developing Countries*. Third World Development Review.

Battesti, N.R., 1997. *Dicionário das Questões Sociais*. Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

Battle, E., 2011. *El jardin de la metrópole: Del paisaje romântico al espacio libre para una ciudad sostenible*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A..

Baptista, L. V., 2003. Territórios, imagens e poderes. In: Cordeiro, G. I., Baptista, L. V., Costa, A. F., org., 2003. *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Cesta Editora, pp.35-42.

Bauman, Z., 2009. *Confiança e Medo na Cidade*. Traduzido por E. Aguiar, Rio de Janeiro: Zahar.

Bins Ely, V. et al., 2006. *Jardim Universal – Espaço Público para Todos*. In: 14ª Congresso Brasileiro de Ergonomia. Curitiba, Brasil 29-2 Novembro 2006.

Bins Ely, V., Dorneles, V., 2006. *Acessibilidade Espacial do Idoso no Espaço Livre Urbano*. In: 14ª Congresso Brasileiro de Ergonomia. Curitiba, Brasil 29-2 Novembro 2006.

Bispo, R. e Falcato, J., 2006. *Experiências de Ensino do Design Inclusivo em Portugal*. Lisboa: Centro Português do Design.

Borja. J., 1997. *Las Ciudades como Actores Políticos*. América Latina y el Caribe, nº15, pp-15-19.

Borja, J., 1998. *Ciudadania y espaço público*. Barcelona: Centro de Cultura de Barcelona.

Boyer, M. C., 1995. The Great Frame-Up: Fantastic Appearances in Contemporany Spatial Politics. In: Ligget, H., Perry, D. C., eds., 1995. *Critical Explorations in Social/Spatial Theory, Thousand Oaks*. CA: Sauge.

Boyer, M. C., 1996. *The City of Collective Memory: Its historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge: The MIT Press.

Brandão, P., Remesar, A., 2000. *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. Lisboa: CPD.

Brandão, P., 2001. *Design Inclusive Anuário 2001 – Nº 23/24*. Lisboa: Centro Português de Design.

Brandão, P., et al., 2002. *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*. Lisboa: CDP.

Brandão, P., Remesar, A., 2004. *Design Urbano Inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila "Fragmentos e Nexos"*. Lisboa: CDP:

Brandão, P., 2006. *A cidade entre desenhos: profissões do desenho, ética e interdisciplinaridade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Brandão, P., 2006. *O arquitecto e outras imperfeições: Ética, identidade e prospectiva da profissão*. Lisboa: Livros Horizonte.

Bru, E., 1997. *Nuevos territórios, nuevos paisajes*. Barcelona: Museum d'Art Contemporani de Barcelona.

Cabral, J., 2003. *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: FUndação Calouste Gulbenkian.

Cabrita, A., et al., 2010. *Apresentação do Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Viseu: APPCDM de Braga.

Carlos, A., 2005. *A cidade*. São Paulo: Contexto.

Carvalho, A., 2013. *Habitação para idosos em Lisboa: De colectiva a assistida. O caso de Alvalade*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Istituto Superior Técnico.

Castells, M., 1997. *La Cuestión urbana: Arquitectura e urbanismo*. Traduzido por I. C. Oliván. Madrid: Siglo Veintiuno.

Castells, M., 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, A., 2002. *Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos para uma Reflexão sobre Espaços Públicos Urbanos*. In Cidades, Comunidades e Territórios, nº5, CET – ISCTE.

CEDRU, 1990. *Valorização de Lisboa*. Lisboa: VALIS.

Cesari, M., 1990. *El espacio de la ciudad. Colección de urbanismo*. Barcelona: Oikos-Tau.

Coelho, A., 2007. *Habitação Humanizada*. Lisboa: LNEC.

Coelho, B., Cabrita, A., 2003. *Habitação evolutiva e adaptável*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Colafranceschi, D., 2007. *Landscape + 100 palabras para habilarlo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Commission for Architecture and the Built Environment (CABE), 2008. *Civilised Streets*. Londres: Cabe Space.

Cruz, J., Costa, J., s.d. *Monumentalidade Visiense*. Viseu: Tipografia Beira Alta, Lda.

Cullen, G., 1974. *El paisaje Urbano. Tratado de Estética Urbanística*. Castelhana: Editorial Blume.

Daré, A. C. L., 2010. *Design Inclusivo: O impacto do ambiente doméstico no utilizador idoso*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Eurostat European Comission, 2011a. *Eurostat regional yearbook 2011*. Luxemburgo: Publications Office of European Union.

Ferrão, J., 2003. Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo. In: Portas, N., Domingues, A., Cabral, J., 2003. *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.218-225.

Ferreira, C., Gomes, C. S., 2012. A Cultura, o Turismo e as Políticas para as Cidades. In: Jacinto, R., ed., 2012. *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural: Recursos, Estratégias e Práticas*. Colecção Iberografias, Vol. 19, Lisboa: Âncora Editora, pp.25-47.

Figueiredo, D., 2007. *Cuidados familiares ao idoso dependente*. Lisboa, Climepsi Editores.

Fortes, A., et al., 2000. *Autonomia e acessibilidade: Fazer cidade para todos. Encontro Internacional – Lisboa, 4 e 5 de Dezembro de 2000*. Traduzido por Vici, V., et al., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Fortuna, C., 2002. *Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e as emergências de um novo paradigma sociológico*. Revista Crítica de Ciências Sociais.

Gehl, J., Gemzoe, L., 2002. *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Gustavo Gili.

Gehl, J., 2010. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Kobenhavn: The Danish Architectural Press.

Gonçalves, J., 2005. *Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Lisboa: UNL – FCSH.

Goitia, F., 1982. *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presenaça.

Goitia, F., 1992. *Breve História do Urbanismo*. Traduzido de Espanhol por E. Lima. Lisboa: Editorial Presença.

Goldsmith, S., 1997. *Designing for the Disabled: The New Paradigm*. Oxford: Architectural Press.

Goldsmith, S., 2000. *Universal Design: A Manual of Practical Guidance for Architects*. Oxford: Architectural Press.

Gomes, C. S., 2007. *Viver no Centro da Cidade: Práticas, Discursos e Representações sobre a Baixa de Coimbra*. Oficina nº280, Coimbra: Oficina do CES.

Gomes, C. S., 2008. *Imagens e narrativas da Coimbra turística: Entre a cidade real e a cidade (re)imaginada*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 83, pp.55-78.

Guerra, I., 2003. *Tensões do Urbanismo Quatidiano*. In: Portas, N., Domingues, A. (falta)

Hague, C. e Jenkins, P., 2005. *Place Identity. Participation and Planning*. Londres: Taylor & Francis Group.

Hall, S., 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Hamilton-Baillie, B., 2008. Shared Space: Reconciling People, Places and Traffic. In: Brand, R., ed., 2008. *People plus Technology. New Approaches to Sustainable Mobility*. Built Environment, Vol. 34, Nº 2. Oxon: Alexandrine Press, pp.161-181.

Hillier, B., Hanson, J., 1984. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University.

Holl, S., 2011. *Cuestiones de percepción: Fenomenologia de la arquitectura*. Traduzido por M.Oiente, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Indovina, F., 2002. *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*. In Cidades, Comunidades e Território, nº5, CET – ISCTE.

Imaginário, C. M. I., 2008. *O idoso dependente em contexto familiar*. Coimbra: FORMASAU.

Imrie, R., 2006. *Acessible Housing: Quality, Disability and Design*. Oxon: Routledge.

Jacobs, J., 2000. *The Death and Life of Great American Cities*. Londres: Pimlico.

Jencks, C., 1985. *Movimentos Modernos em Arquitectura*. Traduzido por J. M. Lima. Lisboa: Edições 70.

Kostof, S., 1992. *The city assembled. The elements of urban form throught history*. Londres: Thames & Hundson.

Lawson, B., 2001. *The Language of Space*. Oxford: Architectural Press.

Lefebvre, H., 2003. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Edição UFMG.

Leite, R. P., 2008. *Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 83, pp.35-54.

Leyens, J. P. ,Yzerbyt, V., 2004. *Psicologia Social*. Lisboa, Edições 70.

Lorzing, H., 2001. *The Nature of Landscape: a personal quest*. Roterdão: 010 Publishers.

Lynch, K., 1990. *A Imagem da Cidade*. Traduzido por M. C. T. Afonso, Lisboa: Edições 70.

Lynch, K., 1999. *A Boa Forma da Cidade*. Traduzido por J. M. C. A. Pinho, Lisboa: Edições 70.

Magalhães, M., 2001. *A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa.

Magnani, J., 2002. *De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 17(49), pp.11-29.

Menin, S., ed., 2003. *Constructing Place: Mind and Matter*. Londres: Routledge.

Monestiroli, A., 1993. *La arquitectura de la realidad*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

Munga, H., 2006. *Psicologia da Arquitectura*. Vila Nova de Gaia: Edições Gailivro.

Newman, P., Jennings, I., 2008. *Cities as Sustainable Ecossystems: Principles and Practices*. Washignton: Island Press.

Ngo, D., ed., 2002. *Louis I. Kahn: Conversa com estudantes*. Traduzido por A. D. Penna, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Norberg-Schulz, C., 1998. *Intenciones en Arquitectura*. Traduzido por J. S. Avia e F. G. F. Valderrama, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Norberg-Schulz, C., 2000. *Architecture: presence, language and place*. Traduzido por A. Shugaar, Milão: Skira.

Pallasmaa, J., 2005. *The Eyes of the Skin: Architecture and the Senses*. Chichester, Inglaterra: John Wiley & Sons Ltd.

Pallasmaa, J., 2007. Experience, Emotion and Thought: Artistic encounter and the emergence of meaning. In: Baldaisa, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Carólica Portuguesa, pp.101-105.

Pallasmaa, J., 2009a. *The Thinking Hand: Existential and Embodied Wisdom in Architecture*. Chichester, Inglaterra: John Wiley & Sons Ltd.

Pallasmaa, J., 2009b. Space, Place and Atmosphere: Periphercal perception in existencial experience. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Trought in From: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.13-21.

Pallasmaa, J., 2011a. The Touch of Light: Materiality and tactility of light. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.23-29.

Pallasmaa, J., 2011b. Landscapes of Architectural Education: Architecture, knowledge and existencial wisdom. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.31-39.

Pallasmaa, J., 2011c. Existencial and Aesthetic Space: The Dialectics of the Arts and Architecture. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.73-81.

Pallasmaa, J., 2011d. Lived Space in Architecture and Cinema. In: Baldaia, B., ed., 2012. *Thought in Form: ten essays on architecture*. Viseu: Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa, pp.83-93.

Papanek, V., 2003. *The Green Imperative: ecology and ethics in design and architecture*. London: Thames & Hudson.

Padral, S., et al., 1998. *Normas Urbanísticas, Desenho Urbano: Apreciação de Planos Perímetros Urbanos*. Lisboa: DGOTDU – UTL.

Peixoto, P., 2000. *Gestão estratégica das imagens das cidades: Análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 56, pp.99-122.

Pereira, N., et al., 2004. *Arquitectura e Cidadania*. Lisboa: Fundação Centro Cultural de Belém.

Pesavento, S. J., 2007. *Cidades Visíeis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias*. Revista Brasileira de História, 27(53), pp.11-23.

Pietromarchi, B., ed., 2005. *The (un)common place: art, public space and urban aesthetics in Europe*. Barcelona: Actar, Fondazione Adriano Olivetti.

Portas, N., Domingues, A., Cabral, J., 2003. *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N., Domigues, A., Cabral, J., 2007. Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N., et al., 2011. *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Purini, F., 2009. *Compor a Arquitectura*. Traduzido por M. D. Silva. Lisboa: ACD Editora.

Relph, E., 1987. *A Paisagem Urbana Moderna*. Traduzido por A. Carvalho. Lisboa: Edições 70.

Rémy, J., Voyé, L., 1994. *A cidade: Rumo a uma nova definição?*. Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, O., 1970. *Em Torno das Origens de Viseu*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos.

Rosa, M. J. V., 2012. *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rossi, A., 2001. *A Arquitectura da cidade*. Traduzido por J. C. Monteiro. Lisboa: Cosmos.

Rykwert, J., 2004. *A sedução do Lugar: A História e o Futuro da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

Santos, M., 2002. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), 2007. *Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agossto*. Porto: Inova.

Silva, T., 2000. *A produção social da identidade e da diferença*. Petrópolis: Vozes.

Silva, H., Santos, A., 2011b. *Souto de Moura*. Vila do Conde: Quidnovi.

Simmel, G., 2001. A metropole a vida do espírito. Traduzido por C. Fortuna. In: Fortuna, C., org., 2001. *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

Simões, J., F., Bispo, R., 2006. *Design Inclusivo: Acessibilidade e Usuabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. Lisboa: Centro Português de Design.

Simões, J. F. et al., 2009. *Uma casa para a vida: aplicação do design inclusivo à habitação*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P..

Siza, A., 1998. *Imaginar a Evidência*. Traduzido por S. da Costa, Lisboa: Edições 70.

Tainha, M., 2000. *A prática, a ética e a poética da arquitectura*. Lisboa: Câmara Municipal de Almada.

Sousa, J., s.d. *Viseu Cidade*. Viseu: Eden Gráfico, S. A..

Strecht, P., 2011. *Uma Certa Harmonia – Notas sobre arquitectura, urbanismo e saúde mental infanto-juvenil*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Távora, F., 2006. *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP publicações.

Teles, P., 2009. *Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades – Boas Práticas de Desenho Urbano e Design Inclusivo*. Porto: Instituto de Ciências e Vilas com Mobilidade.

Wirth, L., 2001. O urbanismo como modo de vida. Traduzido por V. C. Figueiredo. In: Fortuna, C., org., 2001. *Cidade , Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, pp.45-65.

Zeisel, J., 2006. *Inquiry by Design: Environment / Behavior / Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning*. Londres: W. W. Norton & Company.

Zevi, B., 1966. *Saber ver a arquitectura*. Traduzido de Italiano por M. Gaspar e G. Oliveira. Lisboa: Editorial Minerva.

Zumthor, P., 2005. *Pensar a arquitectura*. Traduzido por A. Grabow. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Zumthor, P., 2006a. *Atmosferas: Entornos arquitectónicos – As coisas que me rodeiam*. Traduzido por A. Grabow, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A..

Zumthor, P., 2006b. *Atmospheres – Architectural Environments – Surroundig Objects*. Basileia: Birkhauser.

Fontes electrónicas

Bins Ely, V. H. M., Dorneles, V. G., 2006. *Acessibilidade Espacial do idoso no Espaço livre Urbano*. [pdf] Disponível em: < http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/aberg o-26.pdf > [Consultado a 15 de Novembro de 2012].

Bins Ely, V. H. M., Dorneles, V. G., Júnior, O. A. W., Zoccoli, A., Souza, J. C., 2006. *Jardim Universal – Espaço Livre Público para Todos*. [pdf] Disponível em: < http://www.academia.edu/842415/JARDIM_UNIVERSAL_ESPACO_LIVRE_PUBLIC O_PARA_TODOS > [Consultado a 15 de Novembro de 2012].

Chau, F., et al., 2012. *O Envelhecimento da População: dependência, Ativação e Qualidade*. [pdf] Disponível em: < http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf > [Consultado a 18 de Agosto de 2013].

Christ, W., 2009. *Acess for All: Approaches to the Built Environment*. [online] Disponível em: < http://www.ebook3000.com/Access-for-All--Approaches-to-the-Built-Environment_34782.html > [Consultado a 18 de Outubro de 2012].

Commission for Architecture and the Built Environment (CABE), 2009. *Open Space Strategies: Best practice guidance*. [online] Disponível em: < http://www.designcouncil.org.uk/Documents/Publications/CABE/open-space-strategies.pdf > [Consultado a 9 de Agosto de 2013].

Commission for Architecture and the Built Environment (CABE), 2009. *Public space lessons: Designing and planning for play*. [online] Disponível em: < http://www.designcouncil.org.uk/Documents/Publications/CABE/designing-and-planning-for-play.pdf > [Consultado a 9 de Agosto de 2013].

Competitionline, 2003. *Neugestaltung der Platzflache am Sankt-Jacobs-Platz*. [online] Disponível em: < http://www.competitionline.com/en/posts/15844 > [Consultado a 13 de Setembro de 2013].

Chicago Department of Transportation (CDOT), 2013. *Argyle Strretscape: Public meeting*. [pdf] Disponível em: < http://48thward.org/wp-content/uploads/2013/07/7040.20130729.handout.pdf > [Consultado a 7 de Setembro de 2013].

Cidades e Turismo, 2012. *As cidades mais...qualquer coisa*. [online] Disponível em: < http://www.cidadesturismo.com/2012/02/as-cidades-mais-qualquer-coisa_05.html#more > [Consultado a 2 de Setembro de 2013].

Cidades e Turismo, 2012. *O Slow Movement e as Cidades Lentas*. [online] Disponível em: < http://www.cidadesturismo.com/2012/03/o-slow-movement-e-as-cidades-lentas.html#morehttp://gehlcitiesforpeople.dk/?blogsub=confirming > [Consultado a 2 de Setembro de 2013].

Cittaslow, 2011. [online] Disponível em: < http://www.cittaslow.org > [Consultado a 2 de Setembro de 2013].

Dorneles, V. G., Bins Ely, V. H. M., *Áreas Acessíveis para Idosos*. [pdf] Disponível em: < http://arqvanessadorneles.files.wordpress.com/2011/02/artigo-enepea- vanessa-dorneles-e-vera-helena-bins-ely.pdf > [Consultado a 15 de Novembro de 2012].

European Economy, 2012. *The 2012 Ageing Report: economic and budgetary projections for the 27 EU Members States (2010-2060)*. [pdf] Disponível em: < http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2012/pdf/ee-2012-2_en.pdf > [Consultado a 28 de Outubro de 2012].

Eurostat European Comission, 2012. *Active ageing and solidarity between generations: A statistical portrait of the European Union 2012*. [pdf] Disponível em: < http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-11-001/EN/KS-EP-11-001-EN.PDF > [Consultado a 4 de Setembro de 2013].

Eurostat European Comission, 2012. *European social statistics*. [pdf] Disponível em: < http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-FP-13-001/EN/KS-FP-13-001-EN.PDF > [Consultado a 4 de Setembro de 2013].

Eurostat European Comission, 2013. Accessibility and EU Policy. [online] Disponível em: < http://ec.europa.eu/justice/discrimination/disabilities/award/about-award/accessibility_en.htm > [Consultado a 26 de Agosto de 2013].

Ferreira, P., 2007. *Apropriação do espaço Urbano e as Políticas de Intervenção urbana e Habitacional no Centro de São Paulo*. [pdf] Disponível em: < http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/teses/ferreira_doutorado_apropriaurb.pdf > [Consultado a 14 de Setembro de 2013].

Fernandes, A., s.d. *Velhice, solidariedade familiares e política social*. [pdf] Disponível em: < http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n36/n36a02.pdf > [Consultado a 12 de Outubro de 2012].

Gehl, J., s.d. *Cities for People*. [online] Disponível em: < http://gehlcitiesforpeople.dk/?blogsub=confirming > [Consultado a 11 de Setembro de 2013].

Gospodini, A., 2002. *European cities and place-identity*. [pdf] Disponível em: <http://www.prd.uth.gr/research/DP/2002/uth-prd-dp-2002-02_en.pdf> [Consultado a 7 de Agosto de 2013].

Hanson, J., 2004. *The Inclusive City: delivering a more accessible urban environment though inclusive design*. [pdf] Disponível em: <http://discovery.ucl.ac.uk/3351/> [Consultado a 25 de Outubro de 2012].

HSC, s.d. *Human Scale Cities*. [online] Disponível em: < http://humanscalecities.tumblr.com > [Consultado a 9 de Setembro de 2013].

Human Scale City, s.d. *Economía sostenible y creativa*. [online] Disponível em: < http://humanscalecity.org
> [Consultado a 8 de Setembro de 2013].

INE, 2012. *Instituto Nacional de Estatística*. [online] Disponível em:< http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main> [Consultado a 30 de Janeiro de 2013].

Institute for Transportation & Development Policy (ITDP), 2011. *Better streets, better cities: A guide to street design in urban India*. [pdf] Disponível em: < http://www.itdp.org/documents/BetterStreets111221.pdf > [Consultado a 6 de Setembro de 2013].

Leitão, J., 2010. *(Des)igualdades, Envelhecimento e Saúde. Um avanço civilizacional*. [pdf] Disponível em: < http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/643/1/Desigualdades,%20envelhecimento%20e%20saúde.pdf > [Consultado a 11 de Outubro de 2012].

Martins, R., 2006. Envelhecimento e Políticas Sociais. [pdf] Disponível em: < http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/408/1/Envelhecimento_e_pol%C3%ADticas_sociais.pdf > [Consultado a 11 de Outubro de 2012].

Martins, R., Santos, A., 2008. *Ser idoso hoje*. [pdf] Disponível em: < http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/358/1/Ser_idoso_hoje.pdf > [Consultado a 11 de Outubro de 2012].

Milheiro, A., et al., 2009. *Habitar em Colectivo: Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*. [pdf] Disponível em: < http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Pdf/catalogo_habitar_em_colectivo.pdf > [Consultado a 28 de Setembro de 2013].

Montenegro, D., et al., 2009. *Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações*. [pdf] Disponível em: < http://www.maragabrilli.com.br/files/GUIA_DE_ACESSIBILIDADE_CEARA.pdf > [Consultado a 12 de Agosto de 2013].

Município de Viseu, s.d. *Conhecer Viseu: História*. [online] Disponível em: < http://www.cm-viseu.pt/index.php/historia > [Consultado a 15 de Setembro de 2013].

NACTO, 2012. *Urban Street Design Guide*. [pdf] Disponível em: < http://www.nyc.gov/html/dot/downloads/pdf/2012-nacto-urban-street-design-guide.pdf > [Consultado a 9 de Setembro de 2013].

Oliveira, A. S. D. A., Bins Ely, V. H. M., 2006. *Avaliação das condições de acessibilidade Espacial em Centro Cultural: estudo de casos*. [pdf] Disponível em: < http://www.mp.pe.gov.br/uploads/G98h3qm8ElWoQjQr8stazw/8qvD-41Qpv3Ww- 3EnJN-Sg/ACESSIBILIDADE_FUNDAMENTAO_TERICA.pdf> [Consultado a 16 de Novembro de 2012].

Oliveira, M., et al., 2010. *Mobilidade Urbana e Sustentabilidade*. [pdf] Disponível em: < http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT11-236-949-20100904103333.pdf > [Consultado a 5 de Agosto de 2013].

Organização das Nações Unidas, 2010. *World Population Prospects – The 2010 Revision*. [pdf] Disponível em: < http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/WPP2010_Highlights.pdf > [Consultado a 17 de Janeiro de 2013].

Organização das Nações Unidas, 2011. *World Urbanization Prospects – The 2011 Revision*. [pdf] Disponível em: < http://esa.un.org/unup/pdf/WUP2011_Highlights.pdf > [Consultado a 17 de Janeiro de 2013].

Pedestrian Enviroments & Shared Streets, s.d. [pdf] Disponível em: < http://www.ci.berkeley.ca.us/uploadedFiles/Planning_and_Development/Level_3_-_DAP/Chapter%205%20Pedestrian%20Environments%20and%20Shared%20Streets.pdf > [Consultado a 9 de Setembro de 2013].

Pereira, N., Martins, M., s.d. Os Blocos de Habitação Colectiva. [online] Disponível em: < http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/01/os-bairros-sociais-no-porto-iv.html > [Consultado a 28 de Setembro de 2013].

Peixoto, N., 2003. *Paisagens Urbanas*. [e-book] São Paulo: Editora Senac. Dispoínvel através de: Google Books website <http://books.google.com/books?hl=pt-PT&Ir=&id=z7xG6XSmgl8C&oi=fnd&pg=PA5&dq=PAISAGEM+URBANA&ots=ANOiUekkWp&sig=6IO4-EgzyusSix3Fjouw=DBeS4#v=onepage&q=PAISAGEM%20URBANA%f=false>
[Consultado a 13 de Agosto de 2013].

Pinto, A., 2006. *Reflexão sobre o envelhecimento em Portugal*. [pdf] Disponível em: < https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20268/1/Reflexão%20sobre%20o%20envelhecimento%20em%20Portugal%28Geriatrics%20EdPort%202006%29.pdf > [Consultado a 1 de Fevereiro de 2013].

Planetizen, 2000. *Streets Are For People, Not (Just) Cars*. [online] Disponível em: < http://www.planetizen.com/taxonomy/term/10227
> [Consultado a 11 de Setembro de 2013].

Portal Cidade Viseu, s.d. *Viseu*. [online] Disponível em: < http://www.cidadeviseu.com/viseu > [Consultado a 15 de Setembro de 2013].

Público, 2012. *Deco elege Viseu pela segunda vez como a melhor cidade para se viver*. [online] Disponível em: < http://www.publico.pt/local/noticia/deco-elege-viseu-pela-segunda-vez-como-a-melhor-cidade-para-viver--1552224
> [Consultado a 16 de Setembro de 2013].

Quimby, A., Castle, J., 2006. *A Rewiew of Simplified Streetscape Schemes*. [pdf] Disponível em: < http://www.tfl.gov.uk/assets/downloads/review-of-simplified-streetscape-schemes.pdf > [Consultado a 8 de Setembro de 2013].

Ribas, I., Pontes, M., 2010. *Percepção dos idosos sobre episódios de discriminação social*. [pdf] Disponível em: < http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2981/3/144-154.pdf > [Consultado a 11 de Outubro de 2012].

Sfbettertreets, 2012. Shared Public Ways. [online] Disponível em: < http://www.sfbetterstreets.org/design-guidelines/street-types/shared-public-ways/ > [Consultado a 11 de Setembro de 2013].

Silva, M., 2012. *O Espaço Público na Relação com Equipamentos Culturais*. [pdf] Disponível em: < https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/1108936/1/Espaco%20publico%20na%20relacao%20com%20Equipamentos%20Urbanos%20-%20Mariana%20Silva.pdf > [Consultado a 31 de Agosto de 2013].

Simões, J., et al., 2010. *Uma casa para vida: aplicação do design inclusivo à habitação*. [online] Disponível em: < http://www.inr.pt/content/1/1138/manual-uma-casa-para-vida-aplicacao-do-design-inclusivo-habitacao > [Consultado a 20 de Abril de 2013].

Slow Movement Portugal, 2012. *Movimento Slow*. [online] Disponível em: < http://www.slowmovementportugal.com/movimento-slow/ > [Consultado a 2 de Setembro de 2013].

Smith, G., and Partners, 2009. *Complete Streets design Guidelines*. [pdf] Disponível em: < http://www.tdot.state.tn.us/bikeped/CompleteStreets.pdf > [Consultado a 7 de Setembro de 2013].

Streets for Living: Planning and Best Practices in Street design, s.d. [pdf] Disponível em: < http://www.nelsonnygaard.com/Documents/Reports/SantaMonica-LivingStreets.pdf > [Consultado a 8 de Setembro de 2013].

Universal Streets, 2006. [pdf] Disponível em: < https://www.ebbc.org/?q=system/files/blog_files/node_7425_user_51_Universal%20Streets.pdf > [Consultado a 7 de Setembro de 2013].

U.S. Deparment of Transportation, 2010. *Evaluation of Shared Lane Markings*. [pdf] Disponível em: < http://www.fhwa.dot.gov/publications/research/safety/pedbike/10041/10041.pdf > [Consultado a 10 de Setembro de 2013].

Bibliografia de imagens

Bing Maps, 2013. [imagem on-line] Disponível em: < http://www.bing.com/maps/#Y3A9NDAuNjU0OTk0fi03LjkxMzk0NSZsdmw9MTUmc3R5PWEmdG09JTdCJTIyV2VsY29tZVBhbmVsVGFzayUyNCUyNDAlMjIlM0FudWxsJTdE > [Consultado 25 de Agosto de 2013].

Europaconcorsi, 2012. [imagem on-line] Disponível em: < http://europaconcorsi.com/projects/193690-Viviendas-Can-Travi- > [Consultado a 28 de Setembro de 2013].

Eurostat, 2012. [imagem on-line] Disponível em: < http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-11-001/EN/KS-EP-11-001-EN.PDF > [Consultado a 12 de Setembro de 2013].

Fairkehr, 2012. [imagem on-line] Disponível em: < http://www.fairkehr.net/main/galerie > [Consultado a 21 de Setembro de 2013].

Portugalfotografiaaerea, 2011. [imagem on-line] Disponível em: < http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2011/10/viseu.html > [Consultado a 4 de Novembro de 2012].

Tenreiro, P., 2009. [imagem on-line] Disponível em: < http://www.panoramio.com/photo/17882033 > [Consultado a 28 de Setembro de 2013].

INE, 2009. [imagem on-line] Disponível em: < http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=65944632&PUBLICACOEStema=00&PUBLICACOESmodo=2 > [Consultado a 12 de Setembro de 2013].

INE, 2011. [imagem on-line] Disponível em: < http://esa.un.org/unpd/wup/index.html > [Consultado a 16 de Janeiro de 2013].

Índice de figuras

12 **Fig. 1** Quadro evolutivo da população urbana, rural e total, 1950-2050.

12 **Fig. 2** Evolução da população urbana e rural no mundo, 1950-2050.

43 **Fig. 3** Gráfico evolutivo do envelhecimento (1990 e 2010); valores percentuais (%).

43 **Fig. 4** Gráfico de pessoas com idades superiores ou iguais a 65 anos; valores percentuais (%).

48 **Fig. 5** Estrutura etária da população em Portugal, por sexo (2001 e 2011).

48 **Fig. 6** Estrutura etária da população em Portugal, por sexo (2001 e 2011).

49 **Fig. 7** Projecção para a população residente em Portugal, por idade (2010).

49 **Fig. 8** Projecção para a população residente em Portugal, por idade (2060).

69 **Fig. 9** Enquadramento geral sobre a cidade de Viseu.

69 **Fig. 10** Enquadramento geral sobre a cidade de Viseu

71 **Fig. 11** Vista aérea sobre a área de intervenção.

72-73 **Fig. 12** Panorâmicas da área de intervenção.

72-73 **Fig. 13** Panorâmicas da área de intervenção.

76 **Fig. 14** Pontos de conflito.

76 **Fig. 15** Intenções de intervenção.

76 **Fig. 16** Fluxos pedonais.

76 **Fig. 17** Hierarquia viária.

77 **Fig. 18** Planta de usos.

77 **Fig. 19** Estado de conservação dos edifícios.

77 **Fig. 20** Espaço público.

77 **Fig. 21** Número de pisos.

78 **Fig. 22** Espaços verdes.

78 **Fig. 23** Vegetação.

78 **Fig. 24** Iluminação.

78 **Fig. 25** PDM.

89 **Fig. 26** Processo de desenvolvimento da proposta: *testing*.

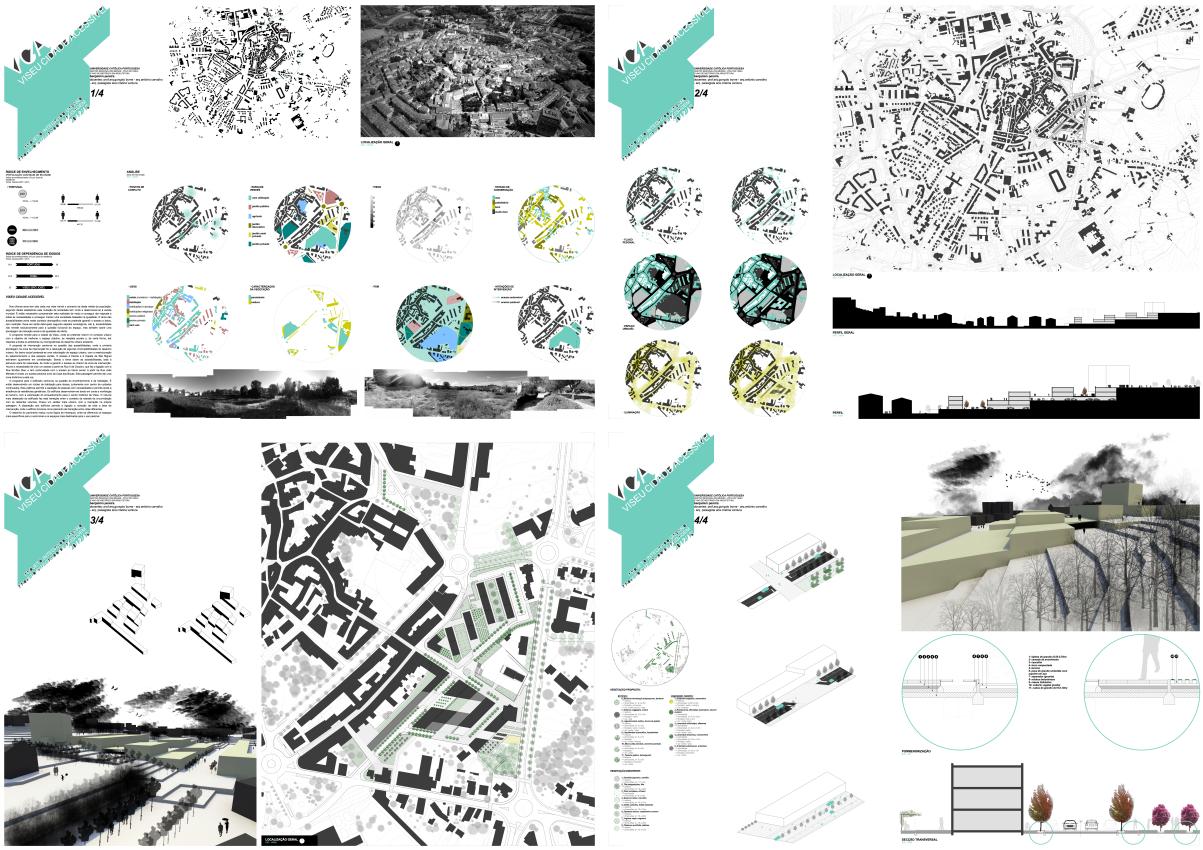
90 **Fig. 27** Processo de desenvolvimento da proposta: *Presenting*.

95 **Fig. 28** Enquadramento geral da proposta urbana na cidade de Viseu.

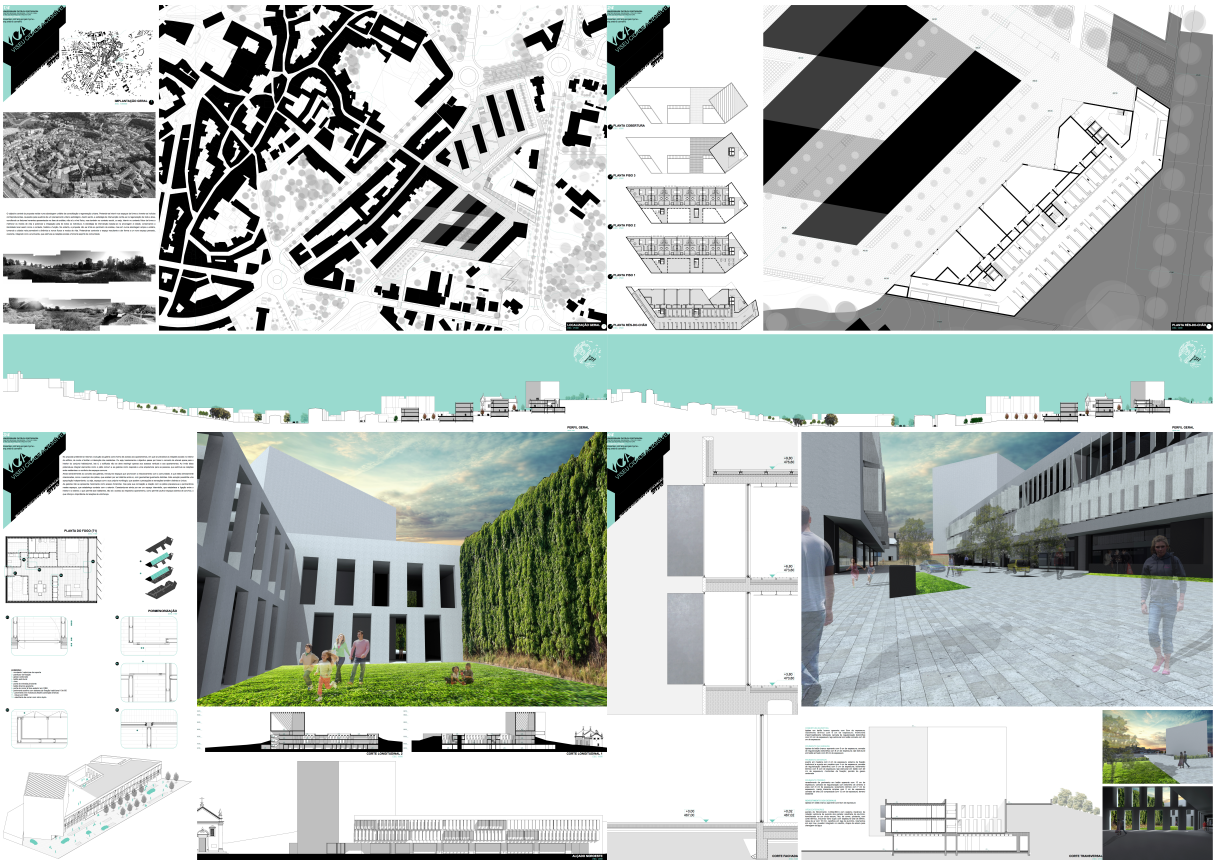
96-97 **Fig. 29** Implantação geral da proposta urbana.

101 **Fig. 30** Desenhos de estudo da proposta: *drawing*.
105 **Fig. 31** Sankt-Jacobs Platz, Munique - Arquitecto Thomas von Thaden.
105 **Fig. 32** Sankt-Jacobs Platz, Munique - Arquitecto Thomas von Thaden.
106 **Fig. 33** Fairkehtes Fest – Bluhende Straße, Salzburg, Áustria.
106 **Fig. 34** Fairkehtes Fest – Bluhende Straße, Salzburg, Áustria.
110-111 **Fig. 35** Perfil geral da proposta, representativo dos vários níveis do terreno, enquadramento com o centro histórico.
110-111 **Fig. 36** Perfil geral da proposta, representativo dos vários níveis do terreno, enquadramento com o centro histórico.
115 **Fig. 37** Bloco das Águas Livres, Lisboa – Nuno Teotónio Pereira e bartolomeu da Costa Cabral.
115 **Fig. 38** Bloco das Águas Livres, Lisboa – Nuno Teotónio Pereira e bartolomeu da Costa Cabral.
116 **Fig. 39** Viviendas Can Trevi, Barcelona – GRND82.
116 **Fig. 40** Viviendas Can Trevi, Barcelona – GRND82.
120 **Fig. 41** Representação dos espaços da galeria e do pátio comum.
120 **Fig. 42** Representação dos espaços da galeria e do pátio comum.
124-125 **Fig. 43** Axonometria isométrica da proposta do espaço urbano (*shared space*) e do edifício.
127 **Fig. 44** Corte construtivo da fachada.
130-131 **Fig. 45** Alçado Noroeste do edifício proposto.
132-133 **Fig. 46** Corte longitudinal do edifício proposto.
135 **Fig. 47** Planta do Piso 0.
136 **Fig. 48** Planta do Piso 1.
137 **Fig. 49** Planta do Piso 2.
138 **Fig. 50** Planta do Piso 3.
139 **Fig. 51** Planta do Piso da Cobertura.
140-141 **Fig. 52** Imagem exterior do edifício e do espaço partilhado.

ANEXOS 1: painéis finais de apresentação



ANEXOS 1: painéis finais de apresentação



VCA VISEU CIDADE ACESSÍVEL

PROJETO INTEGRADO DE URBANISMO
PROJETO INTEGRADO DE PAISAGEM
2012/13

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - PÓLO DE VISEU
2º ANO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
benjamim pereira
docentes: prof.arq.gonçalo byrne - arq.antónio carvalho
- arq. paisagista ana cristina ventura

1/4

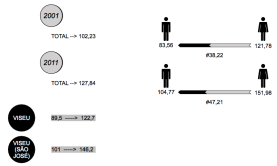




LOCALIZAÇÃO GERAL
ESC. 1/10000

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO
(POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS)
índice de envelhecimento (nº) por local de residência
Fonte: Censos 2001 / 2011

- **PORTUGAL**



ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS
Índice de envelhecimento (nº) por local de residência
Fonte: Censos 2001 / 2011



VISEU CIDADE ACESSÍVEL

Nos últimos anos tem sido cada vez mais visível o aumento da idade média da população, segundo dados estatísticos esta mutação da sociedade tem vindo a desenvolver-se à escala mundial. É então necessário compreender esta realidade de modo a conseguir dar resposta a todas as necessidades e conseguir manter uma sociedade baseada na igualdade. O tema das acessibilidades entra neste contexto demográfico onde se pretende garantir o acesso a todos, sem restrição. Deve ser ainda debruçado segundo aspetos sociológicos, isto é, acessibilidade não remete exclusivamente para a questão funcional do espaço, mas também sobre uma abordagem de interação social e de igualdade de oferta.

O programa remete para a cidade de Viseu, onde se pretende intervir no contexto urbano com o objetivo de melhorar o espaço citadino, as relações sociais e, de certa forma, dar resposta a todos os problemas ou incongruências do desenho urbano existente.

A proposta de intervenção centra-se na questão das acessibilidades, onde a primeira abordagem na zona de intervenção foi a resolução de algumas incompatibilidades do desenho urbano. No bairro social pretende-se uma valorização do espaço urbano, com a reestruturação do estacionamento e dos espaços verdes. O acesso à Escola e à Capela de São Miguel estiverem igualmente em consideração. Sendo o tema sobre as acessibilidades, toda a estrutura viária foi repensada, de modo a garantir o acesso ao interior da zona de intervenção. Houve a necessidade de criar um acesso a partir da Rua 5 de Outubro, que faz a ligação com a Rua Simões Dias, e tem continuidade com o acesso ao bairro social. A partir da Rua João Mendes é criado um acesso pedonal junto da Casa das Bocas. Esta passagem permite dar uma nova dinâmica a esta rua.

O programa para o edificado centra-se na questão do envelhecimento e da habitação. É então desenvolvido um núcleo de habitação para idosos, juntamente com centro de cuidados continuados. Esta valência permite a captação de pessoas com necessidades e permite ainda a existência de residências geriátricas. Os edifícios desenvolvem-se tendo em conta a morfologia do terreno, com a valorização do enquadramento para o centro histórico de Viseu. O volume mais destacado do edificado faz esta transição entre o contexto da estrada da circunvalação com os restantes volumes. Possui um caráter mais urbano, com a marcação na própria paisagem. A disposição dos edifícios permite a ligação e convexão de toda a área de intervenção, onde o edifício funciona como elemento de transição entre cotas diferentes.

O desenho do pavimento traduz numa lógica de hierarquia, onde se diferencia os espaços mais específicos para o automóvel e os espaços mais destinados para o uso pedonal.

ANÁLISE
Zona de intervenção
ESC. 1/5000

- **PONTOS DE CONFLITO**



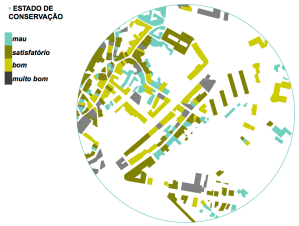
- **ESPAÇOS VERDES**



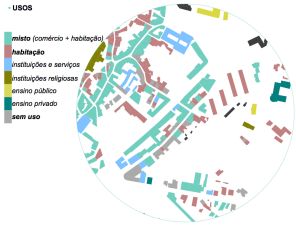
- **PISOS**



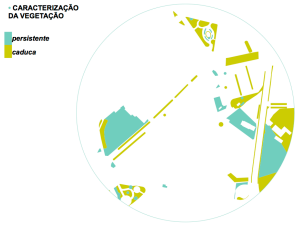
- **ESTADO DE CONSERVAÇÃO**



- **USOS**



- **CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO**



- **PDM**



- **INTENÇÕES DE INTERVENÇÃO**





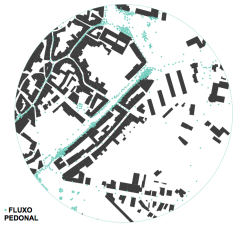


VCA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - PÓLO DE VISEU
2º ANO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
benjamim pereira
docentes: prof.arq.gonçalo byrne - arq.antónio carvalho
- arq. paisagista ana cristina ventura

2/4

PROJETO INTEGRADO URBANO
PROJETO INTEGRADO DE PAISAGEM
10/11



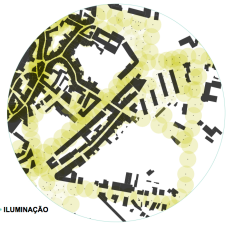
- FLUXO PEDONAL



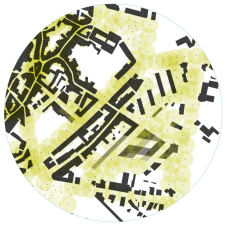


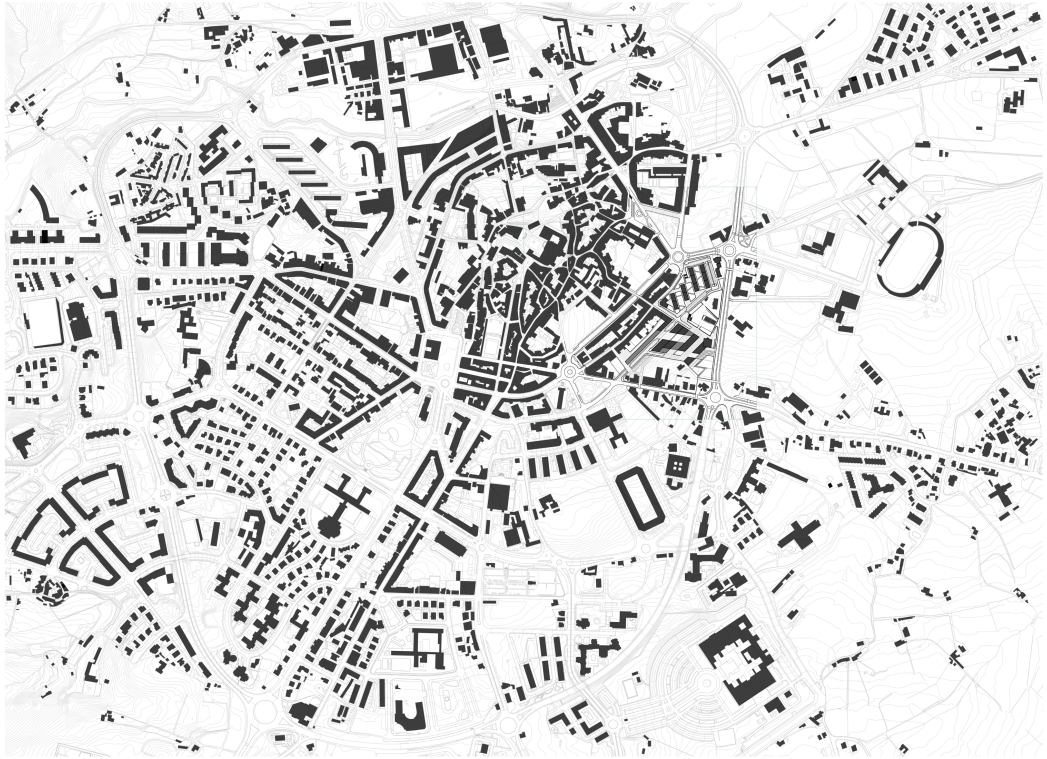
- ESPAÇO URBANO





- ILUMINAÇÃO

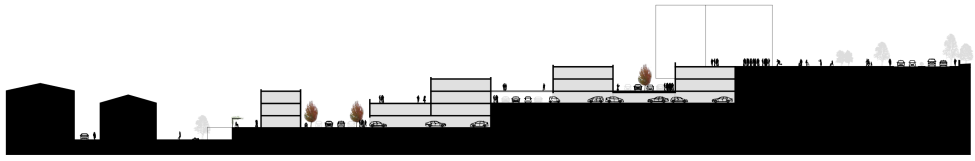




LOCALIZAÇÃO GERAL
ESC. 1/5000



PERFIL GERAL
ESC. 1/500



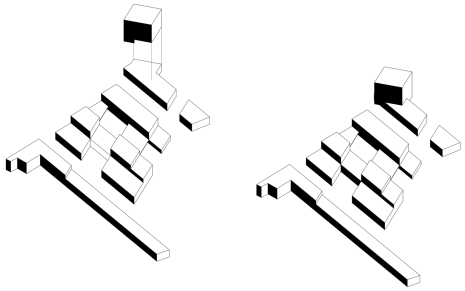
PERFIL
ESC. 1/500

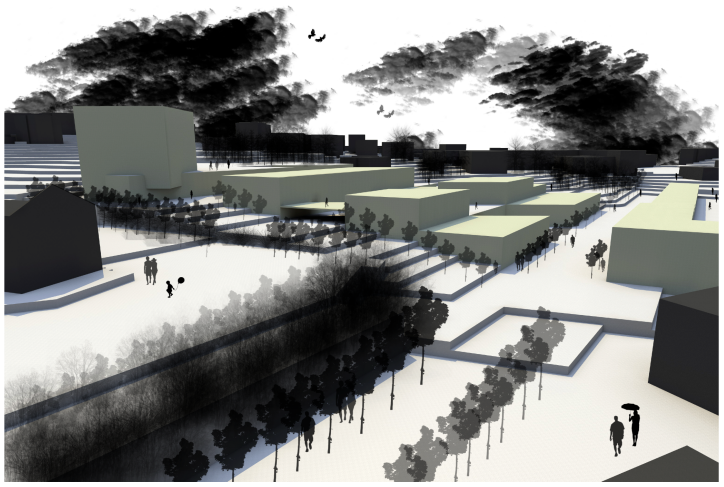
VCA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - PÓLO DE VISEU
2º ANO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
benjamim pereira
docentes: prof.arq.gonçalo byrne - arq.antónio carvalho
- arq. paisagista ana cristina ventura

3/4

PROJETO INTEGRADO URBANO
PROJETO INTEGRADO DE PAISAGEM
2012/13





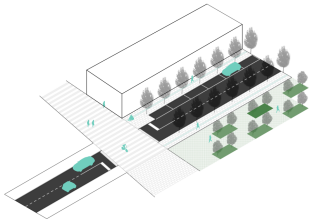


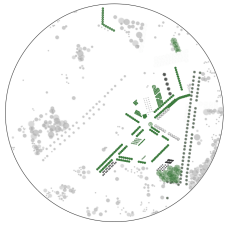
VCA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

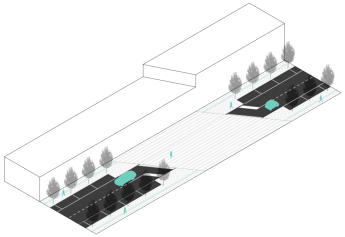
PROJETO INTEGRADO URBANO
PROJETO INTEGRADO DE PAISAGEM
2012/13

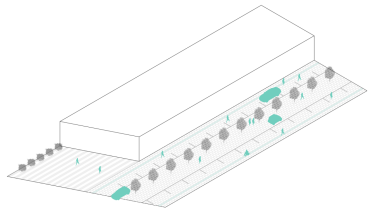
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - PÓLO DE VISEU
2º ANO DE MESTRADO EM ARQUITETURA
benjamim pereira
docentes: prof.arq.gonçalo byrne - arq.antónio carvalho
- arq. paisagista ana cristina ventura

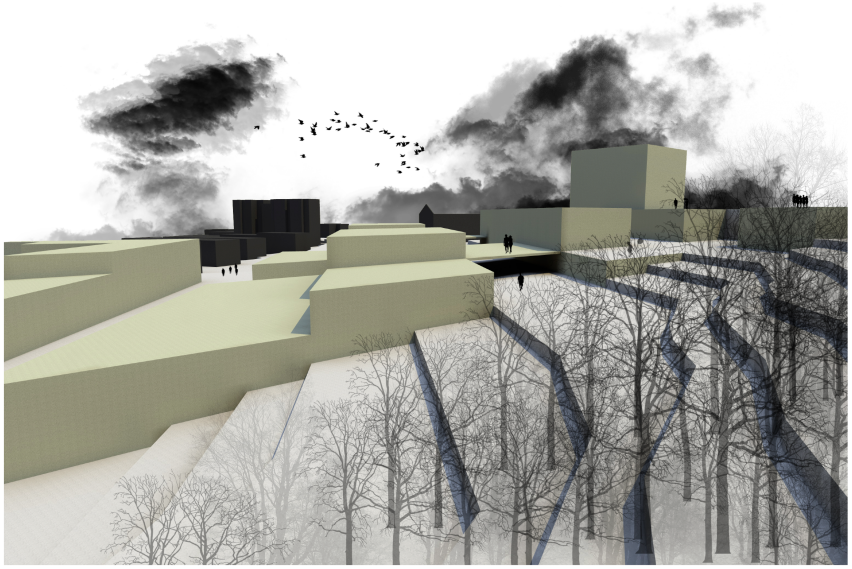
4/4

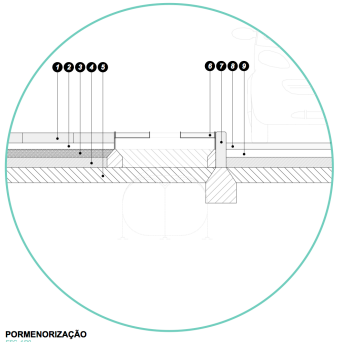




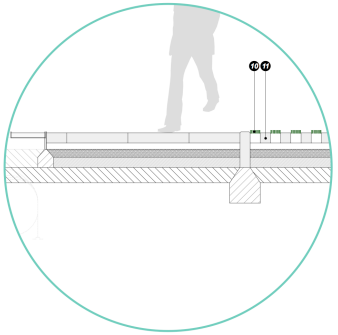




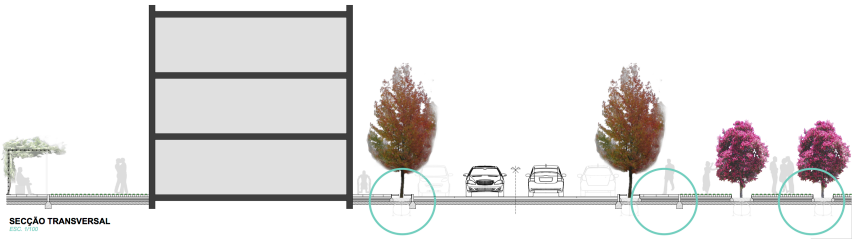




1- lajetas de granito (0,50.0,70m)
2- camada de enchimento
3- cascalho
4- terra compactada
5- terreno
6- peça de granito embutida num suporte em aço
7- separador (granito)
8- mistura betuminosa
9- massa hidráulica
10- coberto vegetal (prado)
11- cubos de granito (0,10.0,10m)



PORMENORIZAÇÃO
ESC. 1/20



SECÇÃO TRANSVERSAL
ESC. 1/100

VEGETAÇÃO PROPOSTA:

árvores:

6_Berberis thunbergii atropurpurea, berberis
--> caduca
--> dimensões: d= 2 a 2,5m
--> floração: primavera
--> cor: verde escuro / rosa

7_Cotinus coggygria, cotino
--> caduca
--> dimensões: d= 2,5 a 3m
--> floração: verde
--> cor: rosa

8_Lagerstroemia indica, árvore de júpiter
--> caduca
--> dimensões: d= 2 a 3m
--> floração: verde / outono
--> cor: verde / rosa

9_Liquidambar styraciflua, liquidambar
--> caduca
--> dimensões: d= 5 a 7m
--> floração:
--> cor: verde / laranja

10_Salix alba pendula, amoreira pendula
--> caduca
--> dimensões: d= 6 a 8m
--> floração: -
--> cor: verde

11_Tamarix gallica, tamargueira
--> caduca
--> dimensões: d= 2 a 3m
--> floração: primavera
--> cor: verde

vegetação rasteira:

1_Gladiolus segetum, sementeira
--> caduca
--> dimensões: 0,05 a 0,2m
--> floração: verão / outubro
--> cor: amarelo

2_Rosmarinus officinallys postratum, alecrim rasteiro
--> persistente
--> dimensões: d= 0,5 a 0,8m
--> floração: todo o ano
--> cor: verde cinza

3_Lavandula officinallys, alfazema
--> persistente
--> dimensões: d= 0,8 a 1,2m
--> floração: verão
--> cor: verde / rosa

4_Lavandula stoechas, rosmaninho
--> persistente
--> dimensões: d= 0,8 a 1,2m
--> floração: verão
--> cor: verde / rosa

5_Artemisia arborescen, artemisia
--> persistente
--> dimensões: d= 0,6 a 1m
--> floração: primavera
--> cor: verde

VEGETAÇÃO EXISTENTE:

1_Camellia japonica, camélia
--> caduca
--> dimensões: d= 1 a 1,5m

2_Tilia platyphyllos, tilia
--> caduca
--> dimensões: d= 15 a 20m

3_Cleo europaea, oliveira
--> persistente
--> dimensões: d= 6 a 10m

4_Quercus robur, carvalho
--> caduca
--> dimensões: d= 10 a 12m

5_Celtis australis, ínclão bastardo
--> caduca
--> dimensões: d= 10 a 15m

6_Castanea sativa, castanheiro comum
--> caduca
--> dimensões: d= 15 a 20m

7_Juglans regia, nogueira
--> caduca
--> dimensões: d= 15 a 20m

8_Platanus acerifolia, plátano
--> caduca
--> dimensões: d= 10 a 15m

1/4

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - POLO DE VISEU
2º MESTRADO MESTRADO EM ARQUITETURA

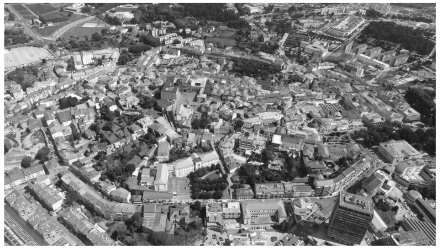
docentes: prof.arq.gonçalo byrne -
arq.antônio carvalho

VCA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

PROJECTO INTEGRADO DE PENSAMENTO



IMPLANTAÇÃO GERAL
ESC. 1/20000



O objectivo central da proposta reside numa abordagem unitária da consolidação e regeneração urbana. Pretende-se intervir nos espaços de forma a inverter os indícios contraproducentes, causados pela ausência de um planeamento urbano estratégico. Assim sendo, a estratégia de intervenção centra-se na regeneração de toda a área, conciliando os factores inerentes apresentados na fase de análise, não só a nível físico, mas também no contexto social, ou seja, intervir no contexto físico de forma a melhorar os modos de vida e potenciar a integração pela de todos os indivíduos. A estratégia de intervenção baseia-se na ancoragem à cidade, conservando a identidade local assim como o contexto, história e função. No entanto, a proposta não se limita ao perímetro da análise, mas sim numa abordagem ampla e unitária, tornando a cidade mais permeável e dinâmica a novos fluxos e modos de vida. Pretende-se contrariar o espaço resultante e dar forma a um novo espaço pensado, coerente, integrado com a envolvente, que estimule as relações sociais e fomente espírito de comunidade.



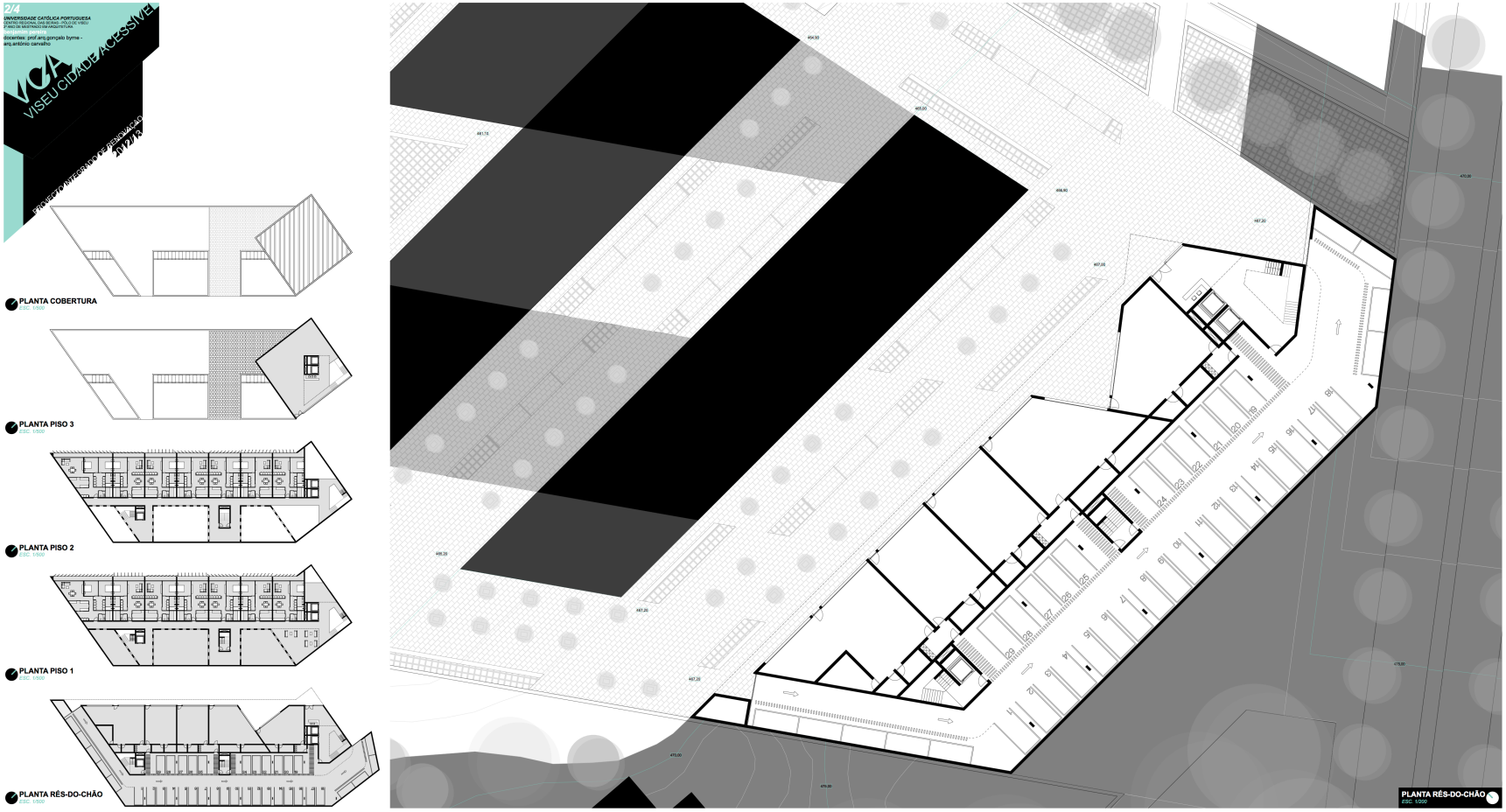




LOCALIZAÇÃO GERAL
ESC. 1/1000



PERFIL GERAL
sem esc.


VCA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL
PLANTA COBERTURA
PLANTA PISO 3
PLANTA PISO 2
PLANTA PISO 1
PLANTA RÉS-DO-CHÃO
PLANTA RÉS-DO-CHÃO


PERFIL GERAL

3/4

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - POLO DE VISEU
2º MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

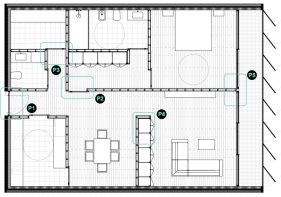
docentes: prof.arq.gonçalo byrne -
arq.antónio carvalho

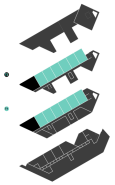
VIGA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

PROJETO INTEGRADO DE PROGRAMAÇÃO ARQUITETÓNICA

Na proposta pretende-se retomar a solução da galeria como forma de acesso aos apartamentos, em que se prevalece as relações sociais no interior do edifício, de modo a facilitar a interacção dos residentes. Ou seja, basicamente o objectivo passa por trazer o conceito de shared space para o interior do conjunto habitacional, isto é, o edifício não se deve restringir apenas aos acessos verticais e aos apartamentos. Ao invés disso pretende-se integrar elementos como o pátio comum e as galerias como resposta a uma arquitectura para as pessoas, que estimule as relações entre residentes e o conforto dos espaços comuns.
Ainda semelhante ao conceito das galerias, introduz-se espaços que promovem o relacionamento com a comunidade, e que estão directamente relacionadas, como o exemplo dos pátios, que acabam por ser distintos entre si, com geometrias igualmente distintas. Esta solução possibilita uma apropriação independente, ou seja, espaços com a sua própria morfologia, que apelam a percepções e sensações também distintos e únicos.
As galerias não se apresenta meramente como acesso horizontal, mas pela sua concepção e relação com os pátios prevalece-se a permanência nestes espaços, que estabeleça contacto com o exterior. Caracteriza-se ainda por ser um espaço intermédio, que estabelece a ligação entre o interior e o exterior, o que permite aos habitantes, não só o acesso ao respectivo apartamento, como permite usufruir espaços abertos de convívio, o que reforça a importância de relações de vizinhança.

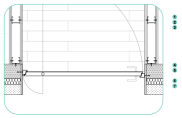
PLANTA DO FOGO (T1)
ESC. 1/50





PORMENORIZAÇÃO
ESC. 1/20

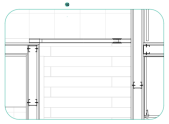
P1



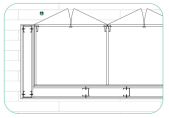
P2



P3



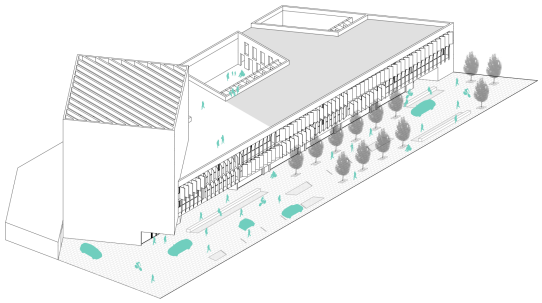
P4



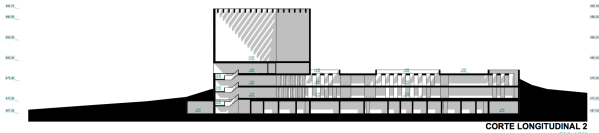
P5



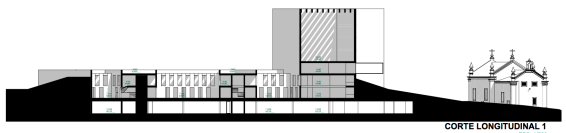
LEGENDA:
1- montante / estrutura de suporte
2- perafuso de fixação
3- gesso cartonado
4- OSB estrutural
5- vidro
6- porta de entrada pivotante
7- betão branco aparente
8- porta de correr à face exterior em OSB
9- pavimento soalho com sistema de fixação tradicional 10x100
12- pavimento em mosaicos 25x25 (coloração branca)
11- móvel em OSB
12- caixilharia de correr com vidro duplo







CORTE LONGITUDINAL 2
ESC. 1/500



CORTE LONGITUDINAL 1
ESC. 1/500



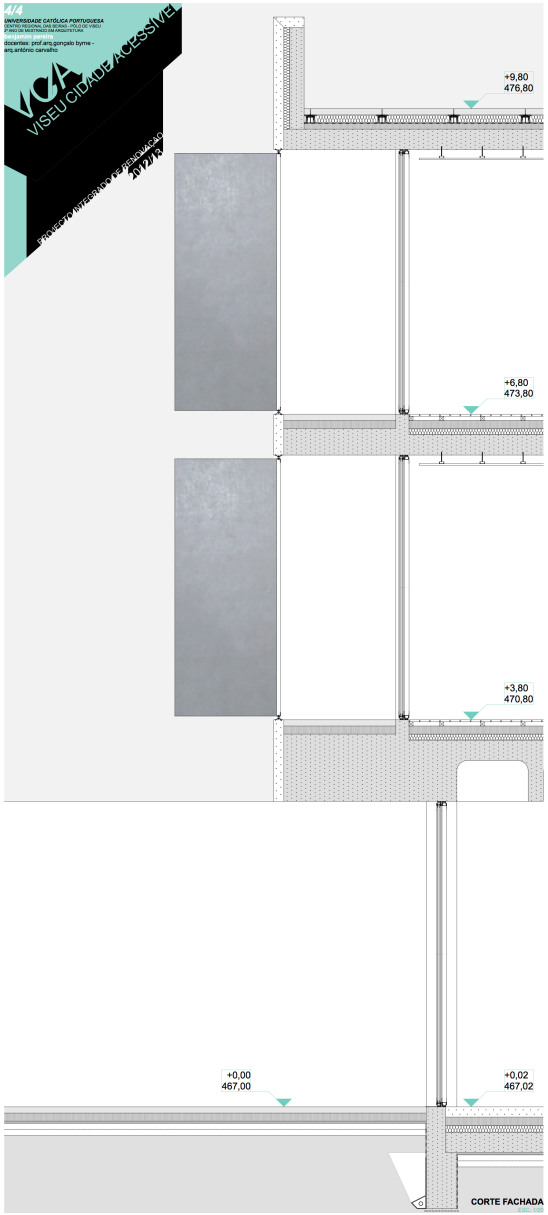
ALÇADO NOROESTE
ESC. 1/200

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS - POLO DE VISEU
2º MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

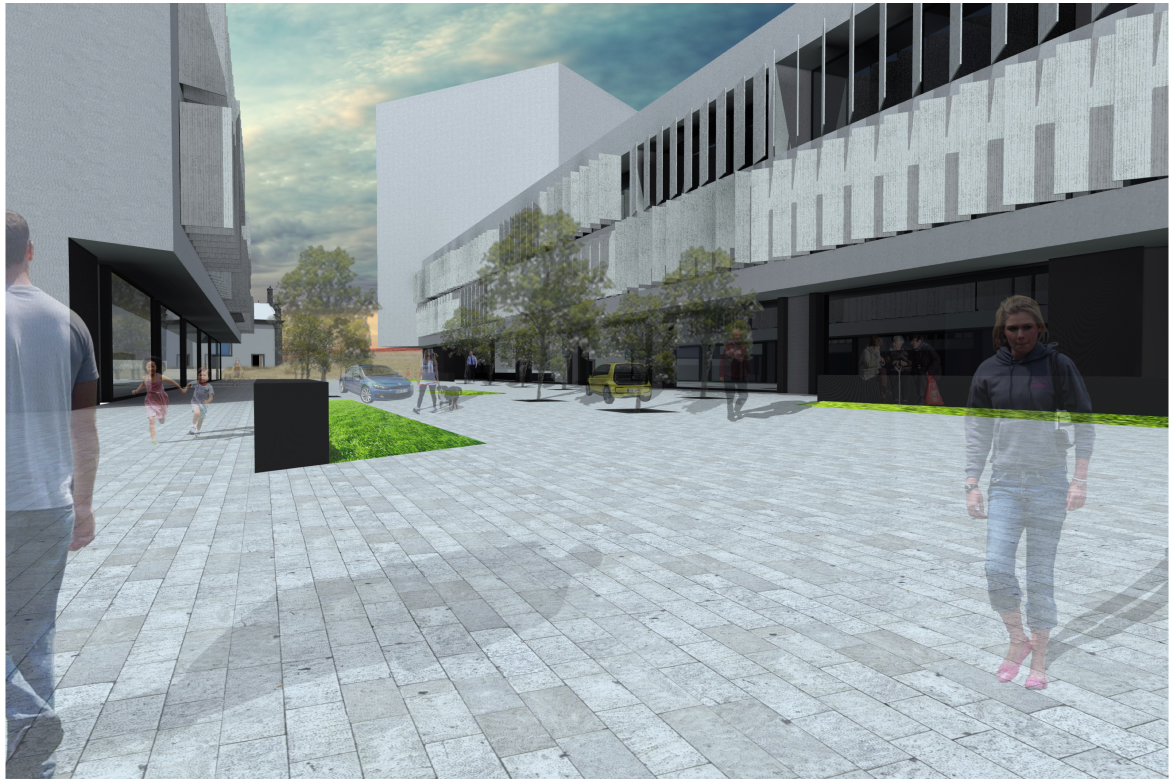
docentes: prof.arq.gonçalo byrne -
arq.antónio carvalho

VIGA
VISEU CIDADE ACESSÍVEL

PROJETO INTEGRADO DE PROGRAMAÇÃO
2017/18



CORTE FACHADA
escala 1:100



COBERTURA INVERTIDA
lajetas em betão branco aparente com 6cm de espessura; isolamento térmico com 8 cm de espessura; membrana impermeabilizante reforçada; camada de regularização (betonilha) com 5,5 cm de espessura; laje estrutural em betão armado com 20 cm de espessura

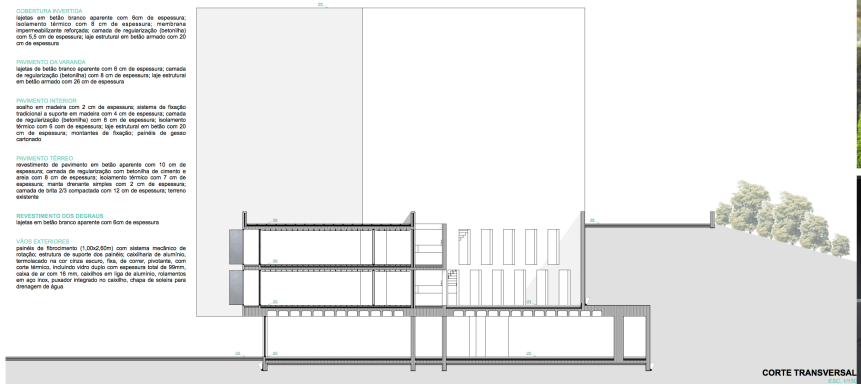
PAVIMENTO DA VARANDA
lajetas de betão branco aparente com 6 cm de espessura; camada de regularização (betonilha) com 8 cm de espessura; laje estrutural em betão armado com 26 cm de espessura

PAVIMENTO INTERIOR
soalho em madeira com 2 cm de espessura; sistema de fixação tradicional a suporte em madeira com 4 cm de espessura; camada de regularização (betonilha) com 6 cm de espessura; isolamento térmico com 6 cm de espessura; laje estrutural em betão com 20 cm de espessura; montantes de fixação; painéis de gesso cartonado

PAVIMENTO TÉRREO
revestimento de pavimento em betão aparente com 10 cm de espessura; camada de regularização com betonilha de cimento e areia com 8 cm de espessura; isolamento térmico com 7 cm de espessura; manta drenante simples com 2 cm de espessura; camada de brita 2/3 compactada com 12 cm de espessura; terreno existente

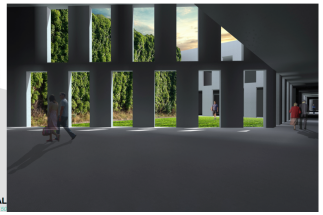
REVESTIMENTO DOS DEGRAUS
lajetas em betão branco aparente com 6cm de espessura

VÃOS EXTERIORES
painéis de fibrocimento (1,00x2,60m) com sistema mecânico de rotação; estrutura de suporte dos painéis; caixilharia de alumínio, termolacado na cor cinza escuro, fixa, de correr, pivotante, com corte térmico, incluindo vidro duplo com espessura total de 56mm, caixa de ar com 16 mm, caixilhos em liga de alumínio, rolamentos em aço inox, puxador integrado no caixilho, chapa de soleira para drenagem de água



CORTE TRANSVERSAL
escala 1:100





ANEXOS 2: levantamento fotográfico



ANEXOS 2: levantamento fotográfico











ANEXOS 2: levantamento fotográfico







ANEXOS 3: Fotos das maquetes: processo

